



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 103 - QUINTA-FEIRA, 23 DE JUNHO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 28 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 14 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann (11) João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PR - 4 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - PSDB (8) Vice-Líderes Jayme Campos (5) Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 11 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (9) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
		PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 106ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE JUNHO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011, de autoria da Senadora **Ana Amélia**, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que “dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde”, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias.* . 25203

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 775, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva... 25205

Nº 776, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos à Universidade Estadual do Amazonas. ... 25206

Nº 777, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, solicitando tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2011, com o Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2008..... 25206

Nº 778, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2009..... 25206

1.2.3 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 62, de 2011 (nº 805/2011, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 1.608/2011-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito externo autorizada pela Resolução nº 55/2010, do Senado Federal (TC 025.644/2010-6)..... 25206

Nº 818, de 2011, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 1591/2011, proferido nos autos do TC 014.275/2004-7, com informações complementares referentes ao Requerimento nº 123, de 2006, do Senador Arthur Virgílio..... 25212

1.2.4 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2011 (nº 7.403/2002, na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República), que *inscreve o nome do Barão do Rio Branco no Livro dos Heróis da Pátria*..... 25212

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2011, lido anteriormente. 25214

1.2.6 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2011 (nº 2.827/2008, na Casa de origem, do Deputado Vicentinho), que *altera dispositivos da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Escolas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, para estender sua aplicação aos diplomados em cursos de tecnologia nas respectivas áreas*..... 25214

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2011 (nº 3.898/2008, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Jardim), que *altera a redação do art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, para atualizar o valor da multa administrativa devida pelas infrações àquela Lei*..... 25223

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis, perante a primeira ou única comissão do despacho, para recebimento de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nºs 42 e 43, de 2011, lidos anteriormente. 25228

1.2.8 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2011 (nº 6.176/2009, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *autoriza o Poder Executivo a doar quatro aeronaves H-1H à Força Aérea Boliviana*..... 25228

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Arquivamento das Mensagens nºs 287 e 306, de 2010, e 80 e 54, de 2011..... 25230

1.2.10 – Ofício do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-China

Nº 2, de 2011, comunicando a reinstalação do Grupo, bem como a eleição de sua diretoria, em 5 de abril último. (**Vide item 2 deste Sumário**) 25230

1.2.11 – Discursos do Expediente

SENADOR WALTER PINHEIRO, como Líder – Satisfação com a produtividade das Comissões do Senado Federal, especialmente a da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a aprovação de projeto, de autoria de S. Ex^a, que destina parte dos recursos dos *royalties* do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal às ações de prevenção de desastres naturais; e outro assunto..... 25231

SENADOR LINDBERGH FARIAS, como Líder – Comemoração e agradecimentos pelo apoio à aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do projeto de autoria de S. Ex^a que concede anistia aos bombeiros do Rio de Janeiro. 25233

SENADOR PAULO PAIM – Registro de duas audiências públicas, realizadas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, uma delas sobre a máfia dos combustíveis e a outra sobre os assassinatos no campo; e outros assuntos. 25234

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Considerações sobre a 100^a Conferência da Organização Internacional do Trabalho, atendo-se à questão relativa aos trabalhadores domésticos, destacando o texto de proposta de emenda à Constituição que S. Ex^a apresentou, e outro assunto. 25240

SENADOR IVO CASSOL – Registro da apresentação por S. Ex^a de projetos de lei que tratam da política energética e da dedução de despesas com aprendizagem por pessoas Físicas ao Imposto de Renda, respectivamente..... 25242

1.2.12 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2011, de autoria do Senador Ivo Cassol, que *acrescenta o art. 10-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que “dispõe sobre a política energética nacional”, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP)*..... 25243

Projeto de Lei do Senado nº 354, de 2011, de autoria do Senador Ivo Cassol, que *altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, de despesas com aprendizagem de idioma estrangeiro, transporte, material e uniforme escolares, medicamentos de uso contínuo nos casos que especifica e com aluguel de moradia*. 25245

Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2011, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, para estabelecer diretrizes ao Poder Executivo quanto à administração das quotas anuais de reversão*..... 25245

1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PEDRO SIMON – Conselhos à Presidente Dilma Rousseff, para que resista à pressão por nomeações de apadrinhados políticos no Governo Federal..... 25248

SENADOR RICARDO FERRAÇO, como Líder – Registro do transcurso de três anos da implantação da Lei Seca, destacando a necessidade de seu aperfeiçoamento. 25252

SENADOR WILSON SANTIAGO – Comentários sobre projeto apresentado por S. Ex^a, que disciplina a divulgação de pesquisas de opinião pública durante o período das eleições estaduais e municipais..... 25254

SENADOR GEOVANI BORGES – Realização de Assembleia das Lideranças Indígenas, no último fim de semana, em Oiapoque, destacando a importância da conclusão da ponte binacional e da retomada das obras da BR-156 para o crescimento econômico do Estado do Amapá..... 25256

SENADOR ANIBAL DINIZ – Satisfação pela decisão tomada hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no sentido de manter o instituto da reeleição; e outros assuntos..... 25259

SENADORA LÚCIA VÂNIA, como Líder – Estranheza quanto à movimentação a vida na Comissão de Serviços de Infraestrutura, na oportunidade em que seriam apreciadas proposições que tratam do Regime Diferenciado de Contratações para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016..... 25261

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Registro da importância do Programa Brasil Sem Miséria. . 25262

1.3 – ORDEM DO DIA**1.3.1 – Item 1**

Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2011, que *constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; altera as Leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009; 12.409, de 25 de maio de 2011, 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal; revoga dispositivo da Lei nº 12.385, de 3 de março de 2011; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 526, de 2011). **Discussão adiada** por falta de acordo de lideranças. 25264

1.3.2 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.**1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA****1.4.1 – Discursos**

SENADOR WALDEMIR MOKA – Análise dos principais pontos da Carta de Campo Grande, documento elaborado, em conjunto, pelos governadores dos Estados do Centro-Oeste, em reunião realizada ontem, na capital do Mato Grosso do Sul..... 25265

SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Satisfação pela divulgação de estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – que atesta melhoria nas taxas de emprego no Brasil... 25269

SENADORA ANA AMÉLIA – Relato da participação de S. Ex^a em simpósio na Harvard Business School, em Boston, nos Estados Unidos; e outros assuntos. 25270

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Agradecimentos à Presidente Dilma e ao seu ministério pela presteza no atendimento às vítimas das enchentes em Roraima; e outro assunto. 25273

SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Destaque para o nível de geração de empregos formais no Brasil, principalmente no âmbito das micro e pequenas empresas; e outros assuntos..... 25274

SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Considerações acerca da conjuntura econômica brasileira; e outros assuntos..... 25277

1.4.2 – Comunicação

Da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL (**Ofício nº 204/2011, de 22 do corrente**). *Designação de membros, como titulares e suplentes, para comporem a referida Representação.....* 25280

1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR IVO CASSOL – Comemoração pelo lançamento pelo governo federal, da segunda etapa do programa Minha Casa, Minha Vida. 25280

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Análise sobre a situação econômica do Brasil e alerta em relação ao que ocorre na Grécia. .. 25284

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Manifestação sobre as festas de São João no Nordeste, as chamadas “festas juninas”, uma tradição muito forte na região. 25289

1.4.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA ANGELA PORTELA – Registro da realização da 100ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça, onde foi aprovada convenção que confere aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos dos demais trabalhadores. 25292

SENADOR ROMERO JUCÁ – Satisfação pelo recebimento do Relatório de Ações Sociais 2010, da TV Globo..... 25294

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Registro da matéria intitulada “Governo diz que passaportes dos filhos de Lula são legais”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 10 de maio último. 25294

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “A volta do tesoureiro do mensalão”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 27 de abril último. 25296

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Manifestação contra a decisão do Supremo Tribunal Federal em liberar as manifestações de legalização de drogas. 25297

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – ATA

2.1 – Grupo Parlamentar Brasil-China

Ata da Reunião de reinstalação, realizada em 5 de abril de 2011..... 25298

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 106ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 22 de junho de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Wilson Santiago, da Sra. Vanessa Grazziotin, do Sr. Geovani Borges,
da Sra. Ana Amélia e do Sr. Ataídes Olliveira

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-
-se às 19 horas e 21 minutos)

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

106ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 22/6/2011 07:00:00 até 22/6/2011 20:31:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
PP	RS	ANA AMÉLIA	X						
PT	ES	ANA RITA	X						
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X						
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X						
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X						
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X						
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X						
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X						
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X						
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
PSDB	GO	CYRIL MIRANDA	X						
PT	MS	DELGÍDIO AMARAL	X						
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X						
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
PSDB	CE	INACIO ARRUDA	X						
PP	RO	IVO CASSOL	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X						
PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X						
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X						
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PT	MT	PEDRO TAQUES	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X						
PMDB	PR	ROBERTO REQUINÃO	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X						
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PSDB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X						
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X						
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X						
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X						
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X						
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X						

Compareceram: 55 Senadores

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 352, DE 2011**

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10.

VI – fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, ressalvado o disposto nas alíneas c do inciso I e g do inciso II do art. 12; ” (NR)

“Art. 12.

I –

c) a cobertura de quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes;

II –

g) cobertura para quimioterapia oncológica ambulatorial e domiciliar, procedimentos radioterápicos para tratamento de câncer e hemoterapia, na qualidade de procedimentos cuja necessidade esteja relacionada à continuidade da assistência prestada em nível de internação hospitalar;

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após transcorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Justificação

Diferentemente do que ocorria há dez anos, atualmente cerca de quarenta por cento dos tratamentos oncológicos emprega medicamentos de uso domiciliar, em substituição àqueles feitos sob regime de internação hospitalar ou ambulatorial, estimando-se que, da-

qui a quinze anos, oitenta por cento dos tratamentos oncológicos serão feitos no domicílio do paciente, com medicamentos antineoplásicos de uso oral.

Esses fatos demonstram a importância de esses tratamentos terem cobertura pelos planos de saúde – o que não acontece hoje, transferindo boa parte desses pacientes e de seus custos assistenciais para o Sistema Único de Saúde

O rol vigente de procedimentos de cobertura obrigatória pelos planos privados de assistência à saúde é estabelecido por resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar e, apesar das frequentes revisões, não inclui os medicamentos de uso domiciliar, como é o caso dos antineoplásicos mencionados.

Por essa razão entendemos ser necessário alterar a Lei dos Planos de Saúde, nos dispositivos que tratam das coberturas obrigatórias dos planos, para obrigar as operadoras a cobrirem os tratamentos antineoplásicos de uso oral – Senadora **Ana Amélia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 10. É instituído o plano-referência de assistência à saúde, com cobertura assistencial médico-ambulatorial e hospitalar, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no Brasil, com padrão de enfermagem, centro de terapia intensiva, ou similar, quando necessária a internação hospitalar, das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, respeitadas as exigências mínimas estabelecidas no art. 12 desta Lei, exceto: **(Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

I – tratamento clínico ou cirúrgico experimental; **(Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

II – procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim;

III – inseminação artificial;

IV – tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética;

V – fornecimento de medicamentos importados não nacionalizados;

VI – fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar;

VII – fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico; **(Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

IX – tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

X – casos de cataclismos, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente.

§ 1º As exceções constantes dos incisos deste artigo serão objeto de regulamentação pela ANS. **(Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

§ 2º As pessoas jurídicas que comercializam produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei oferecerão, obrigatoriamente, a partir de 3 de dezembro de 1999, o plano-referência de que trata este artigo a todos os seus atuais e futuros consumidores. **(Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

§ 3º Excluem-se da obrigatoriedade a que se refere o § 2º deste artigo as pessoas jurídicas que mantêm sistemas de assistência à saúde pela modalidade de autogestão e as pessoas jurídicas que operem exclusivamente planos odontológicos. **(Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

§ 4º A amplitude das coberturas, inclusive de transplantes e de procedimentos de alta complexidade, será definida por normas editadas pela ANS. **(Parágrafo incluído pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

Art. 12. São facultadas a oferta, a contratação e a vigência dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, nas segmentações previstas nos incisos I a IV deste artigo, respeitadas as respectivas amplitudes de cobertura definidas no plano-referência de que trata o art. 10, segundo as seguintes exigências mínimas: **(Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

I – quando incluir atendimento ambulatorial:

a) cobertura de consultas médicas, em número ilimitado, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;

b) cobertura de serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais, solicitados pelo médico assistente; **(Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

II – quando incluir internação hospitalar:

a) cobertura de internações hospitalares, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, admitindo-se a exclusão dos procedimentos obstétricos; **(Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

b) cobertura de internações hospitalares em centro de terapia intensiva, ou similar, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, a critério do médico assistente; **(Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

c) cobertura de despesas referentes a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação;

d) cobertura de exames complementares indispensáveis para o controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões e sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar; **(Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

e) cobertura de toda e qualquer taxa, incluindo materiais utilizados, assim como da remoção do paciente, comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar, dentro dos limites de abrangência geográfica previstos no contrato, em território brasileiro; e **(Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

f) cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de dezoito anos;

III – quando incluir atendimento obstétrico:

a) cobertura assistencial ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do consumidor, ou de seu dependente, durante os primeiros trinta dias após o parto;

b) inscrição assegurada ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do consumidor, como dependente, isento do cumprimento dos períodos de carência, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de trinta dias do nascimento ou da adoção; **(Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

IV – quando incluir atendimento odontológico:

cobertura de consultas e exames auxiliares ou complementares, solicitados pelo odontólogo assistente;

b) cobertura de procedimentos preventivos, de dentística e endodontia;

c) cobertura de cirurgias orais menores, assim consideradas as realizadas em ambiente ambulatorial e sem anestesia geral;

V – quando fixar períodos de carência:

a) prazo máximo de trezentos dias para partos a termo;

b) prazo máximo de cento e oitenta dias para os demais casos;

c) prazo máximo de vinte e quatro horas para a cobertura dos casos de urgência e emergência; **(Alínea incluída pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

VI – reembolso, em todos os tipos de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, nos limites das obrigações contratuais, das despesas efetuadas pelo beneficiário com assistência à saúde, em casos de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização dos serviços próprios, contratados, credenciados ou referenciados pelas operadoras, de acordo com a relação de preços de serviços médicos e hospitalares praticados pelo respectivo produto, pa-

gáveis no prazo máximo de trinta dias após a entrega da documentação adequada; **(Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

VII – inscrição de filho adotivo, menor de doze anos de idade, aproveitando os períodos de carência já cumpridos pelo consumidor adotante.

§ 1º Após cento e vinte dias da vigência desta Lei, fica proibido o oferecimento de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei fora das segmentações de que trata este artigo, observadas suas respectivas condições de abrangência e contratação. **(Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

§ 2º A partir de 3 de dezembro de 1999, da documentação relativa à contratação de produtos de

que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, nas segmentações de que trata este artigo, deverá constar declaração em separado do consumidor, de que tem conhecimento da existência e disponibilidade do plano referência, e de que este lhe foi oferecido **(Redação dada pela MPV nº 2.177-44, de 24.8.2001)**

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O projeto que acaba de ser lido será publicados e remetidos à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 775, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, ao ex Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Prêmio Internacional World Food Prize, por ter dado prioridade ao combate à fome e a miséria ao longo de seus governos, bem como seja encaminhado o referido voto no seguinte endereço: Rua Pouso Alegre, 21 Bairro Ipiranga – São Paulo/SP – CEP 04.261-030.

JUSTIFICAÇÃO

O Ex Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva receberá no dia 13 de outubro o prêmio internacional World Food Prize 2011 por ter dado prioridade ao combate à fome e a miséria ao longo de seus governos. O World Food Prize 2011 lhe será conferido no Estado norte-americano de Iowa.

A homenagem é dada a líderes mundiais que atuam no combate à fome. A escolha do ex-chefe de governo brasileiro foi anunciada pela nesta 3ª feira, em Washington (EUA). Segundo os organizadores, a decisão sobre o prêmio deve-se à importância dos programas sociais lançados pelo ex-presidente Lula, como o Fome Zero, o Programa Bolsa Família e o Mais Alimentos.

O Ex Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é destacado por ter colocado 10 ministérios de sua administração trabalhando para a expansão do Programa Fome Zero. "O Programa Fome Zero se transformou rapidamente em um dos mais bem-sucedidos programas de segurança nutricional e alimentação no mundo através de sua ampla rede de programas".

Com a homenagem de 2011, o ex-presidente Lula passa a ser o 3º brasileiro homenageado pelo World Food Prize. Em 2006, o pesquisador aposentado da Embrapa Edson Lobato e o ex-ministro da Agricultura Aloysio Paulinelli receberam o prêmio por terem contribuído para transformar o Cerrado em uma região fértil para a agricultura.

É emocionante saber que o Brasil foi escolhido como um País que conseguiu boas políticas na área da agricultura e combate à fome. O Brasil já mostrou e tem muito a mostrar experiência na área de segurança alimentar e é preciso compartilhar essa experiência com outros países, tanto no conhecimento técnico quanto do ponto de vista da produtividade e distribuição de alimentos.

Parabéns, ao ex Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sala das Sessões,

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 776, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, à Universidade Estadual do Amazonas – UEA, pelos seus 10 anos de criação, comemorado no dia 11 de janeiro de 2001, bem como seja encaminhado o referido voto ao Senhor José Aldemir de Oliveira – Reitor da Universidade, no seguinte endereço: Universidade Estadual do Amazonas – UEA – Av. Djalma Batista, 3578 – Flores CEP: 69005-010 – Manaus/ AM.

Justificação

A Universidade Estadual do Amazonas tem como objetivo promover a educação, desenvolvendo o conhecimento científico particularmente sobre a Amazônia, conjuntamente com valores éticos capazes de integrar o homem à sociedade e de aprimorar a qualidade dos recursos humanos existente na região.

A Universidade Estadual do Amazonas é competente para proporcionar o desenvolvimento do Amazonas, capacitando e formando quadros que possam atuar no sistema produtivo, na gestão da coisa pública, na produção de conhecimentos, na geração de novas tecnologias e na valorização do patrimônio imemorial.

Além de uma estrutura que hoje abriga 22.526 alunos (13.349 deles do interior do estado) em 63 cursos (34 na capital e 29 no interior), o objetivo maior da UEA é a qualidade de vida, a cidadania e a integridade cultural e ambiental da Amazônia. A constituição do quadro permanente de professores foi mais um passo no processo de consolidação da UEA, tendo hoje mais da metade dos professores da instituição são mestres e doutores.

É grande a área de abrangência, pois em dez anos, a UEA já formou quase 24.309 homens e mulheres em todo o estado. Pessoas que tiveram acesso a um curso superior e puderam estudar nos seus próprios municípios, perto de suas famílias, devolvendo todo o conhecimento adquirido para suas próprias comunidades impulsionando novas atividades econômicas e gerando trabalho e renda para as populações do interior. A UEA cumpre, assim, seu papel político e social criando oportunidades para a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, humano e solidário, fundamental para o Amazonas e para sua população.

Parabéns, a Universidade Estadual do Amazonas – UEA

Sala das Sessões, 22 de junho de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 777, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 258, combinado com o art. 260, II, b, do Regimento Interno, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2011, com o Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2008, por versarem sobre a mesma matéria. – Senador **Ciro Nogueira**

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2009, que “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2011, denominada Estatuto da Cidade, para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural, e dá outras providências”, seja apreciado, também, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, além da comissão constante do despacho inicial. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Líder do PSB.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 62, de 2011** (nº 805/2011, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.608/2011-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito externo autorizada pela Resolução nº 55/2010, do Senado Federal (TC 025.644/2010-6).

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 62, DE 2011

(Nº 805/2011, do Tribunal de Contas da União)

Aviso nº 805-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 15 de junho de 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Ofício nº 1960-SF de 31-8-2010, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 025.644/2010-6, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 15-6-2011, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

ACÓRDÃO Nº 1608/2011 – TCU – Plenário

1. Processo TC 025.644/2010-6.
2. Grupo I – Classe II – Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessado: Senado Federal.
4. Órgão: Entidades/Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação da Presidência do Senado Federal de acompanhamento da aplicação dos recursos da operação de crédito externo, com garantia da União e autorizada pela Resolução 55/2010, firmada entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 162.454.000,00 (cento e sessenta e dois milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil dólares norte-americanos), cujo objetivo é o financiamento parcial do “Programa Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica”.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade do inciso I do art. 38 da Lei 8.443/1992;

9.2. informar à Presidência do Senado Federal que:

9.2.1. o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão e constatou, quanto aos aspectos legais, que as providências necessárias para a contratação e para a garantia da União foram tomadas;

9.2.2. esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de ser honrada a garantia prestada pela União;

9.3. encaminhar cópia desta acórdão e do relatório e do voto que o fundamentaram à Presidência do Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

9.4. considerar integralmente atendidas e arquivar os autos, com base na parte final do § 3º do art. 2º da IN TCU 59/2009, após comunicação desta deliberação à Presidência do Senado Federal, nos termos do caput do art. 17 da Resolução-TCU 215/2008.

10. Ata nº 23/2011 – Plenário.

11. Data da Sessão: 15/6/2011 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1608-23/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luis de Carvalho.

(Assinado Eletronicamente)
BENJAMIN ZYMLER
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
AROLDO CEDRAZ
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE II – Plenário**TC 025.644/2010-6**

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.

Unidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

Interessado: Senado Federal.

Advogado: não há.

Sumário: SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL. ACOMPANHAMENTO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL NO TOCANTE À MATÉRIA. ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO E OBTENÇÃO DA GARANTIA DA UNIÃO. COMUNICAÇÃO AO SENADO FEDERAL. ATENDIMENTO INTEGRAL DA SOLICITAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

1 – A competência do TCU no tocante a operações de crédito externo celebradas por pessoas jurídicas de direito público interno com garantia da União limita-se ao controle das garantias prestadas pela última, sem interferência direta nas aplicações dos recursos pelo ente federado contratante.

RELATÓRIO

A Presidência do Senado Federal (fl. 1) recomendou ao Tribunal o acompanhamento da aplicação dos recursos da operação de crédito externo, com garantia da União e autorizada pela Resolução 55/2010, firmada entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 162.454.000,00 (cento e sessenta e dois milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil dólares norte-americanos), cujo objetivo é o financiamento parcial do “Programa Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica”.

2. A matéria foi analisada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental – Semag nos seguintes termos (fls. 10/13):

“Introdução

Tratam os autos de expediente encaminhado pelo Senado Federal (fls.1-4) recomendando o acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo, com garantia da União, firmada entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução 55/2010, no valor de até US\$ 162.454.000,00 (cento e sessenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil dólares norte-americanos).

2. No que tange à recomendação do Senado Federal, deve-se registrar que o Tribunal proferiu Acórdão 2.328/2008-Plenário, no qual esclarece, em seu item 9.2.2, que:

a competência do Tribunal de Contas da União, no tocante às operações de crédito externo celebradas por pessoas jurídicas de direito público interno, com garantia da União, limita-se à fiscalização e controle das garantias prestadas pela última, sem interferência direta nas aplicações dos recursos pelo ente federado contratante, em homenagem ao princípio federalista e, por consequência, à autonomia dos entes federados, insculpida no art. 18, caput, da Constituição Federal.

3. O presente trabalho foi desenvolvido com base na análise da documentação relativa à operação de crédito em tela, disponível no site do Senado Federal.

Análise

4. O montante decorrente da operação de crédito destina-se a financiar o 'Programa Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica', razão da Exposição de Motivos 135/2010-MF, do Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Fazenda (anexo 1, fl. 2v).

5. A cargo da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observados os ditames legais, foram realizadas as avaliações abrangendo: (1) Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos -- Cofix; (2) Objetivos do Programa, Arranjo Institucional e Análise de Custo-Benefício; (3) Fluxo Financeiro; (4) Condições Financeiras; (5) Requisitos Legais e Normativos, compreendendo: (5.1) Verificação dos Limites Previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal; (5.2) Inclusão no Plano Plurianual; (5.3) Previsão Orçamentária; (5.4) Autorização Legislativa – Contratação e Contragarantias à Garantia da União; (5.5) Limites de Endividamento do Mutuário; (5.6) Limites para a Concessão da Garantia da União; (5.7) Capacidade de Pagamento e Aspectos Fiscais do Estado; (5.8) Contragarantias à Garantia da União e Margem Disponível; (5.9) Situação de Adimplência; (5.10) Antecedentes junto à Secretaria do Tesouro Nacional; (5.11) Alcance das Obrigações Contratuais; (5.12) Demais Exigências da Resolução SF 48/2007 e da Lei Complementar 101/2000.

6. Os procedimentos prévios à contratação da operação de crédito foram cumpridos pelo ente demandante, tendo sido o programa submetido à análise da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), que por meio da Recomendação 1.108, de 24/4/2009, recomendou a preparação do Programa (anexo 1, fl. 36v).

7. A Lei Estadual 13.123/2008 dispôs sobre o Plano Plurianual do Estado de São Paulo para o período de 2008/2011, relativamente às ações previstas para o Programa em tela.

8. Quanto à análise da capacidade de pagamento consignado na Nota 659/2010/COREM/STN, de 23/6/2010 (citada no Parecer 1406/2010 – anexo 1, fl. 39), o Estado de São Paulo foi classificado na categoria b, considerada suficiente para a concessão de garantia da União, nos termos da Portaria MF 89, de 25/4/1997.

9. Concernente à situação de adimplência, o Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, mediante Ofícios 179/2010-GS e 163/2010-GS, informou que a lista de CNPJs do Estado está em conformidade com o Cadastro Único de Convênios (Cauc). Entretanto, a lista apresentada pelo mutuário possui divergências com aquela disponível no Cauc, tendo sido observado que o mutuário omitiu alguns CNPJs da administração direta, bem como classificou como administração direta o CNPJ 43.300.524/0001-00 (Fundo de Melhoria das Estâncias), classificado como administração indireta no Cauc (anexo 1, fl. 40).

10. Ainda referente à situação de adimplência, informou a Secretaria do Tesouro Nacional no Parecer 1406/2010/GERFI/COPEM/SUBSEC4/STN/MF, de 25/8/2010 (anexo 1, fl. 40), que em atendimento ao art. 16 da Resolução do Senado Federal 43/2001 verificou-se que o Estado de São Paulo encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme resultado de consulta ao Sistema do Banco Central (Sisbacen/Cadip), realizada em 24/8/2010 (anexo 1, fl. 40). A verificação da adimplência financeira junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio (Cauc), por ocasião da assinatura do contrato de garantia, nos termos da Resolução do Senado Federal 41/2009, que alterou a Resolução do Senado Federal 48/2007.

11. O Poder Executivo do Estado de São Paulo, em virtude da Lei 13.535/2009, está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União as cotas e as receitas tributárias previstas nos arts. 155, 157 e 159, combinados com o § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal (anexo 1, fl. 39v).

12. A Coordenação-Geral de Relação e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem/STN), conforme Nota 659/2010/COREM/STN, de 23/6/2010 (anexo 1, fl. 39), e Memorando 350/2010/COREM/SUBSEC4/STN/MF-DF, informou que a operação está prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de São Paulo, não caracterizando violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União. A operação, que não se enquadra na regra de exceção prevista no § 8º do art. 7º da Resolução do Senado Federal 43/2001, produzirá compromissos financeiros ao Estado até 2035 e o estudo foi projetado até 2018 (anexo 1, fl. 39-39v).

13. Quanto aos antecedentes do Estado de São Paulo junto à Secretaria do Tesouro Nacional, segundo Memorando 500/2010/COAFI/SECAD4/STN/MF-DF, de 13/8/2010 (citado no Parecer 1406/2010 – Copem), não há registro, no âmbito daquela Coordenação-Geral, de procedimento de cobrança referente à recuperação de crédito decorrente de honra de aval ou concessão de garantias (anexo 1, fl. 40).

14. Concernente ao pleno exercício da competência tributária do Estado, bem como o cumprimento dos arts. 198 e 212, da Constituição Federal, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, mediante Certidão 723/2010, atestou o cumprimento deste dispositivo legal no ano de 2009, último exercício analisado (anexo 1, fl. 40v).

15. Em conformidade com o Parecer 1406/2010/GERFI/COPEM/SUBSEC4/STN/MF, de 25/8/2010 (anexo 1, fls. 36v-41v), a Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem) se pronunciou favoravelmente à contratação de operação de crédito externo pelo Governo do Estado de São Paulo nos termos do inciso II do art. 31 da Resolução do Senado Federal 43/2001, tendo preenchido os requisitos mínimos exigidos.

16. O Secretário do Tesouro Nacional manifestou-se de acordo com a proposta da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios – Copem (anexo 1, fl. 41v).

17. A operação de obtenção de crédito externo também foi analisada, conforme determina o inciso II do art. 23 da Resolução do Senado Federal 43/2001, pela Coordenação-Geral de Operações Financeiras da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (COF/PGFN), em seu Parecer PGFN/COF 1809/2010 (anexo 1, fls. 3-7), ressaltando-se que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais deverá ser verificado, pelo Ministério da Fazenda, o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso, formalizado o contrato de contragarantia e verificada a adimplência do Ente com a União.

18. Mediante Resolução 55/2010 (fls. 2-4), o Senado Federal autorizou o pleito encaminhado pelo Governador do Estado de São Paulo.

Conclusão

19. À vista dos estudos e avaliações realizados pelos órgãos competentes acerca da operação em exame, aliados aos documentos analisados, conclui-se por atendidos, nesse particular, os preceitos das Resoluções do Senado Federal 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e ainda as disposições do art. 32, *caput* e § 1º, e art. 40, §§ 1º e 2º, todos da Lei Complementar 101/2000.

20. No âmbito desta Corte de Contas, a Instrução Normativa 59/2009 estabelece normas de tramitação e de acompanhamento das solicitações do Senado Federal acerca das resoluções de autorização das operações de crédito externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com garantia da União. O § 3º do art. 2º dessa Instrução Normativa dispõe:

‘Art. 2º O Tribunal de Contas da União, preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 e no art. 232 do Regimento Interno, conhecerá da solicitação e dará ciência ao Presidente do Senado Federal sobre os procedimentos já adotados e que adotará para o acompanhamento da operação de crédito externo, dentre outros os previstos na Resolução TCU nº 215/2008, no que couber.

(...)

§ 3º Após as comunicações referidas no caput, considerar-se-á integralmente atendida a Solicitação do Senado Federal, nos termos do art. 17, inciso II, e § 1º, inciso II, da Resolução TCU nº 215/2008, possibilitando o arquivamento do processo.’

21. Conhecida a presente solicitação, será dada ciência ao Presidente do Senado Federal sobre os procedimentos a cargo deste Tribunal para o acompanhamento da presente operação de crédito externo, após o que, os autos deverão ser arquivados com fulcro no § 3º do art. 2º da Instrução Normativa-TCU 59/2009.

22. A mesma Instrução Normativa 59/2009, no art. 4º, dispõe:

Art. 4º Para os efeitos do disposto nesta Instrução Normativa, a Secretaria do Tesouro Nacional:

I – comunicará ao Tribunal de Contas da União e ao Senado Federal, no prazo de até dez dias úteis, sempre que ocorrer honra de compromisso em operações de crédito externo firmadas por Estados, Distrito Federal e Municípios, em razão de garantia prestada pela União, informando ainda as medidas adotadas e a adotar para o ressarcimento dos valores;

II – divulgará em nota explicativa ao Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo;

a) relação dos contratos de garantias em operações de crédito externo efetuadas pela União no período de referência do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, contendo, no mínimo, número do contrato, ente financiado, instituição financeira credora, valor das garantias e das contragarantias;

b) todas as honras de garantias em operações de crédito externo efetuadas pela União no período de referência do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, independentemente de ter ou não havido o respectivo ressarcimento dos valores.

23. Caberá à Semag, se for o caso, em vista do acompanhamento global a ser efetuado por meio do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, tomar as providências que forem pertinentes, no exercício das atribuições conferidas a esta unidade técnica pelo art. 3º da mencionada Instrução Normativa.”

3. Por tais motivos, a Semag, em pareceres uniformes (fls. 13/14), sugeriu a esta Corte:

“Proposta de Encaminhamento

24. Diante do exposto, propõe-se, à consideração superior:

I) conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992;

II) informar, com fulcro no *caput* do art. 2º da Instrução Normativa-TCU 59/2009, à Presidência do Senado Federal que o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão, verificando que, quanto aos aspectos legais, as providências necessárias para a contratação e a garantia da União foram tomadas e que esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de que seja honrada a garantia prestada pela União;

III) encaminhar cópia do acórdão que vier a ser proferido, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Presidência do Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

IV) considerar a solicitação do Senado Federal integralmente atendida e arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 2º, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 59/2009, após a comunicação da deliberação do colegiado à Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 17, inciso II, da Resolução-TCU 215/2008.”

É o Relatório.

VOTO

Atendidos os requisitos de admissibilidade definidos no inciso I do art. 38 da Lei 8.443/1992, pode ser conhecida esta solicitação da Presidência do Senado Federal para que o TCU acompanhe a aplicação dos recursos da operação de crédito externo, com garantia da União e autorizada pela Resolução 55/2010, firmada entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 162.454.000,00 (cento e sessenta e dois milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil dólares norte-americanos), cujo objetivo é o financiamento parcial do “Programa Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica”.

2. Consoante definido no acórdão TCU 2.328/2008 – Plenário, a competência deste Tribunal para examinar operações de crédito externo celebradas por pessoas jurídicas de direito público interno com garantia da União limita-se ao controle das garantias prestadas pela última, sem interferência direta nas aplicações de recursos pelo ente federado contratante.

3. Uma vez que a análise empreendida pela Semag, a partir dos elementos constantes dos autos, concluiu pelo atendimento das exigências legais aplicáveis à contratação da operação em foco, inclusive no tocante à obtenção de garantia da União, acolho a manifestação daquela unidade técnica e voto pela adoção da minuta de acórdão que submeto ao escrutínio deste colegiado.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 2011.

AROLDO CEDRAZ
Relator

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O **Aviso nº 62, de 2011**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 818, de 2011**, na origem, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.591/2011, proferido nos autos do TC 014.275/2004-7, com informações complementares referentes ao Requerimento nº 123, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

O **Aviso nº 818, de 2011**, juntado ao processo do Requerimento nº 123, de 2006, vai ao Arquivo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2011** (nº 7.403/2002, na origem, de iniciativa do Presidente da República), que *inscreve o nome do Barão do Rio Branco no Livro dos Heróis da Pátria*.

É o seguinte o projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2011

**(nº 7.403/2002, na Casa de origem)
(De iniciativa do Presidente da República)**

Inscreve o nome do Barão do Rio Branco no Livro dos Heróis da Pátria.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Será inscrito o nome de José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria Tancredo Neves.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2011.



MARCO MAIA
Presidente

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.403, DE 2002

Inscreve o nome do Barão do Rio Branco no Livro dos Heróis da Pátria.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É inscrito o nome de José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria Tancredo Neves.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Mensagem nº 1.031, de 2002.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Cultura, o texto do projeto de lei que "Inscreve o nome do Barão do Rio Branco no Livro dos Heróis da Pátria".

Brasília, 28 de novembro de 2002.



MRE Nº 00366 EMI MinC

Brasília, 29 de outubro de 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o ano de 2002 marca o primeiro centenário de posse do Barão do Rio Branco como Ministro de Estado das Relações Exteriores, cargo que exerceu durante cerca de uma década, até seu falecimento em 20 de abril de 1912, no Rio de Janeiro.

2. Para se ocupar das comemorações pertinentes, foi criada no âmbito do Itamaraty, por Decreto de 7 de fevereiro passado, Comissão Organizadora integrada, entre outros, por representantes das pastas das Relações Exteriores, da Ciência e da Tecnologia, das Comunicações, da Cultura e da Educação, e na qual têm também assento, ad honorem, ex-Ministros de Estado das Relações Exteriores.

3. Em sua primeira reunião, evocaram os membros desse órgão colegiado as grandes realizações que deram a José Maria da Silva Paranhos Júnior – a par do prestígio associado a sua atuação como parlamentar, eminente historiador e Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de membro da Academia Brasileira de Letras – o perfil, marcante e singular, de figura emblemática da diplomacia brasileira, a ponto de tornar a nossa chancelaria conhecida internacionalmente como Casa de Rio Branco.

4. Nesse contexto, recordou-se haver logrado o Barão, ao longo de seus dez anos à frente do Itamaraty, levar a cabo as seguintes tarefas principais: empreender a reforma modernizadora da instituição; definir o perfil territorial do país, solucionando todas as pendências fronteiriças ainda em aberto quando assumiu, entre elas a mais difícil, a Questão do Acre; fazer avaliação realista do quadro internacional prevalescente à época, que o levou à opção de fortalecer a relação com os Estados Unidos da América; atribuir importância ao pan-americanismo, tanto que foi realizada no Rio de Janeiro, em 1906, a sede da III Conferência Internacional Americana; estreitar os laços com nossos vizinhos do Cone Sul; e promover, de forma considerada brilhante, a participação do Brasil na II Conferência de Paz da Haia.

5. Além da obra de Rio Branco, ressaltaram-lhe os membros da Comissão o "espírito", a grandeza moral, a personalidade política, os dons intelectuais e, sobretudo, a visão de um Brasil grande e respeitado no plano internacional. Em seu tempo, foi ele considerado "o maior dos brasileiros vivos" e declarado "benemérito" por decreto; morto, tornou-se um paradigma de patriotismo e dedicação desinteressada ao serviço do país. Enalteceram-no contemporâneos do porte de um Oliveira Lima, para quem "... contribuiu mais do que ninguém para fazê-la (a pátria) maior e contribuiu tanto quanto os melhores para fazê-la respeitada".

6. À luz do que precede, e atendendo a pleito formalizado pela Comissão Organizadora das Comemorações do Primeiro Centenário de Posse do Barão do Rio Branco como Ministro de Estado das Relações Exteriores, temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência a sugestão de inscrever-se o nome de José Maria da Silva Paranhos Júnior no Livro de Heróis da Pátria do Panteão da Pátria Tancredo Neves, em reconhecimento por sua grande obra e como exemplo moral para as novas gerações, para o que encaminhamos projeto de lei a respeito.

Respeitosamente,

CELSO LAFER

Ministro de Estado das Relações
Exteriores

FRANCISCO CORREA WEFFORT

Ministro de Estado da Cultura

(A Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso V, do Regimento Interno, o **Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2011**, será apreciado terminativamente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, da referida Norma Interna.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2011** (nº 2.827/2008, na Casa de origem, do Deputado Vicentinho), que *altera dispositivos da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe so-*

bre a remuneração de profissionais diplomados em Escolas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, para estender sua aplicação aos diplomados em cursos de tecnologia nas respectivas áreas; e

- **Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2011** (nº 3.898/2008, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Jardim), que *altera a redação do art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, para atualizar o valor da multa administrativa devida pelas infrações àquela Lei.*

São os seguintes os projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2011 (nº 2.827/2008, na Casa de origem, do Deputado Vicentinho)

Altera dispositivos da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Escolas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, para estender sua aplicação aos diplomados em cursos de tecnologia nas respectivas áreas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º, 4º, 5º e 6º da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O salário mínimo dos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia, de Veterinária e pelos respectivos cursos de tecnologia nessas áreas é regulado nos termos desta Lei.

Parágrafo único. É devido o pagamento do salário mínimo previsto nesta Lei aos profissionais referidos no caput que desenvolverem, na relação de trabalho, toda e qualquer atividade, no todo ou em parte, relacionada à área de sua formação, independentemente da titulação empregada na contratação.” (NR)

“Art. 4º Para os efeitos desta Lei, os profissionais referidos no art. 1º são classificados em:

I - diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia, de Veterinária e pelos respectivos cursos de tecnologia nessas áreas, com duração de 4 (quatro) anos ou mais; e

II - diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia, de Veterinária e pelos respectivos cursos de tecnologia nessas áreas, com menos de 4 (quatro) anos de duração." (NR)

"Art. 5º O salário mínimo regulado por esta Lei será fixado em negociação coletiva de trabalho." (NR)

"Art. 6º Para a execução de atividades e tarefas classificadas na alínea b do art. 3º, a fixação do salário-base mínimo será feita tomando-se por base o custo da hora fixado no art. 5º, acrescidas de 50% (cinquenta por cento) as horas excedentes das 6 (seis) horas diárias de serviço." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.827, DE 2008

Altera a ementa e os arts. 1º e 4º da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Escolas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A ementa do art. 1º da Lei nº 4950-A, de 22 de abril de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia, Veterinária e Tecnologia nestas respectivas áreas.

Art. 2º. Os arts. 1º e 4º da Lei nº 4950-A, de 22 de abril de 1966, passam a vigorar, respectivamente, com a seguinte redação:

Art. 1º - O salário mínimo dos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia, de Veterinária e de Tecnologia nestas respectivas áreas, é o fixado pela presente Lei.

Art. 4º. Para os efeitos desta Lei os profissionais citados no art. 1º são classificados em:

a)diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia, de Veterinária e de Tecnologia nestas respectivas áreas com curso universitário de 4 (quatro) anos ou mais;

b)diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia, de Veterinária e de Tecnologia nestas respectivas áreas com curso universitário de menos de 4 (quatro) anos.”

Art. 3º. Ao art. 1º da Lei nº 4950-A, de 22 de abril de 1966, será acrescido o parágrafo único cuja redação se fará conforme segue abaixo:

Parágrafo Único – É devido o pagamento do salário mínimo previsto nesta lei aos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia, de Veterinária e de Tecnologia nestas respectivas áreas, que desenvolverem na relação de

trabalho toda e quaisquer atividade, no todo ou em parte, relacionada à sua formação, independentemente da titulação empregada na contratação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Há 41 anos em vigor, a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, ainda rege relações de trabalho de profissionais diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas escolas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, da qual, deixa dúvidas quanto a sua aplicação aos profissionais ditos Tecnólogos.

A presente iniciativa legislativa busca aperfeiçoar, modernizar e dirimir dúvidas quanto à aplicação da referida Lei aos diplomados nos cursos regulares superiores de Tecnologia das áreas da Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

As alterações propostas nesta proposição são necessárias e oportunas, sobretudo no momento em que o Governo Federal privilegia os cursos de graduação no vasto campo da Tecnologia, em sintonia com os ditames dos tempos atuais.

De fato, o investimento pelo Governo Federal na educação Tecnológica, especialmente via CEFETS, justifica o que é por mim proposto, mas ainda, se lembrarmos que cerca de mais de 50% dos graduados em cursos superiores de Tecnologia desistem de ingressar na profissão pelas dúvidas que permeiam, até então, quanto à aplicação da vertente Lei nº 4.950-A/66, aos Tecnólogos, paulatinamente pela forma e modo como está foi redigida na ementa e nos seus artigos 1º e 4º.

É de se lembrar que os cursos de Tecnologia tem assento, e nasceram com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei Federal 4.024/61, art.104) concomitante aos Pareceres CFE n.º 60/63, e n.º 25/65 que criaram e aprovaram o currículo mínimo dos cursos de Engenharia de Operação como uma modalidade de curso de Engenharia.

Posteriormente foram estabelecidos o Decreto Lei 241/67 e Decreto Federal 20.925/67 que deram garantias legais ao exercício da profissão de Engenheiros de Operação.

Por fim, por uma necessidade estratégica o Ministério da Educação (MEC), através do Conselho Federal de Educação (CFE) em seu Parecer n.º 05/77 houve a conversão dos cursos de Engenharia de Operação em cursos de nível superior de formação de Tecnólogos.

Pois bem, nos termos da lei 4.950-A/66, conforme art. 4º "a" e "b", existem duas espécies de cursos de graduação, ou melhor, de diplomados por cursos regulares superiores mantidos por escolas de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, etc.: a) os cursos de duração de 4 anos ou mais; e b) os cursos de duração de menos de 4 anos.

Naquela época não restavam dúvidas que os cursos de 4 anos ou mais de duração eram os tradicionais cursos de Engenharia, Arquitetura, etc., e os de menos de 4 anos eram os chamados cursos de Engenharia de Operação, que nasceram com a LDB e foram criados pelo MEC, pois estes eram os únicos cursos nestas áreas cuja duração para graduação perfaziam um período inferior a 4 anos.

Com a conversão da nomenclatura dos Cursos de Engenharia de Operação para Tecnologia¹ iniciou-se uma discussão generalizada quanto à aplicação da Lei aos Tecnólogos, que pelo desconhecimento da nova nomenclatura da profissão, alguns entenderam que a lei a este não atingia.

Ocorre que os cursos de Tecnologia são cursos regulares superiores mantidos por escolas de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, etc., os que destas área se correlacionam, conforme, inclusive, entendimento pacífico do MEC, e até mesmo, pelo sua natureza e origens (conversão dos Cursos de Engenharia de operação em tecnologia).

Tal discussão já encontra dissidência até mesmo na justiça, onde os Tribunais trabalhistas regionais, em peso sustentam a aplicabilidade da lei 4.950-A/66 aos Tecnólogos, até por que não mais existe curso de Engenharia com duração inferior a 4 anos (art. 4º, b) – os cursos de Engenharia de Operações foram convertidos em cursos de nível superior de Tecnologia.

¹ Tecnólogo de... ("área do saber pela qual se formava")

ACÓRDÃO Nº 32.962/06 5ª. TURMA

RECURSO ORDINÁRIO Nº 00004-2005-016-05-00-9-RO

RELATOR(A): Desembargador(a) ESEQUIAS DE OLIVEIRA

Tribunal regional da 5ª região.

O artigo 1º da Lei nº 4950-A/66 dispõe expressamente ser aplicável o piso salarial nela instituído aos diplomados pelos cursos regulares mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária, hipótese na qual se enquadra os tecnólogos.

TRIBUNAL: 4ª Região

DECISÃO: 08 05 1997 TIPO: REO/RO NUM: 95.028867-5

ANO: 1995 NÚMERO ÚNICO PROC: REO/RO -

TURMA: 5a. TURMA

EMENTA: *Recurso ordinário do reclamado e reexame necessário. Matéria comum. Diferenças salariais. Salário mínimo profissional. Tecnólogo em construção civil. Profissão regulada pela Lei 4.950-A/66. Salário profissional fixado em 5 salários mínimos, acrescido de 25% por hora excedente à sexta diária. Não observância pelo reclamado. Devidas diferenças salariais ao autor*

Porém o Tribunal superior de forma totalmente equivocada tem negado a aplicação da lei pelo simples argumento de que os tecnólogos não atendem as exigência da Lei. Diz-se equivocado, pelo simples fato de que os únicos cursos regulares superiores mantidos pelas escolas de Engenharia, Arquitetura, etc. com menos de quatro anos, conforme descreve a lei, são os cursos de Tecnólogos (art. 4º, b).

Por fim, no bom aplicar do costume, o Conselho Federal de Engenharia (Confea), através de suas resoluções (Resolução 397), com assento na própria Lei 4.950-A/66 entende ser previsto, e defende a aplicação desta aos Tecnólogos.

No tocante ao acréscimo do parágrafo único ao art. 1º da Lei customizada, este visa a garantir a efetiva segurança jurídica e aplicabilidade da Lei, em detrimento de práticas abusivas de contratantes, que, para burlar a sua aplicação, intitulam e denominam cargos diversos aos contratados, mesmo que estes exerçam atividades, cargos e funções condizentes e inerentes à sua formação profissional.

1ª TURMA ACÓRDÃO; 19.670/05

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 01485-2004-013-05-0 0-0

Embargante: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Embargado: FABIO BACELAR VITERBO

Relator: Desembargador LUIZ TADEU LEITE VIEIRA

VOTO:

" Observe-se que a questão relativa ao cargo do reclamante foi devidamente apreciada pelo aresto embargado que concluiu que para a contratação foi exigido a formação técnica profissional do candidato em engenharia como constou expressamente do Edital. Assim, o fato de u empresa atribuir outra denominação ao cargo - Técnico em Telecomunicações, não afasta a incidência da Lei 4950-A/66, é o que está expresso no acórdão. Se a parte embargante assim não entende o remédio a ser utilizado é outro que não embargos de declaração.

Nego provimento aos embargos."

"Acordam os Desembargadores da 1ª TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, unanimemente, NEGAR PROVIMENTO aos embargos.

ACÓRDÃO Nº 31685/06 1ª TURMA**RECURSO ORDINÁRIO Nº 00415-2006-001-05-00-6-RO****Recorrente: João Pedro Braga Teixeira****Recorrido: Telemar Norte Leste S.A.****Relator: Desembargador LUIZ TADEU LEITE VIEIRA**

“O reclamante foi contratado como Técnico em Telecomunicações Jr., e em 23/09/2003. Tal contratação se deu em atendimento ao edital publicado pela empresa que de forma clara e precisa destaca a necessidade de o candidato ser formado em engenharia, dando preferência aos recém formados. É o que se lê do documento de fls. 13. Assim, de proêmio, vê-se, claramente, que não obstante a denominação atribuída ao cargo do reclamante, suas funções eram típicas e privativas de pessoal com formação específica em engenharia.”

Por fim, conforme Orientação do Tribunal Superior do Trabalho especificamente, OJ n.º 71 da SBDI II, a fixação do salário profissional em múltiplos do salário mínimo, conforme prevista na Lei 4.950-A/66, não afronta o art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, ao contrário, a vertente Lei encontra-se plenamente em vigor.

Posto isso, entendo que alterações pequenas como as sugeridas pela minha proposta terão grande impacto no mercado profissional dos profissionais ditos Tecnólogos, com conseqüências positivas de um ponto de vista social, econômico e cultural, na medida que tal alteração não deixará qualquer dúvida quanto a aplicação da vertente legislação aos profissionais graduados como Tecnólogos.

Pelo exposto, espero contar com o necessário apoio dos meus ilustres colegas nesta Casa, no sentido de aprovar a proposta legislativa que ora submeto à Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2008.

Deputado VICENTINHO

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 4.950-A, DE 22 DE ABRIL DE 1966.**

Vide RSF nº 12, de 1971.

Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

.....

Art . 1º O salário-mínimo dos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária é o fixado pela presente Lei.

Art . 2º O salário-mínimo fixado pela presente Lei é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais definidos no art. 1º, com relação de emprêgo ou função, qualquer que seja a fonte pagadora.

Art . 3º Para os efeitos desta Lei as atividades ou tarefas desempenhadas pelos profissionais enumerados no art. 1º são classificadas em:

- a) atividades ou tarefas com exigência de 6 (seis) horas diárias de serviço;
- b) atividades ou tarefas com exigência de mais de 6 (seis) horas diárias de serviço.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é a fixada no contrato de trabalho ou determinação legal vigente.

Art . 4º Para os efeitos desta Lei os profissionais citados no art. 1º são classificados em:

- a) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de 4 (quatro) anos ou mais;
- b) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de menos de 4 (quatro) anos.

Art . 5º Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea a do art. 3º, fica fixado o salário-base mínimo de 6 (seis) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea a do art. 4º, e de 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais da alínea b do art. 4º.

Art . 6º Para a execução de atividades e tarefas classificadas na alínea b do art. 3º, a fixação do salário-base mínimo será feito tomando-se por base o custo da hora fixado no art. 5º desta Lei, acrescidas de 25% as horas excedentes das 6 (seis) diárias de serviços.

.....

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2011

(nº 3.898/2008, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Jardim)

Altera a redação do art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, para atualizar o valor da multa administrativa devida pelas infrações àquela Lei.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. As infrações ao disposto nesta Lei serão punidas, com multa de R\$ 40,25 (quarenta reais e vinte e cinco centavos) a R\$ 4.025,33 (quatro mil e vinte e cinco reais e trinta e três centavos), segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou, aplicada em dobro no caso de reincidência e oposição à fiscalização ou desacato à autoridade." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.898, DE 2008

Altera a redação do art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, para atualizar o valor da multa administrativa devida pelas infrações àquela Lei;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. As infrações ao disposto nesta lei serão punidas, com multa de R\$ 40,25 (quarenta reais e vinte e cinco centavos) a R\$ 4.025,33 (quatro mil, vinte e cinco reais e trinta e três centavos), segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou, aplicada em dobro no caso de reincidência e oposição à fiscalização ou desacato à autoridade." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Na condição de Relator do Projeto de Lei nº 1.987, de 2007, que consolida a legislação trabalhista brasileira, tive a incumbência e a oportunidade de analisar toda a matéria pertinente, a fim de emitir o Parecer que aprova a proposição na forma de Substitutivo.

Observo que o Substitutivo por mim apresentado seguiu criteriosamente as disposições relativas à consolidação de leis, estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, entre as quais destaca-se a vedação de modificar-se o alcance ou a interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados (art. 13, § 1º).

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por sua vez, determina, no art. 213, § 4º, que o Relator de Projeto de Lei de Consolidação proponha, "em seu Voto, que as emendas consideradas de mérito, isolada ou conjuntamente, sejam destacadas para fins de constituírem projeto autônomo, o qual deverá ser apreciado pela Casa, dentro das normas regimentais aplicáveis à tramitação dos demais projetos de lei."

Nos estudos necessários à elaboração do Parecer e do Substitutivo, constatei a existência de problemas em relação ao mérito de alguns dispositivos, não sendo possível, pelos motivos expostos, adotar qualquer providência no Substitutivo apresentado. Dessa maneira, embora não tenham sido apresentadas emendas ao Projeto de Lei nº 1.987, de 2007, optei por elaborar Projetos de Lei com o objetivo de alterar tais dispositivos, devendo a tramitação obedecer ao rito determinado pelo art. 213, § 4º, do Regimento Interno.

Um dos dispositivos que requerem, neste momento, adequação da redação é o art. 12 da Lei nº 605, de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.

De acordo com a redação vigente deste dispositivo, as infrações ao disposto na Lei são punidas, segundo o caráter e a gravidade, com multa de cem a cinco mil cruzeiros. Ocorre que essa é ainda a redação original da Lei (de janeiro de 1949, portanto), e, desde então, a multa perdeu completamente seu valor, que hoje é irrisório, para não dizer inexistente.

Tomando como exemplo o valor mínimo da multa do art. 12 (cem cruzeiros), foi a seguinte a sua evolução até hoje:

a) O art. 1º do Decreto nº 57.146, de 1º/11/65, atualizou, conforme determinado pelo art. 9º da Lei nº 4.357, de 16/7/64, em 70 vezes o valor desta multa, que passou a ser de Cr\$ 7.000,00.

b) O Decreto-lei nº 1, de 13/11/65, instituiu o cruzeiro novo e o valor da multa passou para NCr\$ 7,00.

c) A Resolução do Banco Central nº 144, de 31/3/70, restabeleceu a denominação “cruzeiro”, sendo mantido o valor do cruzeiro novo. A multa passou, então, a ser de Cr\$ 7,00.

d) O Decreto-lei nº 2.283, de 27/2/86, instituiu o cruzado e o valor da multa passou a ser Cz\$ 0,007.

e) A Lei nº 7.730, de 31/1/89, instituiu o cruzado novo e a multa passou a valer NCz\$ 0,000007.

f) O art. 2º da Lei 7.855/89 determinou que o valor das multas administrativas decorrentes da violação das normas trabalhistas fosse triplicado e, em seguida, expresso em quantidade de BTN. O cálculo feito foi o seguinte: multa triplicada = NCz\$ 0,000021; na época, 1 BTN correspondia a NCz\$ 3,6647; a multa passou então a valer 0,0000057 BTNs.

g) O art. 3º da Lei nº 8.177/91 extinguiu o BTN. O parágrafo único desse artigo e o art. 21, I, da Lei nº 8.178/91 determinaram que o valor destinado à conversão de BTNs para cruzeiros era de Cr\$ 126,8621. A multa passou a valer Cr\$ 0,0007270.

h) O art. 10 da Lei nº 8.218/91 determinou que os valores relativos a penalidades, convertidos em cruzeiros nos termos do art. 21 da Lei nº 8.178/91, fossem elevados em 70%. O valor da multa passou para Cr\$ 0,0012358.

i) A Lei nº 8.383/91 instituiu a UFIR, determinando, no art. 3º, que os valores expressos em cruzeiros na legislação tributária fossem convertidos em quantidade de UFIR, utilizando-se como divisor o valor de R\$ 215,6656, se relativos a multas e penalidades de qualquer natureza. A multa passou a valer 0,0000057 UFIRs.

j) A Medida Provisória nº 1.973-67/00, convertida na Lei nº 10.522/02, extinguiu a UFIR. Considerando que o último valor da UFIR foi de R\$ 1,0641 (Portaria MF nº 488/99), o valor atual da multa mínima é R\$ 0,0000061 (sessenta e um décimos de milionésimos de real).

Seguindo-se a mesma evolução legal, o valor máximo, originalmente de cinco mil cruzeiros, corresponde hoje a R\$ 0,0003049 (três mil e quarenta e nove décimos de milionésimos de real).

Trata-se de evidente distorção legal, que deixa sem qualquer punição as infrações ao direito de o trabalhador brasileiro repousar nos dias feriados. Essa distorção fica ainda mais evidente quando se compara essa multa com a fixada para as infrações ao Capítulo da CLT relativo à duração do trabalho, prevista no art. 75 da Consolidação, que hoje, após a atualização legal, varia entre R\$ 40,25 (quarenta reais e vinte e cinco centavos) a R\$ 4.025,33 (quatro mil, vinte e cinco reais e trinta e três centavos).

Deve-se ressaltar que, ao contrário do que ocorre com os feriados, as infrações ao direito a repouso semanal remunerado são punidas com a multa do art. 75 da CLT.

Tratando-se de dispositivos que visam a proteger direitos equivalentes, este Projeto de Lei propõe que se fixe, para as infrações à Lei nº 605, de 1949, multas idênticas às estabelecidas no art. 75 da CLT, suprimindo lacuna

legal que prejudica o direito de milhões de trabalhadores, ao dificultar a atuação da fiscalização do trabalho em razão da falta de punibilidade.

Deve-se esclarecer que a proposição adota integralmente a redação do art. 75 da CLT, inclusive nos aspectos relativos aos critérios para a fixação da multa.

É suprimida, assim, a parte inicial da atual redação do art. 12 da Lei nº 605, de 1949, que se refere às "instituições públicas referidas no artigo 4º," que fazia referência "aos trabalhadores das autarquias e de empresas industriais, ou sob administração da União, dos Estados e dos Municípios ou incorporadas nos seus patrimônios, que não estejam subordinados ao regime do funcionalismo público". O dispositivo, entretanto, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, cujo art. 39, *caput*, determina a instituição de regime jurídico único pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Havendo, portanto, o "regime do funcionalismo público" a que se refere o dispositivo, os trabalhadores mencionados estarão obrigatoriamente subordinados a ele.

Diante do exposto, apresento este Projeto de Lei, na certeza da aprovação por esta Casa, em favor do direito dos trabalhadores brasileiros.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 2008.

Deputado Arnaldo Jardim
PPS/SP

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949.

Regulamento

Repouso semanal remunerado e o pagamento de
salário nos dias feriados civis e religiosos.

.....
Art. 4º É devido o repouso semanal remunerado, nos termos desta lei, aos trabalhadores das autarquias e de empresas industriais, ou sob administração da União, dos Estados e dos Municípios ou incorporadas nos seus patrimônios, que não estejam subordinados ao regime do funcionalismo público.
.....

Art. 12. Salvo no que entende com as instituições públicas referidas no artigo 4º, as infrações ao disposto nesta lei serão punidas, segundo o caráter e a gravidade, com a multa de cem a cinco mil cruzeiros.
.....

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno, os **Projetos de Lei da Câmara nºs 42 e 43, de 2011**, serão apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, da referida Norma Interna.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2011** (nº 6.176/2009, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *autoriza o Poder Executivo a doar quatro aeronaves H-1H à Força Aérea Boliviana*.

É o seguinte o projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2011

(nº 6.176/2009, na Casa de origem)

(De iniciativa da Presidência da República)

Autoriza o Poder Executivo a doar 4 (quatro) aeronaves H-1H à Força Aérea Boliviana.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Defesa, autorizado a doar à Força Aérea Boliviana 4 (quatro) aeronaves de fabricação americana, tipo H-1H IROQUOIS, acionadas por motor Lycoming T53-L13B, matrículas 8659, 8533, 8657 e 8666, com os respectivos números de série 13843, 3205, 13024 e 13500, do acervo da Força Aérea Brasileira.

Art. 2º As aeronaves serão doadas no estado em que se encontram, e as despesas com seu traslado correrão às expensas da Força Aérea Boliviana.

Art. 3º A doação de que trata esta Lei será feita mediante termo lavrado perante o chefe do órgão competente do Comando da Aeronáutica.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.176, DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a doar quatro aeronaves H-1H à Força Aérea Boliviana;

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Defesa, autorizado a doar à Força Aérea Boliviana quatro aeronaves de fabricação americana, tipo H-1H IROQUOIS, acionadas por motor Lycoming T53-L13B, matrículas 8659, 8533, 8657 e 8666, com os respectivos números de série 13843, 3205, 13024 e 13500, do acervo da Força Aérea Brasileira.

Art. 2º As aeronaves serão doadas no estado em que se encontram, e as despesas com seu traslado correrão às expensas da Força Aérea Boliviana.

Art. 3º A doação de que trata esta Lei será feita mediante termo lavrado perante o chefe do órgão competente do Comando da Aeronáutica.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília,

Mensagem nº 798, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Autoriza o Poder Executivo a doar quatro aeronaves H-1H à Força Aérea Boliviana”.

Brasília, 1º de outubro de 2009.



EM Nº 00259/MD

Brasília, 18 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o Ministério da Defesa, por meio dos Comandos Militares, tem-se empenhado em celebrar acordos bilaterais com nações amigas, visando estreitar laços de amizade e permitir a participação mais efetiva do Brasil em questões internacionais, por meio da colaboração com as Forças Armadas co-irmãs no cumprimento de suas missões, dentro das possibilidades de cada Força Armada brasileira.
2. No que tange ao Comando da Aeronáutica (COMAER), este Ministério identificou, em algumas oportunidades, a possibilidade de implementar ações nesse sentido, viabilizando a doação de aeronaves que possam suprir eventuais carências apresentadas pelas Forças Armadas de alguns países.
3. Nesse contexto, em reunião realizada por Vossa Excelência com o Excelentíssimo Senhor Presidente da Bolívia, EVO MORALES, durante as Reuniões de Cúpula da Costa do Sauípe, em 18 de dezembro de 2008, aquele país mencionou a necessidade de obter quatro helicópteros, com o propósito de facilitar as operações de combate ao narcotráfico.
4. Tal manifestação desencadeou estudos por parte do COMAER, por intermédio do Estado-Maior da Aeronáutica, com a participação do Comando-Geral de Apoio e do Comando-Geral da Força Aérea Boliviana, os quais apontaram a viabilidade de a Força Aérea Brasileira efetuar uma eventual doação de quatro helicópteros H-1H àquele país.
5. Estudos preliminares demonstraram que, em razão da existência, no mercado, de outras aeronaves mais modernas e de menor custo operacional, as aeronaves H-1H possuem um valor residual que não compensa ao Brasil, economicamente, a sua alienação, por se tratar de equipamento fabricado há várias décadas.
6. Ademais, a estocagem desse material acarreta a utilização de instalações e o dispêndio de recursos por parte do COMAER. Acrescenta-se que as aeronaves serão doadas no estado em que se encontram, e as despesas com seu traslado serão custeadas pela Força Aérea Boliviana, instituição com a qual a Aeronáutica vem mantendo estreitas relações desde longa data.

7. **Adicionalmente, os helicópteros H-1H não mais atendem às necessidades operacionais da Força Aérea, razão pela qual já existem estudos no sentido de sua substituição por aeronaves mais modernas. Nesse sentido, há que se ressaltar que, conforme é do conhecimento de Vossa Excelência, encontra-se em curso o Projeto para Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral para as Forças Armadas (Projeto H-XBR).**

8. **Em consequência, o Ministério da Defesa, em coordenação com o COMAER e o Ministério das Relações Exteriores, entende como recomendável a doação de quatro aeronaves, pelas razões que se seguem:**

a - por necessitar de aeronaves mais modernas e mais econômicas, a Força Aérea Brasileira está substituindo, gradativamente, as aeronaves desse tipo. Pela mesma razão, não há interesse do COMAER em manter tais aeronaves em seu acervo por período além do necessário, tendo-se em conta o s custos adicionais decorrentes de sua estocagem;

b - o alto custo para manter as aeronaves em condições de voo, assim como do suprimento necessário, eleva o custo residual dessas aeronaves, não compensando economicamente a sua alienação; e

c - por outro lado, a doação, se viabilizada, reforçará o bom relacionamento bilateral entre o Brasil e a Bolívia no contexto sul-americano, estreitando ainda mais os laços de cooperação mútua, tão necessários na atual conjuntura internacional.

8. **Pelas considerações apresentadas, submeto a Vossa Excelência o incluso projeto de lei para ser enviado ao Congresso Nacional e que, se transformado em lei, possibilitará a doação pretendida.**

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Nelson Azevedo Jobim

(As Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição Justiça e Cidadania.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – **O Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2011**, que acaba de ser lido, vai às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência comunica ao Plenário o envio ao Arquivo das **Mensagens nºs 287 e 306, de 2010, e 80 e 54, de 2011**, em atendimento ao despacho do Primeiro-Secretário.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 2, de 2011**, do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-China, comunicando a reinstalação do Grupo, bem como a eleição de sua diretoria, em 05 de abril último.

É o seguinte o Ofício:

OF. Nº 2/11/GP/BR/CN(*)

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi reinstalado no Senado Federal, em 5 de abril último, o Grupo Parlamentar Brasil-China. Na mesma oportunidade, foi eleita e empossada a sua Diretoria, da qual Vossa Excelência, como Presidente do Senado Federal, faz parte como Presidente de Honra.

Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº 4, de 7 de maio de 2004, no Senado Federal, fruto do Projeto de Resolução nº 37/03, de autoria do então Senador Alberto Silva, do Piauí, com o objetivo

* A ata a que se refere o ofício, encontra-se publicada no presente diário (item 2 do Sumário)

de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República Popular da China. O Grupo é formado por 41 Senadores.

Encaminho, em anexo, para os devidos registros, a Ata da Reunião de Reinstalação do Grupo Parlamentar Brasil–China, a relação dos Parlamentares que o integram, bem como de sua Diretoria, onde tive a satisfação de ver meu nome escolhido por meus pares do Senado Federal para, no próximo biênio, presidir este Grupo Parlamentar.

Na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações que serão desenvolvidas, em prol da intensificação do relacionamento entre nossos Parlamentos, antecipo agradecimentos.

Respeitosamente, – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil–China.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Geovani.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para uma comunicação inadiável, como segundo orador inscrito.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – V. Exª é o segundo, uma vez que sou a primeira. Vanessa, primeira, comunicação inadiável, Senador Geovani Borges, segundo.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Para uma comunicação inadiável. Eu cheguei em terceiro, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senador Suplicy, Eduardo Suplicy, inscrito como comunicação inadiável.

E conforme acerto feito com o Senador Paulo Paim, que é o primeiro orador inscrito, eu gostaria de chamar, para falar pela Liderança do Bloco, Senador Walter Pinheiro. V. Exª dispõe de cinco minutos. Da tribuna, Senador Walter Pinheiro, falará pela Liderança do Bloco.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, quero, nesta tarde, dizer da nossa alegria, satisfação, principalmente pela, diria, boa produtividade das comissões de hoje aqui no Senado.

Nós tivemos a oportunidade do bom debate na Comissão de Constituição e Justiça, de diversas matérias, aprovação da anistia para os bombeiros do Rio de Janeiro, um projeto do Senador Lindbergh, mas em particular na Comissão de Infraestrutura, nesta tarde de hoje, nós pudemos comemorar um importante passo num debate que já no mês de janeiro, ainda no recesso parlamentar, esta Casa teve a oportunidade de discutir

a partir do que ocorreu na região serrana, provocado pelas chuvas, assim como também numa sequência, nós tivemos oportunidade de debater, aqui na Casa, os efeitos dos *tsunamis* e a própria questão envolvendo a Usina Nuclear de Fukushima. Todos esses temas se encaixam no arcabouço do bom debate sobre as questões de defesa civil e as ações para prevenção de desastres, de tragédias, o uso de tecnologia para que, antecipando-se a esses fenômenos da natureza, nós tenhamos a oportunidade de cuidar das pessoas.

Ainda nessa mesma linha, discutimos na Comissão de Infraestrutura, hoje, a oportunidade de investimentos para que façamos uma verdadeira reestruturação no que diz respeito à ocupação irregular de solos, à própria necessidade que tem levado a população a ocupar as áreas de encosta, buscando moradia em locais inadequados, à completa falta de infraestrutura, de saneamento e abastecimento de água.

Portanto, todos esses componentes merecem tratamento não emergencial, como a gente tem assistido ao longo dos anos. Todas as vezes que uma tragédia, todas as vezes em que nos deparamos com uma verdadeira necessidade de mobilização para atender irmãos, quer no norte, quer no nordeste, quer no sul, onde quer que seja, temos uma atitude sempre de trabalhar com a emergência. E, na maioria das vezes, os recursos liberados não chegam a esses lugares em tempo para socorrer as pessoas ou, quando os recursos chegam, as pessoas já até voltaram para o local de origem, já se acomodaram, meu caro Geovani. É como, se na prática, a nossa ação emergencial fosse só e somente pautada para um atendimento muito posterior.

Portanto, o estabelecimento de uma cultura de defesa civil, o estabelecimento de uma cultura de ação planejada, a necessidade de reestruturação de diversas áreas para criar as condições ideais de moradia, preservação, de atendimento, principalmente das questões estruturais, é o que, na nossa opinião, vem ao encontro desse projeto que nós aprovamos hoje na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

A ideia é utilizarmos recursos do pré-sal.

Portanto, dispensar parte desses recursos, de maneira que tenhamos de forma planejada, ajustada, sem descuidar das necessidades emergenciais, sem descuidar do preparo para atuar quando a emergência efetivamente se apresentar. É óbvio que nós não estamos falando em eliminar a seca. A seca é inerente. O que nós estamos precisando discutir é quais as medidas de convivência com a seca. Nós não estamos falando em eliminar algumas das intempéries, nem tampouco numa ação preventiva avaliar que nós vamos mudar o curso natural dessas movimentações ou dessas ações da natureza, a quantidade de chuva...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – ... ou a própria escassez dela. Não é nenhuma coisa absurda falar aqui que por diversas vezes, quando os recursos da emergência são liberados, minha cara Senadora Ana Amélia, nós até convivemos com as coisas extremamente, eu diria, até mais do que chocantes. No momento em que chove no sul tem todo um apelo para que a gente possa liberar recursos para atender à necessidade de reestruturação dessas áreas. Quando os recursos são liberados, o sul parece que já está experimentando a seca. Demora tanto a liberação de recursos que chega com uma dose excessiva de atraso.

Portanto, além dessa política hoje de aprovação da priorização de ações planejadas para essas questões, fica também a lição para que nós possamos produzir neste País...

Vou concluir...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senador Walter Pinheiro, a Mesa gostaria de pedir desculpas a V. Exª, porque, na realidade, V. Exª fala como orador inscrito e, portanto, dispõe de um tempo de dez minutos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Portanto, é importante que nós façamos desse projeto um instrumento capaz de juntar as diversas iniciativas: a consolidação de centros de emergência, e não estou falando de nada absurdo. O Rio de Janeiro construiu um Centro de Emergência; a Europa, os Estados Unidos já trabalham com centros de emergência, com número único, com concentração de esforços, com toda uma lógica de utilização do que de mais moderno tem para fazer, o atendimento e o acompanhamento, a junção de ações como de reestruturação urbana, de reestruturação física das questões habitacionais e até a disponibilização de recursos para que, se necessário for, o deslocamento de populações inteiras da região onde se encontram.

Dou como exemplo o fato da região serrana que, naquele período do final do ano passado, início deste ano, conviveu exatamente com aquela tragédia que abalou o Brasil inteiro.

Portanto, quero aqui, Srª Presidente, chamar a atenção para a importância dessa matéria e da consagração de um princípio de defesa civil no Brasil, para que tenhamos oportunidade de prestar um bom serviço, de atender o cidadão e, efetivamente, mudar as condições, onde muitos vivem de forma completamente precária.

Por isso, quero agradecer, Srª Presidente, a todos os meus pares da Comissão de Infraestrutura que aprovaram essa matéria. E também diria, já preparando o caminho para que possamos discutir na Comissão

de Assuntos Econômicos, de que forma nós faremos o remanejamento desses recursos em relação ao fundo, utilizando o pré-sal como base e, ao mesmo tempo, também levando em consideração a necessidade de aplicação desses recursos a partir das diferenças regionais e a partir das necessidades em todo o País.

Era isso, Srª Presidente, que eu gostaria de deixar registrado nesta tarde e dizer da minha alegria que, mesmo num período pré-feriado, onde todos têm se deslocado também para suas regiões buscando atender as demandas das festas juninas, o Senado da República, na manhã de hoje, produziu intensamente, nas diversas comissões, diversas matérias que vão ao encontro do desejo, das necessidades do povo brasileiro.

Era isso que tinha a dizer, Srª Presidente. Muito obrigado.

E espero que o povo da Bahia, assim como o povo de todo o País, nessas festas juninas, possa curtir em paz esse período festivo, tendo tranquilidade nas estradas, tranquilidade no uso de determinados... Eu diria até de artifícios – como a guerra de espadas, na Bahia – e até mesmo na dosagem na utilização de licor (bebida), para que o povo possa fazer desse período junino um período, efetivamente, de distração.

E, na Bahia, em particular, quero realçar o investimento que o governo faz, o Governo da Bahia, aproveitando esse momento para estimular, cada vez mais, o desenvolvimento e a cultura regional no nosso Estado, disponibilizando, através da Secretaria de Turismo e da Secretaria de Cultura, todos os meios e os canais, para que nossa gente possa, em momento de diversão, em momento inclusive de festejos das comemorações juninas, também apresentar aquilo que mais vínculo tem com a nossa cultura e que é produzido ao longo de todo um período, às vezes até anos e anos a fio, de preparo para o momento de apresentação.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidenta.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada. A Mesa agradece V. Exª.

Gostaria de consultar os oradores inscritos, Senador Geovani Borges, pelo período de comunicação inadiável, se seria possível chamarmos agora para falar, utilizando o tempo da liderança do Partido dos Trabalhadores, o Senador Lindbergh, visto que tem uma viagem marcada. É possível?

Senador Paulo Paim, na realidade, olhamos aqui que, depois de V. Exª, o Senador Walter Pinheiro seria o próximo orador inscrito presente em plenário. Então, ele falou como orador inscrito. Falará agora o Senador Lindbergh, por cinco minutos, pela liderança e, em seguida, V. Exª Senador Paim.

Senador Lindbergh, V. Ex^a tem a palavra pelo período de até cinco minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Serei bem breve, mas não poderia deixar de subir a esta tribuna para agradecer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores pelo apoio a um projeto de minha autoria que concede anistia aos bombeiros do Rio de Janeiro.

O Senado Federal aprovou, em caráter terminativo, por unanimidade, na Comissão de Constituição e Justiça esse projeto, que irá agora à Câmara. Fizemos questão, Senador Wilson Santiago e Senador Geovani, de dizer, na Comissão, que o interesse maior nosso era a construção de uma saída para o impasse do Rio de Janeiro. Não é tomar um lado, é ajudar na construção de um grande acordo.

Você sabe que o centro da argumentação dos bombeiros do Rio de Janeiro é o reajuste salarial. A reivindicação é muito justa, pois é o pior salário do Brasil, mas houve excesso de ambas as partes nesse processo. E hoje posso dizer que, além da reivindicação salarial, a briga maior dos bombeiros é pela anistia, a angústia dos familiares, a angústia dos bombeiros do Rio de Janeiro é pela anistia.

Quando foram presos os 439 bombeiros, eu fui visitá-los. Quero aqui dizer e trazer meu testemunho: é equivocado dizer que esse é um movimento partidário e que alguém está querendo politicamente... Estive lá. É um movimento deles, muito organizado, e acho que agora temos que contribuir na solução desse impasse. Tenho certeza de que a Câmara dos Deputados vai votar com velocidade esse projeto. E na hora que a Presidente for sancionar, acho que temos um intervalo para adiantar as negociações salariais e ajudar a construir essa saída. O que queremos é a pacificação nessas relações.

Quero agradecer o apoio de todos os Senadores desta Casa, de todos os Senadores do Estado do Rio de Janeiro, do Senador Francisco Dornelles e do Relator, Senador Marcelo Crivella, que fez um excelente relatório. E eu queria aqui, rapidamente, porque sei que são muitos os Senadores que estão aqui para falar, e agradeço a tolerância e a posição da Presidente, que me permitiu falar neste momento, citar, Senador Paulo Paim, que essa anistia que foi aprovada hoje pelo Senado, um projeto de minha autoria, na verdade, utilizou o mesmo caminho de um projeto do Senador Garibaldi Alves, que foi aprovado e sancionado pelo Presidente Lula em 13 de janeiro de 2010. Aquele projeto concedeu anistia a bombeiros de doze Estados da Federação – Rio Grande do Norte, Bahia, Roraima, Tocantins, Pernambuco, Mato Grosso, Ceará, Santa Catarina e Distrito Federal –, que estavam

fazendo também movimentos de reivindicação. Então, seguimos o caminho do Senador Garibaldi Alves, e o interessante foi a velocidade da apresentação desse projeto aqui, pois conseguimos, em dez dias, aprovar, em caráter terminativo, no Senado Federal.

Mas o relatório do Senador Crivella utiliza inclusive um outro relatório, é baseado no relatório do Senador Valdir Raupp, quando foi Relator do PLC 122, de 2007, em que fala do instituto da anistia.

Diz o Senador Valdir Raupp:

(...) Cumpre também ressaltar que o instituto da anistia está expressamente previsto tanto no Código Penal Militar (v. g. art. 123, II) como no Código de Processo Penal Militar (...). Quanto ao mérito da proposição que ora examinamos, cabe recordar que o Congresso Nacional tem concedido anistia em diversas oportunidades de nossa história, remota e recente. Sem tratar da ampla anistia do período da redemocratização, em 1979, cabe fazer menção a diversos casos pontuais nos quais este Parlamento exerceu o seu poder de anistiar.

Nesse sentido [fala o Senador Valdir Raupp] trazemos à colação a Lei nº 8.048, de 15 de junho de 1990, que concedeu anistia a todas as pessoas envolvidas em atentado ao Presidente da República, ocorrido em 1987, quando ocupava o cargo o Senador José Sarney. A propósito, transcrevemos a seguinte passagem da Exposição de Motivos dos Ministros Chefes dos Gabinetes Civil e Militar:

‘A anistia é ato de magnanimidade e visa proporcionar o apaziguamento dos ânimos sociais’.

E encerro, Sr^a Presidente, citando, no bom relatório, excelente relatório feito pelo Senador Marcelo Crivella, o trecho de um discurso de 1905, do nosso Senador Rui Barbosa. O Senador Rui Barbosa diz:

(...) A anistia, portanto, nos termos em que eu vo-la aconselho e no valor da sua expressão real, não será, jamais, um tratado entre o poder e a revolta. É a intervenção da equidade pública e da legalidade suprema, varrendo os danos de uma repressão que se desnorteou e se não sustenta. É o bálsamo do amor aos nossos semelhantes, vertido sobre as violências de um processo, de onde se banira a justiça. É o remédio final...

(Interrupção do som.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Para concluir, Sr^a Presidente.

...para o abonancamento das paixões, para a re aquisição de simpatias perdidas, para a normalização da ordem pela confiança entre governados e governantes.

Sr^a Presidente, não quero me exceder. Agradeço aos senhores por permitirem a minha fala como Líder do Partido dos Trabalhadores, usando o tempo da Liderança do Partido dos Trabalhadores. E, ao agradecer a todos os Senadores, quero falar da minha alegria como Senador desta Casa ao aprovar seu primeiro projeto. Estamos na batalha, com vários projetos em várias áreas. Então, hoje, quero trazer aqui a minha satisfação por apresentar e conseguir aprovar um projeto que, tenho certeza, vai melhorar a vida de muitas pessoas e vai ajudar a pacificar uma relação que está tensa em meu Estado, o Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Presidenta Vanessa Grazziotin.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a, Senador Lindbergh Farias. A alegria de V. Ex^a não é apenas pelo fato de ser o primeiro projeto aprovado, mas um projeto de tamanha magnitude. O Rio de Janeiro tem sido notícia por conta das áreas de pacificação, e o projeto de V. Ex^a vem exatamente nesse sentido, contribuir com a paz e com o afeto no Estado do Rio de Janeiro.

Parabéns, Senador Lindbergh.

Convidamos agora, como orador inscrito, o Senador Paulo Paim, pelo tempo de dez minutos.

V. Ex^a tem a palavra, Senador. V. Ex^a que ontem conduziu, de forma impecável, os trabalhos aqui no plenário do Senado Federal.

Com a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a que, de forma impecável, fez a defesa do seu Estado e da bancada do Amazonas, no tempo que acabei cedendo a V. Ex^a, com muita satisfação, porque conheço sua história, sua vida e o compromisso com seu Estado e com nosso País.

Senadora Vanessa Grazziotin, quero fazer rápidas colocações.

Quero, primeiro, cumprimentar o Senador Lindbergh Farias. Ontem, recebi uma delegação de bombeiros, sei que V. Ex^a também, e todos assumimos o compromisso de votar favoravelmente, de dar a nossa assinatura e o nosso apoio – tive a satisfação de assinar agora pela manhã – à anistia dos bombeiros, que é mais do que justa. Nós, Senadores, viemos à tribuna diversas vezes pedir bom senso e que se estabelecesse um processo de negociação no Estado do

Rio de Janeiro para que o conflito instalado entre os bombeiros e o Governo do Estado chegasse ao fim. Felizmente isso aconteceu. O Senador Lindbergh Farias e o Senador Crivella, como Relator, tomaram essa iniciativa que vai garantir – tenho certeza de que a Câmara também vai aprovar – a anistia aos bombeiros.

Senadora Vanessa, quero também registrar duas audiências públicas que realizamos esta semana na Comissão de Direitos Humanos.

Uma delas foi relativa à máfia dos combustíveis. É da maior gravidade o que ouvimos naquela comissão, e é o consumidor que paga a conta. É diesel com água, é gasolina com água, todos os produtos derivados do petróleo sem nenhum tipo de fiscalização, e o consumidor é que paga a conta. Ouvi dono de posto pedir, pelo amor de Deus, fiscalização; ouvi dono de posto falar da sonegação; ouvi dono de posto falar da forma como a gasolina, o álcool e o diesel são vendidos. Segundo eles, há uma máfia que se instalou e que muda, inclusive por telefone, lá na bomba, a quantidade de litros que efetivamente você está colocando no seu carro. Por exemplo: você paga vinte litros, mas só entram dezoito ou quinze litros e, na bomba, aparece o valor integral correspondente aos vinte litros que você estaria comprando.

Diante desses fatos, decidimos marcar outra audiência pública, desta vez convidando o Ministério da Justiça, convidando a Polícia Federal, convidando a ANP, convidando a Petrobras e o representante dos postos, que foi quem fez a principal denúncia, bem como o representante dos frentistas, ou seja, dos trabalhadores.

Quero também destacar, Sr. Presidente, Wilson Santiago, a audiência pública desta manhã, quando discutimos os assassinatos no campo.

Em 20 dias, seis líderes foram assassinados, entre sindicalistas, líderes dos trabalhadores rurais e ambientalistas. O fato também é da maior gravidade, pois, em dez anos, cerca de 500 pessoas foram assassinadas; outros dois mil estão na lista para serem executados. Todos são homens de bem, que dão a sua vida em defesa do meio ambiente, em defesa do Planeta, que lutam e peleiam para ter o direito de, na terra, trabalharem.

Muitos processos desaparecem e, como foi dito lá hoje por aqueles que efetivamente atuam na área – estou falando do Ministério da Justiça, de advogados, de representante da Força Nacional, da CPT, da Contag –, dá para contar nos dedos, nesses mais de 500 assassinatos, quantos pistoleiros foram presos e, principalmente, os mandantes. Isso porque o pistoleiro é pago, mas há alguém por trás que acaba não aparecendo, e não acontece exatamente nada.

Portanto, vamos mandar o teor dessa audiência pública a todos os órgãos de Governo – leia-se Judiciário, Legislativo e Executivo – e também para a Polícia Federal, que lá esteve e fez um belo depoimento. Meus cumprimentos ao trabalho da Polícia Federal.

Sr^a. Presidenta, ainda quero aproveitar este momento – e falava com o Senador Wilson Santiago minutos atrás – para dizer da importância da sessão que teremos na segunda-feira pela manhã aqui neste plenário. Será uma sessão de homenagem à família autista. É um projeto que nasceu na Comissão de Direitos Humanos, teve a relatoria da Senadora Ana Rita e do Senador Flávio Arns – eu acabei relatando na Comissão de Assuntos Sociais –, já está aprovado e, neste momento, encontra-se na Câmara dos Deputados.

Ainda quero registrar, Sr. Presidente, que li uma notinha que dizia “fogo amigo”, porque lá, na Câmara dos Deputados, eles estão votando um projeto de minha autoria que quer simplesmente garantir o adicional de periculosidade para os vigilantes. A Senadora Vanessa Grazziotin tem um projeto idêntico a esse. Trabalhamos juntos. E dizem que é fogo amigo. Mas é fogo amigo de quem? O adicional de periculosidade tem que ser pago aos vigilantes – repito, como disse muitas vezes –, pois eles dão a sua vida em defesa das nossas vidas e do nosso patrimônio. Isso não é contra o Governo, é contra aqueles que não querem pagar aos vigilantes o que eles têm direito. E o Supremo Tribunal Federal está mandando pagar.

Tanto eu quanto a Senadora Vanessa Grazziotin – ela como Deputada e eu como Senador – demos entrada nesses projetos que estão tramitando. Tenho certeza de que o projeto vai se tornar lei, como foi o dos eletricitários, a quem garantimos o adicional.

Quero aproveitar este momento e cumprimentar o Supremo Tribunal Federal pela decisão recente, amparado, inclusive, no projeto que nós apresentamos aqui sobre a aposentadoria especial para o servidor público deficiente. É o Projeto nº 250. O Senado aprovou-o, mas infelizmente a Câmara não o aprova. E o Supremo decidiu que se tem de garantir, sim, a aposentadoria especial para a pessoa com deficiência no serviço público, amparado na PEC Paralela, que tivemos a alegria de ajudar a elaborar nesta Casa.

Então, a partir desta semana, por decisão do Supremo, porque a Câmara não decidiu, está garantido aos servidores públicos, baseado no Projeto nº 250, de nossa autoria, aprovado pelo Senado, à pessoa com deficiência o direito à aposentadoria especial.

Nessa mesma linha, Senador Wilson Santiago e Senadora Vanessa Grazziotin... Senadora Vanessa, V. Ex^a estava ao telefone – o Mão Santa é quem fazia isso, não vou fazer com V. Ex^a –, mas eu elogiei muito

aqui a iniciativa do adicional para os vigilantes, projeto de V. Ex^a e nosso. A Câmara vai aprová-lo, sim, embora alguns digam que é fogo amigo – é como se fosse contra o Governo. É contra os grandes empresários que contratam os vigilantes e não querem pagar-lhes. Não é nem contra eles, eu diria; é em defesa dos trabalhadores que poderão exercer a sua função recebendo o adicional de periculosidade.

Quero ainda destacar...

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...que nós realizamos – vou conceder o aparte em seguida, Senadora Ana Amélia –, nesta semana, mais uma reunião com o Ministro Garibaldi, quando foi discutida mais uma vez a importância de termos uma política salarial para os aposentados e pensionistas que ganham mais do que o mínimo, até porque, se isso não acontecer, em janeiro, o salário mínimo deverá ganhar em torno de 14%, e o aposentado não vai receber nem a metade. Essa é a primeira questão.

A segunda questão, nessa reunião com as centrais, com as confederações, com a Cobap – aqui, meu amigo Varlei, mais uma vez me dirijo a você –, foi assegurada a antecipação do décimo terceiro. Este ano será em agosto, mas nos anos subsequentes será sempre em junho, julho, provavelmente mais um ano em julho, dali para frente todos os meses em junho.

Então, os aposentados podem ficar tranquilos, que receberão agora, no mês de agosto, a antecipação do seu décimo terceiro salário. Também está avançando a discussão de uma alternativa ao fim do Fator Previdenciário.

Ontem ainda, em um jantar promovido pela RBS, Senadora Ana Amélia – e vou dar o aparte a V. Ex^a –, onde estavam diversos Ministros e as bancadas de Senadores e Deputados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, falava com o Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia. Ele disse que é da vontade dele, dialogando com os líderes, que aprovemos, ainda este ano, uma alternativa ao Fator Previdenciário e também à questão da redução de jornada. Ambos são projetos que aprovamos aqui no Senado e estão lá na Câmara dos Deputados.

Dizia ele que é importante essa construção desse entendimento no Fator e também na jornada, mediante um diálogo que se está construindo numa câmara setorial, numa câmara de conciliação, que ele está montando para a construção desse entendimento.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente, que faz anos que estou lutando para acabar com o Fator. Aqui, nós já acabamos. Creio que a Câmara, a partir dessas iniciativas do Senador e hoje Ministro Garibaldi Alves

Filho, do Presidente da Câmara e de outros, tem tudo para construirmos esse grande entendimento.

Senadora Ana Amélia, não poderia deixar de conceder um aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador Paulo Paim, ainda referente a direitos previstos na Constituição, V. Ex^a mencionou a decisão do Supremo Tribunal Federal, resgatando um direito à cidadania. Queria dizer também que pedi urgência ao PLC nº 40, uma matéria muito importante, que regulamenta um artigo da Constituição brasileira de 1988, que diz respeito ao direito dos portadores de deficiência em relação à aposentadoria. Nesse particular, o projeto do Deputado Leonardo Mattos, do Partido Verde de Minas Gerais, foi aprovado pela Câmara, por unanimidade, e veio para cá, e eu pedi a urgência. A pedido do Ministro da Previdência, negociamos para que o Governo apresentasse uma proposta. Ele está nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais. Espero que esta matéria venha com a maior brevidade possível. O Senador Lindbergh Farias também tem tratado com empenho essa matéria, que é de grande interesse para todos os portadores de deficiência e para as suas famílias respectivas...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – ... até porque não acredito que seja boicote do nosso Presidente Wilson Santos, que é tão gentil, mas apenas um mal funcionamento do sistema de som. Então, agradeço V. Ex^a pela oportunidade de dar essa informação, Senador Paulo Paim, que também tem uma grande preocupação com as questões sociais. Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – PR) – Apenas reafirmei, Senadora Ana Amélia, que o PL nº 250, de nossa autoria, já foi aprovado, e o Supremo Tribunal Federal decidiu – no meu caso, é para o serviço público –, assegurando que estou correto. É uma briga que venho tratando desde a PEC Paralela. Foi na PEC Paralela que coloquei que a pessoa com deficiência tem que ter o direito à aposentadoria especial, tanto na área pública como também na área privada.

Encaminhamos dois projetos frutos da nossa iniciativa para que houvesse a devida regulamentação. Infelizmente, o Congresso até hoje não aprovou. Depois, surgiram outros projetos, mas o meu projeto é ainda de 1995.

Agora, com a decisão do Supremo, eu espero que, enfim, o Congresso cumpra a sua parte (*fora do microfone*). É como a história do direito de greve. Eu apresentei o projeto do direito de greve há 25 anos. É

o primeiro projeto pós-Constituinte, e até hoje o Congresso ainda não votou essa legislação.

Termo dizendo, Sr. Presidente, que quero cumprir a CDH, a CAS e a CDR, que, por iniciativa nossa, aprovaram para que esteja na redação da Comissão Mista do Orçamento o adicional correspondente ao PIB dos últimos doze meses mais a inflação para os aposentados, para que ninguém diga que não colocamos na peça orçamentária a possibilidade de recursos para garantir, ainda este ano, o valor dos benefícios dos aposentados corrigidos com a inflação mais o PIB. Coloquei os últimos doze meses para não dizer que estava vinculando...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – PR. *Fora do microfone.*) – Não estou vinculando ao salário mínimo, porque, na política do salário mínimo, é o PIB correspondente há dois anos, e eu coloquei dos últimos doze meses. Com isso, não se cria conflito algum em relação à Constituição e nós podemos, por legislação, assegurar que os aposentados terão a inflação mais o PIB como correção dos seus vencimentos.

Era isso, Sr. Presidente. Peço que considere, na íntegra, o meu pronunciamento, uma vez que não o li, só o comentei.

Muito obrigado, Presidente Wilson Santiago.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje vou voltar à pauta com a questão dos aposentados e pensionistas e também fator previdenciário.

No final de semana que passou ocorreu um incidente muito desagradável. Foi em relação a um encontro que teria com a Federação dos Aposentados do Estado de São Paulo.

O que aconteceu é que no dia 17/06/2011 estava previsto um encontro entre mim e a FEAPESP, após o evento de debate do Estatuto dos Motoristas na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Em virtude de compromissos marcados em Brasília, tivemos que fazer a antecipação do meu retorno. Sendo assim, pensamos numa maneira de agilizar o encontro com os aposentados e reservamos então, o Auditório Teotônio Vilella, na AL de São Paulo, para as 14h. Houve um lamentável equívoco com relação ao local onde se daria o encontro, mas, de forma nenhuma, houve cancelamento do encontro.

Não vejo como possa ter ocorrido tal pensamento. Há quanto tempo estou nesta luta com os aposentados? Afinal, quem apresentou as propostas do fim do

fator previdenciário, da recuperação das perdas das aposentadorias e pensões?

Quantas vezes já me reuni para tratar desse assunto? Não me lembro de ter deixado minha convicção de lado em momento algum e, da mesma forma, tenho convicção do meu voto pela política do salário mínimo que terá um reajuste de 14% em janeiro.

Afinal, foi somente depois dessa votação que começaram as negociações com o Ministério da Previdência, a COBAP, Centrais e Confederações pelo fim do fator e por uma política de reajuste para aposentados e pensionistas.

Minha história está ligada aos direitos dos trabalhadores e aposentados, minha consciência e minha vida tem sido prova disso. Lamento que esse equívoco tenha acontecido e agradeço a COBAP que, através de sua Diretoria Executiva, discordou e lamentou as declarações publicadas no site da Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado de São Paulo (FAPESP).

Dizem eles, em nota de esclarecimento:

Paim sempre foi um homem público íntegro, honesto e grande defensor das minorias, com uma história política de grandes realizações, entre elas o Estatuto do Idoso, Igualdade Racial, valorização do salário mínimo e a defesa intransigente dos aposentados, pensionistas e idosos brasileiros.

Não sabemos se por esquecimento proposital ou ignorância política, desconsideraram o fato de que todos os projetos em tramitação no Senado Federal e Câmara dos Deputados, que procuram corrigir as injustiças de que somos vítimas, são de autoria do senador Paulo Paim. Somos testemunhas de que o senador jamais fugiria do debate, visto sua participação anterior em inúmeros debates e eventos dos aposentados.

O senador Paulo Paim, conta, com certeza, com a confiança de todas as lideranças, aposentados, pensionistas e idosos do Brasil, por sua história de lutas que o credenciam como grande parlamentar.

Sr. Presidente, voltando ao foco do pronunciamento quero dizer que há poucos dias participei do I Seminário Municipal – Debatendo e Construindo a Setorial do Idoso, na cidade de Canoas, RS.

Como não poderia deixar de ser, voltei e um tema recorrente que diz respeito aos idosos, aos aposentados e pensionistas e também àqueles que irão fazer parte deste grupo, ou seja, todos os trabalhadores.

Falei sobre a importância social do chamado Regime Geral da Previdência Social, que é inquestionável. Nós temos alguns desafios que precisamos enfrentar, no que diz respeito à realização de uma política de recuperação dos benefícios previdenciários. De um lado, a defasagem de reajustes dos benefícios em relação ao salário mínimo. De outro, as perdas decorrentes da adoção do fator previdenciário.

Vamos por partes. Vejamos primeiro o reajuste dos benefícios previdenciários:

A atual sistemática de reajuste dos benefícios previdenciários obedece a um preceito legal que prevê a recuperação das perdas inflacionárias de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Somente os benefícios da base, cujo valor corresponde a um salário mínimo, vêm recebendo reajustes diferenciados, igualando-se ao reajuste dado ao próprio salário mínimo.

Essa diferença de tratamento para cidadãos que fazem parte da mesma categoria, ou seja, são aposentados e pensionistas, é algo inaceitável. O trabalhador que, durante toda sua vida laboral, contribuiu para o sistema previdenciário e que conseguiu, finalmente, uma merecida aposentadoria, vê seu benefício ser gradativamente reduzido em função de uma política que não leva em consideração os direitos e as necessidades dos aposentados e pensionistas.

Nós temos que levar em conta também que o custo de vida de pessoas com mais de 60 anos tende a ser superior ao custo de vida do resto da população, principalmente pela necessidade de cuidados com a saúde.

Não dá para esquecer, que os aposentados e pensionistas têm cumprido função social da maior importância, uma vez que sua renda tem sido fundamental para a paz social, para união das famílias e para o desenvolvimento dos municípios onde vivem...

No Brasil, o idoso com renda não vai para asilos nem é abandonando pela família. Cumpre muitas vezes o papel de garantidor do sustento de filhos e netos.

Meus amigos e amigas,

Ao longo do tempo o que tem sido dito é que não há recursos suficientes. Mas eu repito, tanto há, que se contingenciam recursos do orçamento da Seguridade Social. Nesse sentido, já apresentei a PEC nº 24, de 2003, que veda o bloqueio ou contingenciamento de dotações do Orçamento da Seguridade Social, garantindo a obrigatoriedade da realização integral, pelo Poder Executivo, das despesas constantes das leis orçamentárias aprovadas pelo Congresso Nacional, eliminando, de vez, a prática prejudicial da retenção de recursos orçamentários vitais para a garantia da própria dignidade de milhões de brasileiros.

Além disso, a Previdência Social registrou, em dezembro de 2010, o décimo superávit consecutivo no setor urbano: R\$ 9,2 bilhões. No acumulado de 2010, o setor urbano também registrou superávit: R\$ 14,9 bilhões.

A ANFIP assegura que temos superávit na seguridade e que isso indica que o governo está repassando recursos para o Resultado Primário. Nos últimos dez anos a soma do resultado primário do tesouro nacional praticamente se iguala ao Superávit da Seguridade, comprovando que a tese está correta.

Pensando então no reajuste dos benefícios previdenciários, propus a criação de um índice de correção previdenciária, que corresponderia ao resultado da divisão entre o salário de benefício do segurado e o salário de benefício mínimo pago pelo Regime Geral da Previdência Social, na data da concessão do benefício, de forma individualizada para cada segurado. Isso está no PLS nº 58, de 2003. Isso corrigiria também uma distorção histórica praticada com nossos aposentados.

Podemos pensar ainda, numa alternativa a essa regra, que garanta uma correção mais justa aos segurados do RGPS, de forma que haja um ganho real nos benefícios que recebem acima do mínimo. Aos que ganham somente o piso, acrescenta-se a variação do PIB de dois anos atrás, conforme sistemática que vem sendo adotada. Para quem ganha acima do piso, poderíamos pensar em pagar o equivalente a 80% do PIB, como fez o ex-Presidente Lula. Essa é uma alternativa a ser pensada.

Na minha avaliação, fizemos uma política correta para o salário mínimo, mas não temos política nenhuma para os aposentados. Repito, a continuar o quadro atual, no futuro todos os trabalhadores do regime geral passarão a receber 1 salário mínimo.

A Presidenta Dilma mostrou-se disposta a abrir a discussão para a construção de uma alternativa ao fator previdenciário e sobre o reajuste dos aposentados.

Temos feito reuniões com o Ministro Garibaldi Alves Filho sobre o assunto e estamos buscando solução para estes problemas que afetam nossa gente.

Também apresentei dois requerimentos. Um deles para a criação de uma Comissão Mista de Senadores e Deputados, para discutir o fator previdenciário e o salário dos aposentados, e o outro para a criação de Frente Parlamentar Mista por uma Política Salarial para os Aposentados e Pensionistas e por uma alternativa ao fator previdenciário.

Apresentei também emendas ao PLDO 2012, com vistas ao reajuste dos benefícios previdenciários baseados na inflação mais o ganho real baseado no PIB dos últimos 12 meses.

As emendas foram aprovadas em três Comissões do Senado federal: CDH, CAS e CDR. Elas passarão pela apreciação da Comissão Mista de Orçamento e pelo Plenário do Congresso Nacional.

Vamos agora a outra questão muito séria: o Fator Previdenciário. Um assunto velho, já requeentado, mas que não sai da pauta do Congresso Nacional. Preocupa políticos, juristas, economistas e a sociedade em geral, e ocupa, com justa razão, significativo espaço na mídia. Lá se vão 12 anos desde a sua aprovação. O aspecto mais polêmico no que diz respeito ao fator previdenciário se relaciona à expectativa de sobrevida, que influi de maneira decisiva no valor da aposentadoria. Com efeito, quanto maior a expectativa de sobrevida em geral, menor o valor do benefício para aqueles que aposentam mais cedo. Como os índices de expectativa de sobrevida, com base nas projeções de população por sexo e grupo de idade, apresentam tendência de aumento, a redução do fator previdenciário aparece como uma realidade para os próximos anos.

Isso, meus amigos e amigas, significa dizer que os trabalhadores estarão sujeitos a um período de contribuição cada vez mais extenso para fazerem jus a um provento de aposentadoria de valor igual ao daqueles que tem situação contributiva igual à sua, mas que já se aposentaram. Com efeito, esse parece ser o ponto da grande polêmica: a redução do valor dos proventos de aposentadoria dos trabalhadores vem se fundando como uma tendência da sociedade. Precisamos pensar, entretanto, que o peso dessa mudança acaba por recair unicamente sobre os trabalhadores.

Muito embora se possa argumentar que o fator previdenciário permitiu uma significativa economia de despesa ao sistema, ele onera demais o trabalhador, não possibilitando a esses segurados o conhecimento antecipado de qual será sua situação quando da aposentadoria, tendo em vista as mudanças na expectativa de sobrevida, que interferem diretamente no valor do fator.

Há que se considerar também que essa “significativa” economia que mencionei antes, nem foi tão grande assim. Foram 10 bilhões em 10 anos, o que significa 1 bilhão por ano e na verdade esse valor para a seguridade não é relevante.

O que estamos falando aqui, é de uma alternativa ao fator previdenciário e da adoção de outro mecanismo para fazer frente à questão do aumento da sobrevida. Trata-se da introdução de dispositivo legal que estabeleça idade mínima de 60 e 55 anos para aposentadoria de homens e mulheres, respectivamente, mantendo-se a sistemática de cálculo sobre as 80% maiores contribuições desde 1994, e adotando ainda

regras de transição da mesma maneira como aconteceu no setor público.

Vamos entrar um pouco mais nesse assunto:

Vocês devem lembrar que propus o fim do fator previdenciário no PLS nº 296, de 2003.

Por que eu fiz isso? Porque na hora da aposentadoria a perda salarial pode chegar até 50% para as mulheres, e 40% para os homens.

Pois bem, em 2008, o Senado aprovou, por unanimidade, o projeto. Atualmente, ele está tramitando na Câmara dos Deputados pronto para votação no plenário.

Como eu já disse, a presidenta Dilma Rousseff demonstrou disposição para o debate, para achar uma solução para esse problema.

O próprio ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, tem dito publicamente que uma de suas metas é a busca de uma alternativa para o Fator Previdenciário.

Técnicos do meu gabinete e do Senado Federal já estão realizando reuniões periódicas com os técnicos do Ministério da Previdência, e, dessas conversas, espero que tenhamos boas notícias.

É importante frisar que nestas reuniões com o Ministério da Previdência temos como objetivo encontrar uma saída comum a favor dos trabalhadores e seu futuro.

Entendo que este é um marco nas relações entre os poderes Executivo e Legislativo no que diz respeito as questões previdenciárias.

Quero dizer prá vocês que, caso haja o fim do fator previdenciário e a estipulação de uma idade mínima para os servidores da iniciativa privada, acredito que eles devem ter regra de transição semelhante a do serviço público.

Coloquei essa ideia na PEC nº 10, de 2008.

Fiz isso para enfatizar que defendo uma previdência universal, em que haja extensão dos direitos dos servidores públicos aos aposentados do RGPS.

Em verdade o que temos é um sistema desigual, com pesos e medidas diferentes. Calculo que para o trabalhador do regime geral aposentar com a integralidade deverá trabalhar 5 anos a mais que os servidores dos três poderes da União. Isso é um absurdo, é inadmissível, é uma grande injustiça com os trabalhadores do regime celetista.

Ao contrário do que afirma a maioria, entendo que não precisamos de uma reforma previdenciária, precisamos sim é mudar o Fator Previdenciário.

Por fim quero ressaltar, sinceramente, que esse assunto é muito importante.

Desejo ainda tecer elogios e fazer justiça ao Ministro Garibaldi. Pela primeira vez vejo a Previdência

com vontade de avançar nas pautas de reivindicações de forma verdadeiramente democrática.

O Ministério criou grupos de trabalho e tem avançado em questões relevantes para os aposentados, pensionistas e trabalhadores.

Na ultima terça feira, em reunião com o grupo de trabalho o Ministro definiu pela antecipação da primeira parcela do 13º salários dos aposentados; o pagamento da revisão do teto (referente às emendas constitucionais 20 e 41) e do reajuste de 0,06% referente às perdas inflacionaria.

Segundo o Ministro Garibaldi, ele fará o possível para que essas propostas possam ser apresentadas ao Ministro Guido Mantega (da Fazenda) com a maior brevidade possível, pela relevância e urgência das matérias.

O pagamento do teto deve beneficiar 138 mil aposentados e custará aos cofres públicos o montante de R\$ 1,5 (um bilhão e meio de reais).

Sr^{as} Senadoras e Srs. senadores, dediquei minha vida lutando pelos direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas. Gostaria que todos entendessem que o que tenho buscado é justiça para quem paga a previdência.

Eu acredito nesta proposta de fazer uma previdência onde se faça diferença entre o que é assistência social e previdência contributiva. Nesse sentido, defendo a total transparência nas contas públicas, com receitas e despesas discriminadas, incluindo as renúncias e isenções fiscais.

Importante também, investimentos na gestão dos sistemas de controle e fiscalização com vistas ao combate as fraudes e à sonegação. Precisamos desmistificar o famoso déficit da previdência e demonstrar que o sistema contributivo é superavitário.

Há anos venho falando que não sou contra as famosas renúncias fiscais, mas entendo que elas devem ser arcadas pelo orçamento fiscal e não apenas pelas receitas previdenciárias.

A previdência brasileira é viável. A previdência é um patrimônio do trabalhador pela qual todos nós devemos zelar.

Entendo que não é justo que haja tanta disparidade entre a aposentadoria do operário, do trabalhador da área privada em relação a dos servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Também não é justo que o salário do aposentado desvalorize a cada ano e não se faça nada para mudar essa prática.

Essa é a minha luta: Justiça social, respeito aos direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas.

E lembrem-se meus amigos e amigas: perseverança na luta e bom ânimo fazem toda a diferença!!!

Como diz Dom Hélder Câmara “graça das graças é não desistir nunca”.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, a Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Paim. V. Ex^a, comprovadamente, tem sempre defendido os interesses de todas as classes, especialmente a classe trabalhadora deste País.

Para uma comunicação inadiável, com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, companheiras e companheiros, Sr. Presidente, eu, na última segunda-feira, estive aqui, nesta tribuna, falando a respeito da centésima Conferência Internacional do Trabalho, da OIT, e disse que voltaria, porque naquele dia falei muito de um dos itens debatidos na OIT, que foi exatamente o estabelecimento de um piso para os trabalhadores do mundo inteiro, tendo em vista o elevado índice de informalidade. É preciso dar passos mais seguros, mais concretos no sentido de trazer todos esses trabalhadores e trabalhadoras para a formalidade e, assim, garantir-lhes todos os seus direitos.

Neste momento, quero ater-me exclusivamente àquilo que foi o maior avanço dessa Convenção da OIT, que é exatamente a questão relativa às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos.

Única organização tripartite das Nações Unidas, a OIT aprovou a Convenção sobre os trabalhadores e trabalhadoras domésticos por 396 votos a favor, 16 votos contrários e 42 abstenções. Trata-se de uma decisão histórica. Há mais de cinco décadas, Sr. Presidente, o assunto vem sendo debatido pela OIT.

Os delegados dos 183 países-membros, sendo quatro por país (dois representantes de governo, um representante dos trabalhadores e um representante dos empregadores), votaram e aprovaram, além da Convenção, uma recomendação de acompanhamento, sendo que essa recebeu 434 votos favoráveis e oito contrários. Houve 42 abstenções.

As novas normas da OIT preveem que os 53 milhões de empregados e empregadas domésticas

no mundo devem ter os mesmos direitos dos demais trabalhadores. São eles:

[...] a jornada de trabalho, o descanso semanal de pelo menos 24 horas consecutivas, um limite para pagamentos in natura, informações claras sobre os termos e condições do emprego, bem como os princípios e direitos fundamentais no trabalho, incluindo a liberdade de associação e negociação coletiva.

Na condição de delegados brasileiros, Sr. Presidente, além da nossa Embaixadora Maria Nazareth Farani de Azevedo – cuja dedicação quero destacar, como também a dos ministros da representação brasileira junto às Nações Unidas em Genebra, uma dedicação fenomenal, que muito contribuiu para o resultado alcançado na OIT –, votaram, pelo governo brasileiro, o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, que também teve uma participação muito destacada; pela Central Única dos Trabalhadores, representando os trabalhadores, o Sr. Antônio de Lisboa Amâncio; e, pela Confederação Nacional da Indústria, representando os empregadores, o Sr. Roberto Proença de Macêdo.

No caso da convenção, o nosso delegado representante dos empregadores deu um voto pela abstenção, sendo que, na hora de votar as recomendações, os quatro votos brasileiros foram a favor da aprovação dela.

Com isso, Sr. Presidente, com a aprovação da convenção e da recomendação, não ganhamos apenas um instrumento internacional na Convenção da OIT, mas uma força maior, para, junto com as trabalhadoras domésticas e seus sindicatos, exigirmos avanços importantes para essa categoria no Brasil e no mundo inteiro.

Vale ressaltar que essa é a primeira vez, Senador Pedro Simon, em que as normas da OIT são direcionadas para a economia informal, o que não é pouca coisa. A urgência da aprovação dessa convenção para as trabalhadoras domésticas não é apenas porque ela lhes estende todos os benefícios que têm os demais trabalhadores, mas porque se busca a formalização do trabalho precário da maioria dessas pessoas.

As novas normas foram convertidas na Convenção nº 189 e na Recomendação nº 201 e passa a ser um tratado internacional para ser ratificado pelos Estados-Membros da OIT. Aliás, o próprio Ministro Carlos Lupi nos disse e tem dito à imprensa que o nosso País pretende ser um dos primeiros a ratificar essa convenção.

Segundo informações divulgadas pela OIT, o número de trabalhadores domésticos no mundo pode chegar a 100 milhões – repito, 100 milhões de trabalhadores domésticos no mundo! –, sendo que, nos países em desenvolvimento, eles representam percentual

que varia entre 4% e 12% do trabalho assalariado. E cerca de 83% desses são mulheres, e uma grande parte, meninas migrantes e negras. Mulheres, meninas, migrantes, muitas vezes em situação não legal, e negras, essa é a realidade do trabalho doméstico no mundo inteiro.

Diz o texto da convenção:

O trabalho doméstico continua sendo desvalorizado e invisível, feito principalmente por mulheres e meninas, muitas das quais são migrantes ou pertencem a comunidades desfavorecidas e são particularmente vulneráveis à discriminação relativa ao emprego e trabalho, bem como de outras violações dos direitos humanos.

A diretora executiva da ONU Mulheres, que esteve presente durante quase toda a convenção, a ex-Presidente do Chile, Sr^a Michelle Bachelet, em sua intervenção na Comissão do Trabalho Doméstico, afirmou que o déficit de trabalho decente entre os trabalhadores domésticos “não pode mais ser tolerado” – repito, não pode mais ser tolerado – e recordou que esses trabalhadores “permitem manter o motor da economia e o funcionamento da sociedade”. Um trabalhador doméstico desenvolve seu trabalho, para que outros possam sair de suas casas, de suas residências, e desenvolver fora um trabalho tão importante quanto aquele que ele realiza.

Michelle Bachelet disse ainda que a ONU Mulheres apoiará integralmente a ratificação e a aplicação dos novos instrumentos da OIT, que qualificou como uma “contribuição de importância histórica para a agenda de desenvolvimento”.

Falei dos dados do mundo, mas, no Brasil, há algo em torno de 7,2 milhões de trabalhadores domésticos, sendo 93% mulheres, e 65% das mulheres, negras. A informalidade é massacrante também aqui. Apesar de a legislação brasileira exigir, somente 29% dos empregadores assinam a carteira de trabalho das suas trabalhadoras ou de seus trabalhadores domésticos.

Diante desse quadro que considero gravíssimo, Sr. Presidente, apresentei, no dia de ontem – e aqui agradeço o apoio imediato de todos os meus Pares, Senadores e Senadoras que assinaram o meu projeto de emenda à Constituição, para que ele pudesse tramitar –, uma PEC na mesma direção da OIT, que garante aos trabalhadores os mesmos direitos dos trabalhadores rurais e urbanos, sem onerar o empregador. Nesse ponto, abro um destaque, dizendo que essa é a diferença da proposta que apresentei no dia de ontem em relação àquelas que já tramitam, Sr. Presidente, porque entendemos todos que a relação de

trabalho entre o empregador e o trabalhador doméstico é completamente diferente de outras relações trabalhistas, porque essa é uma relação de trabalhador para trabalhador.

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu já concluo, Sr. Presidente.

No geral, são famílias de classe média, engenheiros, advogados, servidores públicos, professores, médicos, que contratam uma trabalhadora doméstica e que não são pessoas que têm tantas posses e condições. Então, temos de pensar, sim. Temos o dever e, agora, a obrigação, a partir da aprovação da Convenção nº 189 da OIT, de garantir todos os direitos às trabalhadoras e trabalhadores domésticos.

Mas, por outro lado, precisamos desonerar o empregador, porque do contrário o que é muito positivo pode transformar-se em algo extremamente negativo, pode ampliar o nível de informalidade, pode levar as famílias a dizerem o seguinte: “Não tenho como pagar uma empregada doméstica, portanto vou abrir mão desse trabalho e contratar uma diarista. É isso que pode vir a acontecer, Senador.

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Estado brasileiro, que tem sido tão sensível com os trabalhadores, agora, há pouco, acabou de diminuir a contribuição previdenciária dos empreendedores individuais, de 8% para 5%. Então nós precisamos fazer isto também: desonerar.

Por isso, no projeto de emenda à Constituição que apresentei ontem, coloco a questão de fazer com que haja a desoneração, com que possam essas contribuições recolhidas para o FGTS, para o INSS, para a Previdência, portanto, ser recuperadas no ato da declaração do Imposto de Renda. Acho que cabe ao Estado subsidiar essa relação tão importante para o Brasil e, principalmente, para aquelas pessoas mais vulneráveis, que são mulheres, meninas, que são as negras deste País.

Portanto, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ... concluo, efetivamente, e peço que V. Ex^a considere o pronunciamento feito na íntegra, porque eu me reporto a vários dos 27 itens que constam da convenção relativa ao trabalho doméstico, aprovado, agora, na OIT.

Por fim, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que inclua nos Anais o pronunciamento que faço, muito carinhoso, em relação ao Festival Folclórico de Parintins, uma

bela festa da cultura brasileira que começa na próxima sexta-feira, na cidade de Parintins. Eu estarei lá, se Deus quiser, participando dessa bela festa, ao lado do Caprichoso, ao lado do Garantido, ao lado de amazonenses, ao lado de brasileiros de todos os Estados, inclusive do Espírito Santo, que dela irão participar.

Meus cumprimentos a Parintins e a toda a sua gente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senadora Vanessa! V. Ex^a será atendida, de acordo com o Regimento, nas duas solicitações feitas.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem. Em seguida, fará uso da palavra o próximo orador inscrito, o Senador Pedro Simon.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, só para que fique registrado nos Anais desta Casa, estou protocolando junto à Mesa dois Projetos de Lei: um que acrescenta o art. 10-A na Lei nº 9.478/1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Ou seja, cada estabelecimento revendedor varejista deverá informar,

por meio da página eletrônica da ANP, o preço atualizado e efetivamente cobrado de cada tipo de combustível ofertado, líquido ou gasoso derivado de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis renováveis, automotivos. O consumidor, antes de sair de casa, poderá consultar na Internet, na página da ANP, onde é mais vantajoso abastecer seu veículo.

Ao mesmo tempo, apresentei outro projeto de lei que altera o art. 8º da Lei nº 9.250/1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas-IRPF, as despesas com aprendizagem de idiomas estrangeiros – inglês, francês, espanhol etc. –, transporte escolar, material e uniforme escolares, medicamentos de uso contínuo aos portadores de hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, HIV e as demais doenças especificadas no art. 6º, XIV da Lei nº 7.713/1998, e com aluguel de moradia até o limite de R\$18 mil, desde que a pessoa não tenha imóvel próprio.

Portanto, apresentei esses dois projetos nesta Casa.

Agradeço a concessão da palavra pela ordem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, DE 2011

Acrescenta o art. 10-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que *dispõe sobre a política energética nacional*, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte art. 10-A à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997:

Art. 10-A. Cada estabelecimento revendedor varejista deverá informar, por meio da página eletrônica da ANP, o preço atualizado e efetivamente cobrado de cada tipo de combustível ofertado, líquido ou gasoso derivado de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis renováveis, automotivos.

Parágrafo único. O descumprimento da exigência contida no *caput* sujeita o estabelecimento à multa prevista no inciso XV do art. 3º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os gastos com combustíveis, como se sabe, correspondem à importante parcela das despesas das famílias. Por isso, é importante que os consumidores contem com informações que possam ajudá-los a encontrar o posto de revenda de combustível que ofereça o produto com o preço mais baixo. Esse é o objetivo do presente Projeto.

A intenção é que a página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) forneça de forma clara e individualizada os preços cobrados pelos combustíveis nos postos que se localizam no trajeto do consumidor. O custo será mínimo para esses estabelecimentos, que deverão apenas alimentar a página da ANP quando os preços cobrados forem alterados. Já a ANP deverá apenas providenciar a página eletrônica a custos que poderão ser compensados com a eliminação das pesquisas de preços, atualmente realizadas regularmente, com amostras de revendedores.

A determinação prevista no Projeto é perfeitamente compatível com a legislação que trata do assunto. A Lei nº 9.478, de 1997, além de dispor sobre a política energética nacional, trata do monopólio do petróleo, do Conselho Nacional de Política Energética e da ANP. Em seu art. 1º, inciso III, a Lei diz que entre os objetivos da política energética está a proteção do interesse do consumidor quanto a preço. Já no art. 8º, inciso I, a proteção do consumidor quanto a preço aparece como atribuição da ANP. No mesmo artigo, inciso XVII, consta a autoridade da ANP para exigir informações dos agentes regulados, inclusive nas operações de revenda. Também no art. 3º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que trata da fiscalização do abastecimento de combustíveis, constam as infrações e respectivas multas, inclusive a multa prevista no inciso XV, caso os agentes regulados não forneçam ao consumidor as informações exigidas pela legislação.

Vale observar também que utilizamos no projeto a própria terminologia da legislação aplicável. Assim, no inciso XXI do art. 6º da Lei nº 9.478, de 1997, define-se revenda como a *atividade de venda a varejo de combustíveis, exercida por postos de serviços ou revendedores*. Já na Portaria ANP nº 202, de 15 de agosto de 2000, art. 2º, inciso V, define-se combustível como *toda e qualquer combustível líquido ou gasoso derivado de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis renováveis, automotivos*.

Por fim, é importante registrar que as informações trarão outros benefícios, além de orientar o consumidor a encontrar preços mais baixos. Elas permitirão a elaboração de índices de preços dos combustíveis, que são muito úteis para a orientação da política energética. Ademais, a publicidade dos preços irá estimular a concorrência entre os postos e, por consequência, reduzirá esses preços

Sala das Sessões,

Senador

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997.

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

Art. 10. Quando, no exercício de suas atribuições, a ANP tomar conhecimento de fato que possa configurar indicio de infração da ordem econômica, deverá comunicá-lo imediatamente ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade e à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, para que estes adotem as providências cabíveis, no âmbito da legislação pertinente.

Parágrafo único. Independentemente da comunicação prevista no caput deste artigo, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade notificará a ANP do teor da decisão que aplicar sanção por infração da ordem econômica cometida por empresas ou pessoas físicas no exercício de atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, no prazo máximo de vinte e quatro horas após a publicação do respectivo acórdão, para que esta adote as providências legais de sua alçada.

LEI Nº 9.847, DE 26 DE OUTUBRO DE 1999.

Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9.478 de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências.

Art. 3º A pena de multa será aplicada na ocorrência das infrações e nos limites seguintes:

XV - deixar de fornecer aos consumidores as informações previstas na legislação aplicável ou fornecê-las em desacordo com a referida legislação:

Multa - de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

(As Comissões de Serviços de Infra-Estrutura; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, DE 2011

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, de despesas com aprendizagem de idioma estrangeiro, transporte, material e uniforme escolares, medicamentos de uso contínuo nos casos que especifica e com aluguel de moradia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

.....

II –

.....

b) a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico, bem como o ensino de idioma estrangeiro, até o limite anual individual de:

.....

h) a pagamentos efetivamente realizados e comprovados por documentos fiscais hábeis, relativos a transporte escolar, material escolar e uniforme escolar, do contribuinte e de seus dependentes, até o limite individual anual equivalente ao limite constante da alínea b, deste inciso;

i) a pagamentos efetivamente realizados, comprovados por receituário médico e documentos fiscais hábeis, relativos a medicamentos de uso continuado necessários ao tratamento das doenças especificadas no art. 6º, XIV da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988;

j) pagamentos relativos a aluguel de moradia do próprio contribuinte, até o limite anual de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

.....

§ 4º a dedução de que trata a alínea j, do inciso II deste artigo:

I – é vedada a contribuinte que possua imóvel residencial próprio ou que seja casado em regime de separação de bens com pessoa que o possua ou ainda que viva em regime de união estável com pessoa que o possua;

II – só pode ser feita uma vez para o ano-calendário, mesmo nos casos de declaração em separado de pessoas da mesma família” (NR)

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei só produzirá efeito a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Justificação

Reza a Constituição Federal no art. 145, § 1º, que, *sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte*.

O caráter de pessoalidade, assim recomendado pela Lei Maior, é assegurado na legislação ordinária ao se contemplarem peculiaridades de cada contribuinte, na determinação de sua capacidade contributiva.

Isso significa que contribuintes que estão situados no mesmo patamar de renda podem, eventualmente, apresentar distinções importantes quando examinados itens como encargos de família, de educação, de saúde, de moradia e outros eleitos pela lei, mediante critérios que podem – e devem, muitas vezes – considerar também aspectos extrafiscais.

A vigente legislação do imposto de renda da pessoa física contempla alguns fatores de personalização, embora de maneira tímida, daí a necessidade de aperfeiçoamentos tais como os propostos neste projeto.

Os encargos de educação, por exemplo, levam em conta apenas os pagamentos a instituições de ensino, assim mesmo com sujeição a limites extremamente baixos. No entanto, as despesas de educação vão muito além da mensalidade escolar. Neste projeto, estão sendo acrescentadas as despesas com transporte, material e uniforme escolares, assim como as necessárias para o aprendizado de idioma estrangeiro, as quais, fora de qualquer dúvida, constituem um peso severo para famílias de baixa ou média renda.

A ampliação das hipóteses de dedução por encargos educacionais, a par de operar no sentido da

personalização prescrita pela Constituição, favorece também a busca de objetivos de valorização social e de aprimoramento do capital humano, tão importantes para o desenvolvimento nacional num contexto de competição em que o fator conhecimento é essencial.

A dedução de despesas com medicamentos necessários ao combate das chamadas doenças especificadas em lei – por hipótese, as mais graves e custosas para o contribuinte – terá também o condão de melhorar a personalização do imposto, além de eliminar uma grave distorção da lei. Sucede que, hoje, as despesas com medicamentos são dedutíveis, desde que englobados na fatura hospitalar, mas não se o paciente se trata fora do hospital.

A prática médica tem evoluído no sentido de diminuir ao máximo a internação do paciente, ao ponto de até mesmo os Planos de Saúde estimularem o tratamento domiciliar assistido (o chamado *home care*) por médicos, para-médicos e dotação de equipamento. Essa prática, sem dúvida saudável, tem sido obstaculizada por resistência do paciente ou de sua família, em boa parte por causa da impossibilidade de dedução fiscal das despesas com medicamentos.

Propõe-se, também, o abatimento com despesas de aluguel de moradia – item inexplicavelmente ignorado pela legislação. Num país em que o próprio Governo reconhece o déficit de quase dez milhões de moradias, fazendo com o que o aluguel seja despesa obrigatória de milhões de famílias, é absolutamente necessário, até como correção da política tributária, permitir seu abatimento.

Diga-se, aliás, que o simples fato de se permitir o abatimento, ainda que de maneira limitada como está proposto, com toda certeza crescerá a arrecadação pela diminuição de subdeclaração de renda que hoje ocorre, por parte dos locadores.

É o que se coloca à discussão e aperfeiçoamento. – Senador **Ivo Cassol**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

I – de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;

II – das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais,

bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

b) a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico, até o limite anual individual de: (*Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007*) (*Vide Medida Provisória nº 2.159-70, de 2001*)

(*Às Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa*).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, DE 2011

Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, para estabelecer diretrizes ao Poder Executivo quanto à administração das quotas anuais de reversão.

O Congresso Nacional decreta:

O art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

§ 3º Os concessionários de serviços públicos de energia elétrica, depositarão mensalmente, até o dia quinze de cada mês seguinte ao de competência, em agência do Banco do Brasil S.A., as parcelas duodecimais de sua quota anual de reversão na conta corrente de entidade do Poder Executivo, conforme regulamentação.

§ 3º-A – A entidade de que trata o § 3º deste artigo não poderá ser controladora de concessionária de serviços públicos de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica

§ 4º A entidade de que trata o art. 3º deste artigo, condicionado a autorização de seu conselho de administração e observado o disposto no art. 13 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, destinará os recursos da RGR aos fins estipulados neste artigo, inclusive à concessão de financiamento, mediante projetos específicos de investimento:

.....

§ 5º A entidade responsável procederá à correção mensal da RGR de acordo com os índices de correção dos ativos permanentes e creditará a essa reserva juros de cinco por cento ao ano sobre o montante corrigido dos recursos utilizados. Os rendimentos dos recursos não utilizados reverterão, também, à conta da RGR.

.....
§ 7º A entidade responsável destinará anualmente, observado o percentual mínimo a ser estabelecido em regulamento, recursos da RGR arrecadada para financiamento de programas de eletrificação rural.

§ 8º Para os fins deste artigo, a entidade responsável instituirá programa de fomento específico para a utilização de equipamentos, de uso individual e coletivo, destinados à transformação de energia solar em energia elétrica, empregando recursos da Reserva Global de Reversão – RGR e contratados diretamente com as concessionárias e permissionárias.”

Justificação

A Reserva Global de Reversão (RGR) é encargo cobrado dos consumidores de energia elétrica, e depositado em um fundo, para aplicações diversas. Esse encargo, criado em 1957, deveria ter sido extinto em 31 de dezembro de 2010, mas o Governo Federal conseguiu prorrogá-lo até 2035.

Várias foram as entidades representativas dos consumidores de energia elétrica que se mostraram inconformadas com essa prorrogação, em face de um já insuportável nível tarifário a que estão submetidos todos os consumidores. Mesmo reconhecendo a necessidade de se reduzir as contas de luz dos consumidores, o Governo Federal alegou que, conjunturalmente, precisa manter esse encargo, mas se comprometeu a dar mais transparência na gestão dos recursos da RGR, outra das grandes reclamações dos agentes do setor elétrico.

Passado o debate legislativo em torno dessa prorrogação, é o momento para buscar a transparência prometida pelo Governo Federal. No debate, observou-se um conflito de interesse na gestão da RGR: a Eletrobrás, gestora do Fundo, é quem decide os beneficiários dos recursos da RGR, e tem concentrado as aplicações em empresas por ela controladas, em detrimento de outras empresas. Fica claro, portanto, que a Eletrobrás não pode continuar gerindo esse Fundo, com recursos de todos os consumidores, pois a transparência pressupõe uma neutralidade de gestão.

Em face desse conflito, que existe há décadas, mas que ficou exposto após o processo de privatização das empresas estatais do setor elétrico, e em nome da isonomia, propomos retirar da Eletrobrás a responsabilidade pela gestão da RGR. Caberá ao Poder Executivo determinar para qual entidade essa gestão será repassada, sendo recomendável a assunção do encargo por alguma instância da administração direta ou indireta com experiência no setor elétrico, não participando dele diretamente.

Peço apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação dessa medida, que será de grande importância para dar mais transparência à gestão dos recursos da RGR, com efeitos benéficos sobre a eficiência do setor. – Senadora **Lúcia Vânia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.655, DE 20 DE MAIO DE 1971

Dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta eu sanciono a seguinte Lei:

(...)

Art. 4º Serão computadas no custo do serviço das empresas concessionárias, supridoras e supridas, quotas anuais da reversão, com a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. (Redação dada pela Lei nº 8.631, de 1993)

§ 1º A quota anual de reversão, a ser fixada pelo Poder Concedente, corresponde ao produto de até três por cento incidente sobre o investimento do concessionário composto pelo saldo “pro-rata tempore”, nos exercícios de competência, do Ativo Imobilizado em Serviço, não se computando o Ativo Intangível, bem como deduzindo-se a Depreciação Acumulada, as Doações e Subvenções para Investimentos e Obrigações Especiais, Reversão, Amortização, Contribuição do Consumidor e Participação da União. (Redação dada pela Lei nº 8.631, de 1993)

§ 2º O Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, do Ministério de Minas e Energia, fixará, nos termos da legislação em vigor e nos períodos de competência, os valores da quota anual de reversão para cada concessionário. (Redação dada pela Lei nº 8.631, de 1993)

§ 3º Os concessionários de serviços públicos de energia elétrica, depositarão mensalmente, até o dia quinze de cada mês seguinte ao de competência, em

agência do Banco do Brasil S.A., as parcelas duodecimais de sua quota anual de reversão na conta corrente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS - Reserva Global de Reversão - RGR. (Redação dada pela Lei nº 8.631, de 1993)

§ 4º A Eletrobrás, condicionado a autorização de seu conselho de administração e observado o disposto no art. 13 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, destinará os recursos da RGR aos fins estipulados neste artigo, inclusive à concessão de financiamento, mediante projetos específicos de investimento: (Redação dada pela Lei nº 10.438, de 26.4.2002)

I - às concessionárias, permissionárias e cooperativas de eletrificação rural, para expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica especialmente em áreas urbanas e rurais de baixa renda e para o programa de combate ao desperdício de energia elétrica; (Inciso incluído pela Lei nº 10.438, de 26.4.2002)

II - para instalações de produção a partir de fontes eólica, solar, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, assim como termelétrica associada a pequenas centrais hidrelétricas e conclusão de obras já iniciadas de geração termonuclear, limitado, neste último caso, a 10% (dez por cento) dos recursos disponíveis; (Inciso incluído pela Lei nº 10.438, de 26.4.2002)

III - para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos, mediante projetos específicos de investimento; (Inciso incluído pela Lei nº 10.438, de 26.4.2002)

IV - para implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado; e (Inciso incluído pela Lei nº 10.438, de 26.4.2002)

V - para o desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica, de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas para o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel. (Inciso incluído pela Lei nº 10.438, de 26.4.2002)

§ 5º A ELETROBRÁS procederá a correção mensal da RGR de acordo com os índices de correção dos ativos permanentes e creditará a essa reserva juros de cinco por cento ao ano sobre o montante corrigido dos recursos utilizados. Os rendimentos dos recursos não utilizados reverterão, também, à conta da RGR. (Redação dada pela Lei nº 8.631, de 1993)

§ 6º Ao Ministério de Minas e Energia - MME serão destinados 3% (três por cento) dos recursos da Reserva Global de Reversão – RGR para custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos

potenciais hidroelétricos. (Redação dada pela Lei nº 10.848, 2004)

§ 7º A ELETROBRÁS destinará anualmente, observado o percentual mínimo a ser estabelecido em regulamento, recursos da RGR arrecadada para financiamento de programas de eletrificação rural. (Redação dada pela Lei nº 8.631, de 1993)

§ 8º Para os fins deste artigo, a Eletrobrás instituirá programa de fomento específico para a utilização de equipamentos, de uso individual e coletivo, destinados à transformação de energia solar em energia elétrica, empregando recursos da Reserva Global de Reversão – RGR e contratados diretamente com as concessionárias e permissionárias. (Redação dada pela Lei nº 10.438, de 26.4.2002)

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa).

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Exª tem assegurada regimentalmente a publicação das solicitações, Senador.

Com a palavra o Senador Pedro Simon, orador inscrito, que dispõe do tempo regimental.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Querido Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, hoje, quem sabe, com a permissão de V. Exª e com o aval dos meus pares, eu pudesse modificar essa avocação para me dirigir, diretamente, a Sua Excelência, a nobre Presidenta da República.

Eu poderia me reportar a ela pessoalmente, até porque ela tem demonstrado a todos e a mim também, nos nossos poucos encontros formais, uma atenção especial, eu diria até carinhoso, não sei se por respeito à idade, ou pelo muitos que nos une, politicamente, nessa nossa trajetória histórica de luzes e de sombras.

Eu tenho a convicção de que milhões de brasileiros gostariam de ter, neste momento, o mesmo privilégio desta tribuna, cujos microfones que V. Exª me garante têm o poder de levar as nossas vozes tanto para os lares brasileiros, através da TV Senado, como para os gabinetes de todos os poderes.

Todas essas mensagens dirigidas a todos os brasileiros, estou certo, têm, hoje, uma mensagem à Presidenta Dilma Rousseff. Faço-o porque não posso fugir à responsabilidade que me foi dada pelo voto, a mais legítima procuração para falar em nome coletivo. Faço-o, também, e por que não, pela coerência que me impus na construção da minha própria vida pública.

Eu procuro uma palavra que possa simbolizar a nossa Presidenta, ao mesmo tempo em que traduza o sentimento que deverá alinhar essa nossa conversa. De um Senador e de uma Presidenta, ambos eleitos legitimamente nas suas funções públicas.

Busco, então, na Presidenta uma característica, uma maneira de ser, um predicado que possa completar e justificar o sujeito da minha mensagem.

Poderia ser “trabalho”. Poderia ser “obstinação”. Poderia ser “persistência”. Poderia ser “luta”. Poderia ser, quem sabe, “perdão”. De repente, eu me vejo diante de uma múltipla escolha, de características pessoais próprias da biografia de quem a vida é plena de sentimentos coletivos.

Talvez a melhor palavra para, ao mesmo tempo, constituir-se num mote dessa minha espécie de “carta aberta à Presidenta”, ao mesmo tempo em que identifique, da forma que eu imagino ser mais fiel à minha “destinatária” seja “resistência”. Repito: seja resistência!

Vou ao nosso mais famoso dicionário.

“Resistência: ato ou efeito de resistir; força que opõe a outra, que não cede a outra; força que defende o organismo do desgaste de doença, cansaço, fome etc.; aquilo que se opõe ao deslocamento de um corpo que se move; luta em defesa; oposição ou reação a uma força opressora; vigor moral, ânimo”.

Portanto, Excelentíssima Senhora Presidenta Dilma Rousseff, acho que não preciso identificar a minha escolha, quando me lembro da sua história. Ela tem sido, até aqui, marcada por todos os significados da palavra “resistir”. No campo pessoal. No campo político. Enfim, no campo da sua própria vida.

As masmorras da vida jamais lhe fizeram esmorecer. Nem mesmo quando a força opressora ou quando o sistema lhe tentaram minar o último fio dessa mesma resistência. E, conseqüentemente, da sua existência.

Sei que, nesses momentos, não é fácil “oferecer a outra face”. Perdoar, quem sabe. Esquecer é muito difícil.

Mas, ainda que tenham sido momentos inesquecíveis, do ponto de vista histórico e pessoal, a senhora está vivendo, hoje, o tempo mais importante da sua vida, Senhora Presidenta.

O princípio é o mesmo: a luta pelos milhões que estão, ou que continuam, lá fora.

Dos subterrâneos de ontem e dos gabinetes de hoje. Os que estão lá fora da verdadeira cidadania, os que estão lá fora ainda da verdadeira liberdade e da verdadeira democracia.

Talvez a Senhora, apesar da experiência recente nos mais altos cargos da República, ainda assim não

tivesse dado conta de que o poder também tem os seus torniquetes.

Antes, os porões. Agora, as coxias.

Por isso, vou repetir, sempre que necessário, a nossa palavra-chave: resistir.

Resista a essa corrupção que invade, ao longo da história, o nosso País.

Antes, lhe exigiam nomes. Agora, trazem-nos.

A Senhora nunca deu os nomes, como afirmou emocionada naquela sessão aqui no Senado, “porque isso significava indicá-los ao corredor da morte”. Agora, não aceite indicações que não tenham o lastro da ética. Desviar o dinheiro público é, também, encaminhar outros nomes pela fome, pela falta de remédios, pela falta de segurança, pela falta de cidadania, pela escuridão que persiste: a do analfabetismo.

Repito: os princípios são os mesmos. Resista Senhora Presidente!

Os poderes são harmoniosos e independentes, mas a harmonia não pode ser alcançada através da imposição, principalmente se ela vier descalça dos melhores valores.

Se o poder tem que ser compartilhado, e se ainda é difícil fugir de tais “base de apoio”, é preciso saber em nome de quem, e de que, falam os “interlocutores”. Que interesses reais movem essas “indicações”? Do bem coletivo ou dos interesses individuais e de pequenos grupos?

Não se curve à chantagem. Nomeie, apenas, profissionais cujos currículos sejam construídos pela competência e pelo profissionalismo e moldados pela ética. Aqueles que se proponham, tão somente, trabalhar pelo bem comum.

A sociedade brasileira foi às ruas e exigiu “ficha limpa” para todos os que se propõem a exercer um mandato político. Isso deve ser estendido para todos os que ocupem cargo político ou que queiram vir ocupar cargo público.

A ficha limpa tem que ser, necessariamente, um critério para qualquer nomeação, em todos os escalões do governo. Qualquer desvio de conduta tem que ser necessariamente acompanhado da devida punição, que se inicia, obviamente, pela destituição do cargo. E que siga todos os demais trâmites legais, para que sirva de exemplo.

O País não pode continuar inerte aos esquemas de corrupção que se instalaram nas entranhas do poder. E existem dois remédios para curetar essa verdadeira ferida que sangra os nossos recursos públicos. O primeiro é preventivo: que os atos de nomeação sejam acompanhados, necessariamente, pela chancela da probidade do nomeado. O segundo é corretivo: se as luzes do poder ofuscarem a ética do nomeado, que ele

não continue se protegendo com o “remédio caseiro” da impunidade.

O episódio recente, que envolveu um de seus principais ministros, foi um sinal que alimenta nos brasileiros a esperança da devida mudança. Antes, as denúncias eram descaracterizadas por defesas pré-fabricadas. Por discursos de continuísmo. Nesse episódio, a Senhora deu mostras de que não haverá tolerância com quem usa em benefício próprio os holofotes do poder, não importa quem seja.

Tenha a certeza, Sr^a Presidente, de que a minha voz aqui, no Congresso, não é isolada. Os seus gestos de resistência terão, aqui, a ressonância conseguida pelo eco das ruas. Podemos, também aqui, Sr^a Presidente, ser minoria. Mas a experiência recente dá conta de que a vontade popular atravessa as paredes dos gabinetes. Abre as coxias.

A sua resistência, Senhora Presidenta, poderá ser, inclusive, um passo dos mais importantes para uma mudança de postura e de conduta, não só no Poder Executivo, mas em todas as outras instâncias, do Judiciário e, principalmente, do Legislativo.

Bom será o dia em que o Congresso votará, apenas e tão somente, segundo as convicções dos parlamentares; segundo, como deve ser, as aspirações de quem eles representam. Que o voto em plenário não se constitua em um instrumento de troca para a liberação de emendas e a indicação de apadrinhados.

Se a proposta legislativa for aprovada, ou rejeitada, que o seja porque as nossas consciências assim o orientam, e não porque se construíram maiorias a poder de promessas nem sempre lastreadas pela boa conduta.

Quem sabe...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, por gentileza, é importante que eu termine este pronunciamento – digo-lhe de coração.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem mais dois minutos regimentais.

Quem sabe essa atitude seja então o início, de fato, de uma reforma política ou, pelo menos, uma reforma das condutas políticas?

Resista mais uma vez, Senhora Presidenta. Os primeiros meses do seu governo sempre deram a indicação de que este meu discurso seria desnecessário, sinais evidentes de que os critérios de prioridade e escolha caminham no sentido de impor restrições e imposições aos nomes e às ações.

De repente, a imprensa passou a estampar avaliações no sentido de que lhe faltava traquejo político ao não atender aos pleitos dos parlamentares.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – De não liberar emendas, de não nomear os indicados pelos “líderes”, de não receber os propensos “interlocutores”. E, ato contínuo, algumas nomeações de sobrenomes plenamente conhecidos começaram a ser veiculados na mesma imprensa. Indicação de quem? Em nome de quem?

Senhora Presidenta, se era “falta de traquejo” não nomear apadrinhados em nome da falácia da “governabilidade”, continue “inexperiente”. Construiremos, assim, outra “experiência”: melhor, mais legítima e mais ética.

Resista, Senhora Presidenta, a essa “experiência política” que, há tanto tempo, lutamos para que seja mudada. E é isso que, até aqui, louvamos no seu governo. Não se curvar a chantagens políticas em nome da tal “governabilidade”. A governabilidade, sem aspas, virá da legitimidade popular, de quem depositou nas urnas a esperança de que a Senhora é, de fato, um sinal de mudança na conduta ética, política e moral deste País.

Resista, Senhora Presidenta. Não há que se curvar a um Congresso que, pela atitude de alguns e não da maioria, ocupa há muito tempo o rodapé da legitimidade popular. Uma Casa que é o sustentáculo da democracia e que precisa mudar, portanto. Nada se sustenta enquanto faltar essa falsa legitimidade. E o Congresso só vai mudar quando ele for efetivamente independente. E que a harmonia entre os Poderes venha a se construir com a argamassa do interesse coletivo.

Não permita, Senhora Presidenta, que o Legislativo execute. Por outro lado, também não continue a atitude de governos que a antecederam, nefasta para a nossa legitimidade, de o Executivo legislar. Utilize-se das medidas provisórias tão somente quando elas forem absolutamente, realmente necessárias e realmente urgentes. Nesse caso – e as últimas discussões legislativas aqui estão indicando – o Congresso também vai resistir. As medidas provisórias são, para o Congresso, também, tal e qual, um torniquete.

Difícil falar em independência de Poderes quando o Congresso utiliza o voto como moeda de troca para nomeações e liberações de recursos que ele mesmo votou.

Difícil falar em independência de Poderes quando o Congresso utiliza o voto como moeda de troca para nomeações e liberações de recursos que ele mesmo votou. E quando o Executivo inunda esse mesmo Congresso com medidas tipicamente legislativas. Os parlamentares não foram eleitos para executar, nem o Executivo foi eleito para legislar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Estou no fim.

Resistamos todos, portanto, Senhora Presidenta. O que em pauta está, ou em jogo, novamente, hoje como antes, é a democracia, que queremos instalar como definitiva.

É a primeira vez que o País elege uma mulher para dirigir os seus destinos, alguém cuja sensibilidade lhe é inata. Dizem muitos que foi um sinal do desejo de continuidade. Em algumas questões, não nego, continuidade do bom Governo do Lula. Continuidade da diminuição da pobreza. Das disparidades regionais e pessoais de distribuição da renda. Da inclusão, portanto, dos milhões de brasileiros que ainda permanecem algo assim como clandestinos dentro de seu próprio país.

Mas não há como negar que a sua eleição foi um sinal mais que evidente do desejo de mudança. Aliás, querem alguns que nada seja alterado nos mecanismos de poder. São os mesmos que avocaram os tais “riscos à governabilidade”. Querem manter os seus privilégios.

Os riscos à governabilidade virão se vicejarem a corrupção, a impunidade, a troca de favores, a falta de legitimidade das pessoas e instituições públicas. A falta da democracia e a falta da cidadania.

Há que se resistir, portanto, Senhora Presidenta. Acrescento mais uma definição de “resistência”, ainda extraída do nosso mais popular dicionário: “força que se opõe ao movimento de um sistema”.

Foi contra o movimento de um sistema que lutamos antes. Se permanecem resquícios fortes desse mesmo sistema, é contra eles que devemos continuar a nossa luta hoje, com as mesmas armas dos nossos ideais, não importa o tempo.

É o que eu tenho a dizer à nossa Presidenta Dilma Rousseff.

Estou certo, pelo que tenho ouvido nas minhas andanças, de que é o que o povo brasileiro também gostaria de dizer a Vossa Excelência, Senhora Presidenta.

Se me permitir, Sr. Presidente. (*Pausa.*) Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Parabéns a V. Ex^a, Senador Pedro Simon. V. Ex^a, nessa sua epístola-pronunciamento dirigida à Presidenta Dilma Rousseff, fala especialmente como um amigo, mas fala também como uma pessoa que apela para que ela resista, para que ela realmente tenha a atitude de cobrar de cada um dos membros do Congresso Nacional que votemos sempre de acordo com a nossa consciência e não por causa de quaisquer das coisas que V. Ex^a mencionou e que nem sempre são o melhor procedimento. Portanto, que possa a Presidenta Dilma Rousseff ouvir as ponderações e recomendações de V. Ex^a, pois elas vêm de um conterrâneo, de um gaúcho,

que, em suas palavras, falou como um verdadeiro amigo e que muito estima a Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, agradeço muito a gentileza de V. Ex^a ao permitir que eu concluísse o meu discurso.

Quero apenas dizer a V. Ex^a que falo isso do fundo do coração. Votei na Dilma no segundo turno, porque acho que ela representa uma expectativa fantástica na história deste País. Eu a conheci jovem, quando começou a participar da vida política no Rio Grande do Sul. Conheci sua atividade como secretária do Collares na prefeitura, do Collares no governo, do Olívio no governo; conheci sua atitude como Ministra de Minas e Energia e como Chefe da Casa Civil. Vejo nessa senhora um exemplo fantástico de coragem, de bravura, de garra e de firmeza.

Mas acho que ela é realmente um corpo estranho no nosso meio. Nós somos políticos profissionais; ela – não é que não seja política – é uma mulher cheia de sonhos e de vontade de acertar e vontade de conseguir. Não temos o direito de tentar, desta ou daquela maneira, ofuscar o seu trabalho, principalmente o seu Partido, o PT, que, nesta altura, faz aquilo que aconteceu com o PMDB: um partido pode ter muitos sonhos e muitas expectativas quando está na oposição, mas, quando chega ao governo, se não tem um mínimo de pensamento, termina se curvando, e as vantagens pessoais persistem.

Por isso, quando se diz que as várias áreas do PT, junto com o MDB e outros partidos, brigam para ter um quinhão, não é por aí. Não é por aí! Brigar é um direito. O partido tem o direito de ter a sua parte, mas quinhão para tirar vantagem não pode ser!

A Presidenta Dilma tem o direito de pedir a biografia de quem vai ser escolhido. O PMDB vai indicar alguém, e é uma indicação do PMDB. Mas quem é ele? Qual é a sua história? Ela é uma pessoa limpa, realmente, e não tem nada que influencie, de indignidade, a sua pessoa? É. E tem competência, tem capacidade? Então, nomeia. Ela é isso e tem que continuar a ser isso. Ninguém pode lhe dizer: “Este é meu irmão, este é meu patrício, a este eu devo isto, este fez a campanha.”

Quando vejo brigar, Sr. Presidente, pela presidência, pela chefia dos fundos de pensão da Petrobras, quando vejo brigar pelo fundo de pensão do Banco do Brasil, não é briga política; é outro nome que se dá a isso. Por isso ela tem que resistir – D. Dilma –, tenho certeza.

Estamos fazendo um movimento no Congresso Nacional, com Parlamentares de todos os partidos. Nem V. Ex^a está a par disso. O que nós queremos? Nada! Nada! Nada! Apenas que ela tenha independência para

escolher e selecionar os melhores. É isso o que nós queremos. Queremos fazer um movimento dentro do Congresso Nacional, principalmente aqui, no Senado, onde pessoas de todos os partidos estejam ao lado dela, na hora em que ela disser: fulano não pode por causa disso. Ou na hora em que um partido, seja ele qual for, quiser fazer chantagem para nomear quem não tem direito. Ela precisa ter isso; se ela não tiver isso, com quem ela vai governar?

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Por isso, digo do fundo do coração, vim aqui porque achei que era minha obrigação *(fora do microfone)*.

Dirijo-me a Presidente da República de alma aberta, como cidadão. Com meus oitenta anos, ela poderia ser minha filha. Dirijo-me à Presidente da República porque meu coração sangra de vontade que ela dê certo. Sinto o desejo, a garra, a preocupação que ela tem em escolher o melhor. E não sinto, muitas vezes, ao redor dela, naqueles que têm a responsabilidade, a vontade de buscar o melhor.

Se V. Ex^a permitir, Sr. Presidente...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Permite-me, Sr. Presidente? Creio que seu discurso, Senador, não poderia passar sem alguns apartes, alguns comentários, alguns apoios. Esse é um daqueles discursos que justificam a existência deste Senado. Quero, em primeiro lugar, dizer da minha satisfação em ouvir um discurso como esse nesta Casa, que, muitas vezes, nos dá tantas angústias e até desesperos. Em segundo lugar, quero dizer, na linha do que falou o Senador Suplicy, que esse é um discurso de amigo. Não há nada pior para um governante – o senhor foi governador e eu também – do que aqueles que não nos alertam dos erros e dos perigos, do que aqueles apoiadores que balançam a cabeça diante de caminhos errados que um governante segue. O que o senhor fez, hoje, com essa sua insistência na palavra “resista”, foi um alerta à nossa Presidente; alerta sobre possíveis erros que viriam a ser cometidos, e que esperamos que não sejam. O bom apoiador é aquele que sobe à tribuna e faz alertas. Esse é o bom apoiador. O apoiador que balança a cabeça toda vez, que vota sempre da mesma maneira, mesmo quando a Presidenta estiver errada, leva ao desastre. V. Ex^a é um apoiador que ilumina com os alertas que faz e com essa ideia forte e firme, repetida, de: “Presidenta Dilma, resista!” Esse é o seu discurso, e espero que o senhor o publique com esse título e o distribua para todos, mas, o primeiro, mande para ela.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado e muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente, pela gentileza de me permitir cumprir meu discurso.

Pretendo, de certa forma, que este meu pronunciamento, através do Líder do Governo, chegue às mãos da Presidente, porque falo com muita emoção e com muita vontade de ajudá-la. Faço isso nas minhas rezas diárias. Começo-as, pedindo para que Deus proteja a Presidente. E acho que é o que devemos fazer, porque este momento é muito importante: desde a proteção à sua saúde – que, se Deus quiser, vai ficar cada vez mais firme – até as suas convicções, de que ela não deve abrir mão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Pedro Simon! V. Ex^a, de fato, não só agora, como sempre, tem tido uma linha de pensamento que o leva a ser admirado por grande parte da população brasileira.

Parabéns a V. Ex^a! Tenho certeza de que o que V. Ex^a fala é de coração. Não é só por isso, mas, na verdade, V. Ex^a fala aquilo que pensa e que deseja a grande maioria do povo brasileiro.

Parabéns a V. Ex^a!

Pela Liderança do PMDB, Senador Ricardo Ferraço.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como premissa, quero manifestar minha plena solidariedade à manifestação do Senador Pedro Simon. Temos, partidariamente, conversado sobre a necessidade de reafirmarmos a identidade do nosso Partido, e as palavras de V. Ex^a, seguramente, ecoam fundo no meu coração.

Sabemos que não estamos diante de um desafio qualquer, mas de um desafio possível, porque estão unidas, sem qualquer juízo de valor, pessoas que estão pensando no conjunto dos interesses da Nação brasileira. Por isso mesmo, o discurso que faz S. Ex^a tem eco, tem consistência, tem conteúdo e, seguramente, penso eu, vai sensibilizar a Presidente Dilma, para que ela tenha resistência, uma resistência que tem a ver com a construção da sua vida, da sua história. Por isso, ela está, hoje, governando os destinos do Brasil.

Parabéns por essa manifestação que só nos estimula e nos motiva a continuar admirando V. Ex^a e a tê-lo como referência, por uma vida e uma trajetória marcada pela ética e pelo compromisso com a coisa pública.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Só para dizer que V. Ex^a, com seu passado, com sua história, chegou aqui, no Senado, já nos seus primeiros pro-

nunciamentos, dizendo que queria sentir, que queria vibrar o Senado; que não aceitava ver o Senado como uma espécie de Câmara de Vereadores. E V. Ex^a está tendo atitudes, realmente, muito importantes, como na reforma administrativa. E V. Ex^a tem participado das reuniões em que alguns de nós têm discutido isso, e V. Ex^a tem sido dos mais insistentes nesse sentido. V. Ex^a tem dito e repetido: “Eu não estou aqui, eu não quero nenhum favor pessoal para o meu Estado, nem nenhuma nomeação. Eu quero, aqui, ajudar a Presidente; e quero que meu Partido e a Presidente possam, realmente, caminhar a favor do Brasil.” Tenho certeza de que muitos deveriam seguir os passos de V. Ex^a, quase um menino, para que pudéssemos, realmente, fazer isso. Toda a imprensa diz que é culpa do Congresso, porque os Parlamentares, os políticos é que fazem a pressão na Presidente: “Tem que nomear o fulano, quero minha emenda parlamentar, não sei o quê.” E, V. Ex^a, nas nossas reuniões, tem sido um daqueles que dizem exatamente isto: “Claro que luto pelo meu Estado, claro que tenho problemas, claro que quero interferir, mas quero que a luta seja nacional, quero que o nosso debate com a Presidenta seja a favor do Brasil, e não troca-troca.” Felicito V. Ex^a e vejo em V. Ex^a, digo de público, um daqueles que, na primeira hora, desde que chegou aqui, defendem exatamente essa linha, e é isso o que V. Ex^a está dizendo que nós precisamos fazer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Para mim, tem sido um privilégio e uma honra compartilhar com V. Ex^a dessas convergências e dessas agendas que não têm outro sentido senão o fortalecimento institucional do Senado da República, das nossas prerrogativas e da identidade do nosso Partido.

Sr. Presidente, esta semana, estamos comemorando três anos de implantação de uma lei muito importante, uma lei que produziu a preservação e a conservação de muitas vidas País afora; uma lei que, ao longo do tempo, tem demonstrado claramente a necessidade do seu aperfeiçoamento e do seu aprimoramento. Eu me refiro, Senador Eduardo Suplicy, à Lei Seca, uma lei que, em bom tempo e em bom momento, representou um sentimento e uma percepção de que poderíamos, sim, combater a impunidade. Muito mais do que a percepção de que a lei não será cumprida é a certeza de que as pessoas não serão criminalmente atingidas pelos seus atos irresponsáveis por não saberem conviver coletivamente.

Essa é uma lei que deve ter sua pertinência dividida em dois tempos. Num primeiro momento, seus resultados são extraordinários, porque, num primeiro momento, tivemos, Senador Eunício Oliveira, uma redu-

ção de aproximadamente 10% na incidência de mortes, porque o nosso trânsito é um dos mais violentos do mundo. Nesse primeiro momento, a Lei Seca produziu, de fato, efeitos extraordinários. Foram aproximadamente três mil vidas conservadas, porque a diminuição dos indicadores foi muito consistente, inclusive nos Estados, que se organizaram, que se estruturaram, para que a Lei Seca pudesse, ao cabo e à lei, ser cumprida.

É louvável a *performance*, por exemplo, do governo do Estado do Rio de Janeiro, onde percebemos, no primeiro momento, que os indicadores mais reduziram os acidentes fatais. No Rio de Janeiro, os indicadores chegaram próximo de 30%, por decisão e organização do Governador Sérgio Cabral, nosso companheiro de Partido.

Em outros Estados, como no meu, também os resultados e a *performance* foram muito bons. Mas, em 2010, o Superior Tribunal de Justiça entendeu, como um direito fundamental da vida humana e da pessoa humana, que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo.

Quando esse entendimento foi firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, Senador Geovani, o bafômetro deixou de ser a ferramenta adequada para que pudéssemos coibir, para que pudéssemos corrigir, para que pudéssemos identificar as pessoas que não têm cuidado com a sua vida, que não têm cuidado com a vida dos seus semelhantes.

De lá para cá, os indicadores voltaram a crescer e, em 2010, foram 37 mil vidas sacrificadas, numa escalada de violência no trânsito brasileiro sem precedentes.

Por isso, estamos-nos associando a tantas vozes, estamos-nos associando à organização dos profissionais de trânsito, aos Detrans, que estão clamando pelo aperfeiçoamento dessa legislação, e oferecemos até mesmo uma proposta: que, além do bafômetro, possamos ter outras formas de identificar, de punir criminalmente aquele que não tem cuidado com a sua vida e que não tem cuidado com a vida do seu semelhante. Para além do bafômetro, a imagem, o vídeo, a análise clínica, o testemunho, para que possamos, de fato, coibir, para que possamos, na prática, colocar um ponto final, para que possamos avançar, disciplinando melhor a utilização do espaço...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

—... público. Essa matéria foi submetida (*Fora do microfone.*) à Comissão de Constituição e Justiça. Conversamos com o Senador que a está relatando e ele foi muito simpático e muito favorável.

Portanto, quando a Lei Seca completa três anos de implantação em nosso País, chegou o momento de

endurecermos o jogo; chegou o momento de adotarmos a tolerância zero para a questão da embriaguez dos motoristas que insistem em colocar em risco a sua vida e a vida dos seus semelhantes.

É essa a manifestação que faço na semana em que a Lei Seca completa três anos, relacionando a necessidade de um aperfeiçoamento para que possamos colocar fim a essa impunidade que tem grassado na escalada da violência no trânsito brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Wilson Santiago, em permuta com o Senador Antonio Carlos Valadares.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, na forma regimental.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Senadoras, profissionais da imprensa, demais senhores e senhoras, ontem, apresentei o Projeto de Lei nº 347, de 2011, que disciplina, Senador Eunício Oliveira, a divulgação de pesquisas de opinião pública durante o período de eleições, tanto eleições estaduais, como eleições municipais, Senador Pedro Simon, Senadora Ana Amélia.

Ao término de cada eleição, por onde se anda, ouve-se lamentação de candidatos, derrotados alguns deles e até outros eleitos, reclamando de pesquisas falsas, de pesquisas desvirtuadas, de pesquisas que tentam, e às vezes até conseguem, mudar o resultado da eleição, em muitos casos, dando diferenças para o resultado oficial, para o resultado final que, de fato, causam surpresa em toda a população. Muitas delas, Senador Pedro Simon, Senador Buarque, nosso grande Senador do DF, nos surpreendem. Todas são caracterizadas e comprovadas como de má-fé. Isso muda, na maioria dos casos, quando a eleição é disputada, até o resultado final da eleição.

Por isso, Sr. Presidente, apresentamos o Projeto de Lei nº 347, Senadora Ana Amélia, disciplinando e punindo esses institutos que diferenciam de forma grande o resultado final da eleição daquilo que divulgam até a véspera da eleição. Tivemos, na última eleição na Paraíba, fatos lastimáveis de institutos, por exemplo, como o Ibope, que perdeu o resultado da eleição para alguns dos candidatos para o Senado por uma diferença de 20 pontos percentuais. A eleição amanhã

e, hoje, o Ibope divulga uma pesquisa cujo resultado, para alguns candidatos, teve diferença de 20%, 22%.

Está comprovado, Senadora Ana Amélia, que não existem estatísticas ou conhecimento científico numa pesquisa desse porte, a não ser má-fé, para beneficiar alguns candidatos ou algum candidato e, com isso, de fato prejudicar outros candidatos.

Eu fui um deles. A pesquisa em relação a mim foi divulgada pelo Ibope na véspera da eleição, num período em que nem se pode divulgar pesquisa, ou seja, dez horas antes da abertura das urnas para o eleitor, democraticamente, exercitar a sua cidadania.

Publicam pesquisa repetidamente, durante os três dias que antecedem a eleição, fora de época, fora de prazo, em descumprimento à lei – e, pela lei hoje em vigor, a multa é insignificante, de R\$5 mil, de R\$10 mil –, em uma eleição majoritária, prejudicando com má-fé determinados candidatos.

Eu fui vítima e a pesquisa divulgada teve uma diferença de 20 pontos percentuais na véspera da eleição, e de 22 pontos percentuais oito horas antes de abrirem as urnas para o eleitor, repito, democraticamente exercitar a sua cidadania.

Por essa razão, Senador Pedro Simon, eu apresentei, nesta Casa, o Projeto de Lei nº 347, de 2011, disciplinando a publicação dessas pesquisas, primeiro, para que a apresentação das pesquisas seja proibida nos cinco dias antes da eleição, por qualquer candidato, partido político e, também, pelos próprios meios de comunicação.

Não estou, com esse projeto, proibindo a apresentação de pesquisas, Senadora Ana Amélia, apenas disciplinando e punindo com multas altíssimas – ao invés de cinco mil UFIRs, 500 mil UFIRs e até um milhão de UFIRs, dependendo do dano que causarem a determinado candidato –, para, com isso, proibir, tentar proibir ou diminuir essa má-fé utilizada, não digo que pelo Ibope, que citei, mas por quem realizar a pesquisa utilizando má-fé ou o próprio instituto de credibilidade nacional, a exemplo de tantos outros.

Às vezes, abandonam-se, Senadora Ana Amélia, até institutos locais, sérios, do Estado, pequenos, conhecidos mesmo, mas que exercem ou que realizam as pesquisas com seriedade, para apostar em grandes institutos, ou contratar grandes institutos que, na maioria das vezes, contratam terceiros para realizar essas pesquisas. De má-fé, esses terceiros usam o nome – se combinado ou não, não se sabe – dos grandes institutos para modificar os resultados das pesquisas. Às vezes, Senador Pedro Simon e Senador Eunício Oliveira, até mudam o resultado da eleição, porque muitos eleitores – é aquela história do voto útil – votam no candidato

que tem para eles, naquele instante, a perspectiva ou a certeza, pelas pesquisas, de ganhar a eleição.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS.) – É da maior importância o pronunciamento de V. Ex^a. Quando nós fizemos a Assembleia Nacional Constituinte, para nós, que vivemos aquela época da ditadura, do arbítrio, da violência e da injustiça, nós colocamos na Constituinte, nos Direitos do Cidadão, princípios realmente rígidos, colocando em primeiro lugar a liberdade e o direito de informar. Hoje, o que V. Ex^a está dizendo é uma absoluta verdade. As pesquisas se repetem num equívoco enorme, inclusive em cidades do interior, onde um dono de rádio, um dono de jornal faz o que bem entende. Nós apresentamos o projeto – e já foi aprovado – no sentido de impedir, nos últimos 30 dias, que se fizesse a pesquisa. Caiu no Supremo Tribunal, porque o Supremo Tribunal Eleitoral disse que é fundamental e inalienável o direito à liberdade, o direito à liberdade de informar. A nossa medida caiu. Por isso, eu acho que nós temos de analisar a emenda de V. Ex^a e eu aconselharia V. Ex^a, com a assessoria da Casa e com alguns Parlamentares, a pegar a emenda de V. Ex^a e ver a decisão do Supremo, que, para mim, é absurda. É claro que o direito de informar, é claro que a democracia, é claro que tudo isso é fundamental, mas não pode atingir o ridículo do absurdo que tem acontecido, em que muitas e muitas eleições são mudadas por causa disso. Como diz V. Ex^a, aparece uma pesquisa em que o cidadão está 20 pontos atrás, e vai, e vai, e vai. Na hora da votação, é muito grande o número de pessoas que gostam de votar e votam naquele que vai ganhar.

Então o conselho que ...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS.) – ... com muita humildade eu dou a V. Ex^a, é de nós nos reunirmos, em torno do seu projeto para compará-lo com a decisão que houve lá atrás, do Supremo, para ver onde deve ser feito, onde eles não podem imaginar que a decisão da Assembleia Nacional Constituinte, em termos de liberdade de informação, atinge aquilo que V. Ex^a está dizendo, que compromete uma eleição e lança tudo no lixo. Eu felicito V. Ex^a pela emenda e me ofereço, com muita humildade, junto a outros, para ver a sua emenda e ver a decisão do Supremo para não cair depois, como aconteceu.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Pedro Simon. Com certeza a experiência de V. Ex^a não só como Constituinte, mas além de tudo como detentor de mandato, ao longo desses anos, que teve sempre a preocupação de com serie-

dade exercer a sua atividade parlamentar... De fato nos preocuparmos com isso.

Nós estamos às vésperas de uma eleição, Senadora Ana Amélia. Existem candidatos, muitos, já no meu Estado, preocupados em reservar o dinheiro dos institutos de pesquisas. Por quê? Porque se não contribuir...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – ... o resultado vem destruindo qualquer candidatura e muitas delas conseguem ser destruídas, em véspera de eleição, com pesquisas falsas, fraudulentas, divulgadas e muitas delas até com autorização da Justiça Eleitoral para serem publicadas. Infelizmente, com autorização da Justiça Eleitoral local para serem publicadas, com dados falsos, que não representam a verdade, com o intuito apenas, esses institutos e até alguns meios de comunicação, de tirar dinheiro dos candidatos a Prefeitos, a Deputados, a Senadores.

Por essa razão é que temos que nos preparar, neste ano que antecede a eleição de 2012, para diminuir esses fatos lastimáveis, criminosos que têm a cada dia influenciado nos resultados, Senador Pedro Simon, das eleições municipais, estaduais.

Por essa razão é preciso uma lei dura, com punições de cadeia, como está no nosso projeto, de seis meses a um ano a quem usar de má fé e com multas pesadas, de 500 mil UFIRs até 1 milhão de UFIRs, dependendo, repito, do tamanho do crime, eu digo até do prejuízo que causar a qualquer um dos candidatos.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Eu agradeço ao Senador e lhe digo que vai ser muito curto.

O SR. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Mesa entende que o tema é relevante e está ampliando o tempo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Muito relevante e devo dizer que, no Rio Grande do Sul, tem havido uma grande preocupação nesse sentido. Eu mesmo já fui lá levar as ideias que nós implantamos no Distrito Federal, que, de fato, trouxeram uma redução muito grande da mortalidade, bastante grande de acidentes. Chegamos a ter leitos sobrando num certo momento aqui nos hospitais de politraumatizados. E implantamos a educação, a ponto de que aqui se atravessa a faixa e os motoristas são subordinados aos pedestres. Mas eu queria dizer, Sr. Senador, que um dos pontos que eu vejo de importante no seu discurso é por que esse é o maior problema de saúde que tem o Brasil: a mortalidade – é esse o problema. E eu lhe digo que reafirmo e apoio as suas propostas. Mas eu

digo mais: tem uma que está correndo na Comissão de Constituição e Justiça, e que estão alegando um pouco de inconstitucionalidade, e que eu acho que tocaria muito mais diretamente no motorista irresponsável: é tomar o carro dele. Tocar na propriedade do carro, que dizem que é inconstitucional, mas não é inconstitucional matar gente por aí. Eu acho que a gente tem que radicalizar na exigência de responsabilidade. Para mim, o automóvel hoje é como o revólver: só deve ser usado em casos muitos especiais e por pessoas que sabem fazê-lo.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Enquanto, Senadora Ana Amélia, muitos países do mundo – muitos países – estão preocupados em diminuir esse índice de erro no que se refere às pesquisas de opinião pública. Aqui, no Brasil, a coisa é considerada como banal. E essa banalidade tem causado prejuízos a muitos candidatos e a muitos que, de fato, são inviabilizados num processo final de campanha política, por conta dessa má-fé utilizada por tantos outros.

Então, esse Projeto de Lei, repito, nº 347, de 2011, não só disciplina como também pune com cadeia a quem, de fato, abusar disso aí, com índices alarmantes, como também usando de multas pesadas para punir esses institutos e meios de comunicação que abusarem e usarem de má-fé, comprovadamente.

Então, aproveito não só para registrar o nosso posicionamento, como também agradecer a tolerância de V. Ex^a, dizendo que essa iniciativa, não só fortalece a democracia como também o pleno exercício da mesma no que se refere ao voto do eleitor.

Obrigada a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Wilson Santiago, o Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Wilson Santiago traz um tema relevante, estamos às vésperas das eleições. Mas o fato de a Justiça Eleitoral acolher e registrar uma pesquisa não entra no mérito de como essa pesquisa é feita, apenas a formalidade do registro de fazer, que é o que a lei exige. Precisamos, como disse V. Ex^a, evitar que haja um desvirtuamento, um erro tão grande de vinte pontos percentuais numa avaliação de pesquisa, o que é inaceitável. É um tema muito importante para todos nós.

Quero lhe dizer que, no Rio Grande do Sul, há um instituto do Rio Grande do Sul, chamado Methodus, entre outros, de muita credibilidade, que tem crescido a sua importância exatamente pelo fator de credibilidade nas avaliações que faz para o período eleitoral.

Obrigada Senador Wilson Santiago.

Entre os oradores inscritos, o próximo orador é o Senador Anibal Diniz, do PT do Acre.

Desculpe-me Senador Anibal, mas é que o Senador Geovani Queiroz, que me pediu inclusive para substituí-lo na Presidência, está como comunicação inadiável e tem preferência ao orador inscrito.

Muito obrigada pela compreensão.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)
Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Senadora Ana, o Senador Geovani Queiroz é nosso querido Deputado do Estado do Pará, mas é uma honra.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)
– Uma boa comparação, mas me penitencio. Obrigada.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)
– Sr^{as} e Srs. Senadores, existem problemas, manifestações, necessidades tão específicas e tão próprias da região norte do nosso Brasil que podem até causar estranheza em alguns dos senhores.

Mas, felizmente, esse é o sentido da representação equilibrada que o Senado oferece com o mesmo número de Senadores para cada Estado brasileiro, ou seja, para que as súplicas dos pequenos não sejam sucumbidas pelos grandes. E olha que, em se tratando de região amazônica, fica até complicado falar em pequenos, pois que lá tudo tem grandes dimensões, inclusive as dificuldades.

Peço licença para registrar duas situações que se completam: a Assembleia das Lideranças Indígenas, realizada, há poucos dias, na Aldeia Santa Isabel, no Oiapoque, quando Caciques e representantes de diversas etnias apresentaram os principais problemas da região e apontaram prioridades para cada amapaense – e o Poder Executivo.

E também, Sr. Presidente, a espera de toda uma comunidade por obras que acenam com a perspectiva de desenvolvimento de um olhar efetivo sobre as necessidades de progresso de nossa gente.

Sr^a Presidente, índios e não índios... Posso afirmar que, em um mesmo contexto, o coração da população do Oiapoque bate em compasso de espera. Num primeiro momento, pela expectativa de inauguração da ponte binacional e a retomada das obras na BR-156, ambas estratégicas para o crescimento econômico do Estado.

E, em outro momento, em que pesem todas as possibilidades de desenvolvimento que a conclusão dessas obras pode trazer para a região, outro debate tem sido provocado, desta feita, pela comunidade indígena que exige medidas compensatórias e investimentos em áreas essenciais, como saúde e educação. São vozes do mesmo quilate, senhores, são clamores de

igual importância. E que ao fim e ao tempo se completam. Sempre o dilema... sempre a aparente dicotomia: progresso e preservação; progresso e sustentabilidade; progresso e conservação de valores culturais, históricos e ambientais...

As lideranças, especialmente das etnias Galibi, Marworno, Karipuna, Juminã, que, juntas, ocupam 23% do território do Município e representam uma população estimada em quase cinco mil indígenas, estiveram reunidas durante três dias para discutir as implicações decorrentes de todo esse processo, bem como cobrar providências para antigos problemas.

Eles cobram atenção para a educação das crianças e jovens indígenas e cobram ações voltadas para a saúde. Não é mesmo fácil a vida nas aldeias. Há muito denunciamos a improvisação das salas da escola que funciona dentro daquele grupamento. E dos percalços da saúde todos sabemos.

Quando se fala em problemática atual das comunidades indígenas, não se pode dizer que nasceram na atualidade, mas sim, que são resquícios de problemas que nasceram ainda na colonização. São antigos e tristemente perseverantes.

Existem quadros, conhecidos e diagnosticados, que relatam situações de miséria, alcoolismo, suicídio e violência interpessoal que afetam, consideravelmente, a autoestima dos seres humanos indígenas. Sendo esta, na verdade, uma ação nefasta que se verifica em comunidades indígenas por todo o Brasil.

Não é problema simples nem tampouco posso eu aqui dizer que nada tem sido feito. Mas existe um quadro de insuficiências que não pode ser ignorado.

Lá mesmo no Oiapoque, essas comunidades destacam a falta de energia elétrica e cobram explicações sobre o programa Luz para Todos, que foi recebido com tanto louvor e não pode parar.

Existe ainda o relato de carência de água tratada, ausência de um posto do Instituto Nacional de Seguridade Social no Município e atraso na liberação dos recursos da Fundação Nacional do Índio – Funai.

Recentemente, falei aqui sobre as incoerências e os descompassos em torno da ponte binacional, obra que tanto nos orgulha e que tanto esperamos ver em plena atividade. Falamos aqui da realidade de um lado e de outro, num comparativo que nos desfavorece em relação ao lado francês, o primeiro mundo. Ah, Senhor Governo do Amapá, olhai por nós aqui, fronteira com o primeiro mundo!

Outro tema recorrente diz respeito à paralisação das obras na BR-156. Ficam dizendo que os índios não querem, mas eles querem sim, isso é mentira.

Senhores, a conscientização ambiental não é fenômeno antigo, mas já criou raízes na consciência

de muita gente. Porém, da mesma forma, essas mesmas consciências clamam pelas vantagens trazidas com o processo industrial, com o progresso, com o acesso à saúde, à educação de qualidade para índios e não índios, respeitados aí os valores de cada etnia, os desejos e expectativas de cada grupamento. Não se imagina mais uma coisa desassociada da outra.

A muito poucos, somente aos vis, interessa a degradação ambiental. Mas é também para poucos que serve o conservadorismo radical que não põe o progresso em favor do ser humano.

Dos estudos de que se tem notícia colhe-se o ensinamento de que o indígena, na maioria das vezes, manteve uma relação harmoniosa com a natureza, mas não adianta o discurso romântico para quem falta pão, escola, perspectiva de futuro. A miséria não preserva culturas.

Sr^a Presidente, o meu tempo aqui... V. Ex^a está sendo muito generosa, mas estou me preparando para viajar. Quero solicitar a V. Ex^a, que com tanta competência está dirigindo os trabalhos, que, na forma do Regimento Interno, considere como lido o restante do meu pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR GEOVANI BORGES.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, existem problemas, manifestações, necessidades tão específicas e tão próprias da região norte do nosso Brasil, que podem até causar estranheza em alguns dos senhores.

Mas felizmente esse é o sentido da representação equilibrada que o Senado oferece, com o mesmo número de senadores para cada Estado brasileiro. Ou seja, para que as súplicas dos pequenos não seja sucumbida pelos grandes.

E olha que em se tratando de região amazônica fica até complicado falar em “pequenos”, pois que lá tudo tem grandes dimensões, inclusive as dificuldades.

Eu lhes peço licença para registrar aqui duas situações que se completam – a Assembléia das Lideranças Indígenas, realizada há poucos dias na aldeia Santa Isabel, no Oiapoque, quando Caciques e representantes de diversas etnias apresentaram os principais problemas da região e apontaram prioridades para a bancada amapaense e o poder executivo.

E também, Senhor Presidente, a espera de toda uma comunidade por obras que acenam com a perspectiva de desenvolvimento, de um olhar efetivo sobre as necessidades de progresso de nossa gente.

Sr. Presidente, índios e não índios... eu posso afirmar que num mesmo contexto, o coração da população do Oiapoque bate em compasso de espera.

Num primeiro momento, pela expectativa de inauguração da ponte binacional e a retomada das obras na BR 156, ambas estratégicas para o crescimento econômico do Estado.

E em outro momento, ao que pesem todas as possibilidades de desenvolvimento que a conclusão dessas obras pode trazer para a região, outro debate tem sido provocado, desta feita pela comunidade indígena, que exige medidas compensatórias e investimentos em áreas essenciais, como saúde e educação.

São vozes do mesmo quilate Senhores, são clamores de igual importância. E que ao fim e ao tempo se completam.

Sempre o dilema... sempre a aparente dicotomia... progresso e preservação... progresso e sustentabilidade... progresso e conservação de valores culturais, históricos e ambientais...

As lideranças, especialmente das etnias Galibi, Marworno, Kariipuna, Juminã, que juntas ocupam 23% do território do município e representam uma população estimada em quase cinco mil indígenas estiveram reunidas durante três dias para discutir as implicações decorrentes de todo esse processo, bem como cobrar providências para antigos problemas.

Eles cobram atenção para a educação das crianças e jovens indígenas e cobram ações voltadas para a saúde.

Não é mesmo fácil a vida nas aldeias. Há muito denunciemos a improvisação das salas da escola que funciona dentro daquele grupamento. E dos percalços da saúde todos sabemos.

Quando se fala em problemática atual das comunidades indígenas, não se pode dizer que nasceram na atualidade, mas sim, que são resquícios de problemas que nasceram ainda na colonização. São antigos e tristemente perseverantes.

Existem quadros conhecidos e diagnosticados que relatam situações de miséria, alcoolismo, suicídio, violência interpessoal, que afeta consideravelmente a auto estima dos seres humanos indígenas.

Sendo esta, na verdade, uma ação nefasta que se verifica em comunidades indígenas por todo o Brasil.

Não é problema simples e nem tampouco posso eu aqui dizer que nada tem sido feito. Mas existe um quadro de insuficiências que não pode ser ignorado.

Lá mesmo no Oiapoque, essas comunidades destacam a falta de energia elétrica e cobraram explicações sobre o programa "Luz para Todos" que foi recebido com tanto louvor e não pode parar...

Existe ainda o relato de carência de água tratada, ausência de um posto do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS no município e atraso na liberação dos recursos da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Recentemente eu falei aqui sobre as incoerências e os descompassos em torno da ponte bi-nacional – obra que tanto nos orgulha e que tanto esperamos ver em plena atividade.

Falamos aqui da realidade de um lado e de outro, num comparativo que nos desfavorece em relação ao lado francês, o primeiro mundo....Ah Senhor Governo do Amapá ... olhai por nós!

Outro tema recorrente diz respeito a paralisação das obras na BR 156. Ficam dizendo que os índios não querem, mas isso é mentira.

Srs., a conscientização ambiental não é fenômeno antigo, mas já criou raízes na consciência de muita gente.

Porém, da mesma forma, essas mesmas consciências, clamam pelas vantagens trazidas com o processo industrial, com o progresso, com o acesso à saúde, à educação de qualidade para índios e não índios, respeitadas aí os valores de cada etnia, os desejos e expectativas de cada grupamento. Não se imagina mais uma coisa desassociada da outra.

A muito poucos, somente aos vis, interessa a degradação ambiental . Mas é também para poucos que serve o conservadorismo radical que não põe o progresso em favor do ser humano.

Dos estudos que se têm notícia, colhe-se o ensinamento de que o indígena, na maioria das vezes, manteve uma relação harmoniosa com a natureza, mas não adianta o discurso romântico para quem falta pão, escola, perspectiva de futuro. A miséria não preserva culturas.

Existem problemas sérios no que se refere à qualidade de vida das comunidades indígenas. Por exemplo, o problema do alcoolismo, que está presente em diversas aldeias do Brasil e desencadeia outros dramas , como o cometimento de crimes e a desnutrição.

Isso porque muitas vezes os indígenas acabam trocando alimentos recebidos pelo governo por bebidas alcoólicas, ao invés de utilizarem os alimentos para a sua subsistência e de sua família.

Saúde, educação, meios de subsistência e, em meio a tudo isso, a preservação de valores intrínsecos como as tradições, os credos, as culturas artesanais...

Precisamos atentar para a falta de cumprimento das alianças na gestão compartilhada. Como a educação escolar indígena no Brasil fica sob responsabilidade nacional e aos estados e municípios cabe sua execução e acompanhamento, nem sempre os investimentos são realizados de acordo com a realidade .

Os educadores indígenas têm consciência das fragilidades enfrentadas na vivência das políticas educacionais diariamente. Faltam os investimentos em recursos materiais, humanos e orçamentários.

Também neste mês de junho, o Ministério Público Federal no Amapá participou da Assembleia Indígena Wajãpi na aldeia Aramirã.

O procurador da República José Cardoso Lopes representou a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão que trata das questões de índios e minorias. Na ocasião, caciques solicitaram acompanhamento na aplicação dos recursos federais para a saúde indígena no Amapá.

As instituições ouviram as prioridades dos índios em saúde e educação. Em pronunciamento, caciques disseram esperar que os recursos recebidos pela Funasa sejam, definitivamente, repassados para as aldeias.

Ainda há inclusive atraso no pagamento dos agentes indígenas de saúde! Fica aqui portanto esse meu desabafo em favor das comunidades indígenas e suas lideranças lá no Amapá.

São gente como a gente... e se estão geograficamente tão longe, tão afastados do poder que emana da capital do país, eles ganham proximidade pelo valor humano, pelo valor histórico, por serem, enfim, de carne e osso, como qualquer um de nós.

São brasileiros pedindo: Olhai por nós! Olhai! Por que rogar não adianta. Eles pedem para serem vistos, lembrados, contemplados, priorizados.

Era este nosso registro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sr. Senador Geovani Borges, V. Exª, ao se referir aos problemas do seu Estado, o Amapá, recorre à responsabilidade que temos no mandato, que é o compromisso de representar os interesses de nossos Estados. Por isso somos três, não importa o tamanho do Estado. Todos são importantes e têm a mesma projeção dentro desta Casa.

Conforme o Regimento Interno, sua solicitação será atendida, Senador. Boa viagem ao senhor!

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agora, como orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz, do PT do Acre.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, foi com muita alegria que acompanhei hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, a decisão madura dos Srs. Senadores no sentido de manter o instituto da reeleição, que considero um instituto bastante interessante para o Brasil.

Temos dezesseis anos de vigência desse instituto, tendo o Presidente Fernando Henrique usufruído dele durante os seus dois mandatos e, depois, também o Presidente Lula, com seus dois mandatos. A manutenção desse instituto garante ao País uma maior estabilidade, tanto do ponto de vista nacional quanto do ponto de vista estadual e municipal.

Considero o instituto da reeleição algo positivo para o Brasil, porque dá mais estabilidade e maior estímulo para os governantes. Dessa forma, considero que foi muito madura, muito interessante, a posição da Comissão de Constituição e Justiça ao acatar o relatório do Senador Renan Calheiros e manter o instituto da reeleição, ou seja, rejeitar a PEC nº 39, que propunha o fim da reeleição.

De tal maneira que, aos poucos, essa discussão da reforma política vai ganhando maior maturidade, e nós vamos encontrando os caminhos para defender aquilo que é mais estável, mais seguro e que pode dar maior força e representatividade para a nossa democracia.

Outra discussão que também está em pauta na Comissão de Constituição e Justiça – provavelmente deve entrar em votação na próxima quarta-feira – é a proposição que leva a assinatura do Presidente José Sarney, com a relatoria do Senador Dornelles. É uma proposição de lista pré-ordenada com alternância de gênero para as eleições proporcionais de Deputados Federais, Deputados Estaduais e vereadores.

Essa lista pré-ordenada é algo que pode contribuir imensamente para uma maior representação feminina em nosso Parlamento. Temos, hoje, 13% de representação aqui no Senado, mas na Câmara dos Deputados temos apenas 10% de representação feminina, em um País que tem mais de 50% de mulheres.

Então, temos uma dívida histórica para com as mulheres do Brasil. Mas acredito que nós, Senadores, podemos contribuir para o resgate dessa dívida se aprovarmos, em definitivo, essa proposta que apresenta as eleições proporcionais com as listas pré-ordenadas com alternância de gênero.

É claro que ainda se propõe um referendo para que o Brasil se posicione a esse respeito. Mas tenho certeza de que essa proposta vai ter ampla aprovação em um referendo, porque vai contar com o apoio de 100% das mulheres, e acredito que os homens, solidários às mulheres, também vão votar favoravelmente nesse referendo. Com isso, poderemos ter, no futuro, um Parlamento com equilíbrio de gênero. E o Brasil poderá dar uma lição para o mundo, pois já que avançamos em tantos aspectos, acredito que, nesse aspecto da representatividade com equilíbrio de gênero,

o Brasil pode dar um salto de qualidade e se mostrar como um País exemplar para o mundo.

Por isso, estou muito otimista com a possibilidade de termos, sim, a aprovação em definitivo no Senado e, depois, também na Câmara dos Deputados, dessa proposição de regra em que as eleições proporcionais aconteçam com lista pré-ordenada com alternância de gênero. Ou seja, para cada homem, uma mulher, de maneira que tenhamos Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores com total equilíbrio de gênero no Brasil.

Sr^a Presidente, também gostaria de aproveitar este pronunciamento para falar da minha alegria com a notícia que veio, ontem, da Agência Moody's, em que a nota do Brasil foi elevada um ponto a mais.

A credibilidade do Brasil frente aos mercados internacionais cresceu. E isso é muito interessante porque a própria Agência faz um elogio direto à Presidenta Dilma e à equipe econômica do Governo, porque o Brasil continua mantendo a inflação sob controle, continua mantendo o equilíbrio fiscal, fazendo com que a credibilidade cresça a cada momento.

A agência de classificação de risco Moody's elevou ontem a nota da dívida soberana do Brasil, ao considerar que os últimos ajustes da política econômica garantem a "melhoria nos indicadores fiscais de médio prazo" e permitirão o "desenvolvimento mais sustentado". [O Brasil teve uma elevação de sua nota.] A alteração do nível Baa3 para Baa2 foi a primeira concedida pela instituição desde que o país atingiu "grau de investimento" (dado por outras avaliadoras), em setembro de 2009. Agora, além de considerar a maior economia latino-americana um porto seguro para os investidores, a [Agência] Moody's sinaliza que apoia as medidas da gestão da presidente Dilma Rousseff para conter o crédito e reduzir os próprios gastos com o objetivo de frear a atividade e a alta dos preços.

Na avaliação da agência, a reação do Executivo já se refletiu sobre a inflação e permitiu alcançar, nos primeiros quatro meses, metade do superávit fiscal (economia para o pagamento dos juros da dívida) previsto para este ano. "Embora ainda seja prematuro determinar se as medidas são suficientes, ao menos mostram um suposto compromisso forte para resolver o problema", sublinhou o comunicado da Moody's. Outro aspecto tido como positivo foi a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB), que está abaixo de 50%. [Sabemos que há países muito mais

desenvolvidos que estão com essa relação muito inferior ao Brasil, chegando a 100% ou a mais de 100% do Produto Interno Bruto na relação dívida/PIB.] Com isso, a classificação brasileira ganhou ainda "perspectiva positiva", sinalizando que poderá haver nova elevação [muito rapidamente] para Baa1..." [caminhando para aquele objetivo que todos os países têm no plano internacional, que é atingir o triple A, os três "as" da nossa economia].

Estamos caminhando para aquele objetivo que todos os países têm no plano internacional, que é o de atingir o "*Triplo A*", os três "as" da nossa economia. E estamos confiantes que, com o trabalho que a Presidenta Dilma está desenvolvendo com a sua equipe econômica, o Brasil, muito em breve, estará galgando espaços de maior relevância no plano internacional e terá uma economia cada vez mais respeitada.

Isso tudo, insisto, é algo de grande relevância para o País, porque o povo brasileiro quer a segurança de que o Brasil está em boas mãos, de que está sendo conduzido com responsabilidade e justiça, buscando resolver os problemas que mais nos afligem.

A Presidenta Dilma está, ao mesmo tempo, consorciando as ações, porque ela mantém a inflação sob controle, mas mantém a política de investimentos e faz um grande esforço no sentido de combater a pobreza, com o plano Brasil sem Miséria e, agora, recentemente, lançou a segunda etapa do programa Minha Casa, Minha Vida, que vai beneficiar, pelo menos, mais 3,6 milhões famílias que não têm acesso à casa própria hoje. Essa preocupação é uma demonstração de que, ao mesmo tempo em que mantém a economia sob controle, a Presidenta Dilma procura garantir as condições para que as famílias mais pobres atinjam a sua dignidade e superem a sua condição. Isso tem o nosso aplauso absoluto.

Para finalizar, Sr^a Presidenta, queria aqui, em nome pessoal e do Senador Eduardo Suplicy, digno representante do PT de São Paulo, convocar todos os Senadores desta Casa para que, à noite, fiquem atentos, assistindo à televisão, no canal 39 ou na TV Globo, para ver o Santos Futebol Clube, o time do Pelé, disputando a Libertadores da América.

Quem sabe, com a ajuda de Deus e daqueles meninos da Vila, possamos hoje repetir o feito que só foi conseguido por Pelé, no Santos, em 1962, quando o Santos foi campeão da Libertadores pela última vez. Então, estou hoje aqui de alvinegro, em homenagem àqueles meninos que fizeram o futebol nacional ter brilho novamente. Espero que o Brasil inteiro hoje esteja atento a esse melhor futebol que é praticado hoje no Brasil, que é o do Santos.

Ouçõ, com muita atenção, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Anibal Diniz, quero congratular-me com V. Ex^a por essa esperança comum de todos nós, torcedores do Santos. Quando menino, eu era levado pelo meu pai, que, em 1912, morava em Santos, aos 16 anos, foi um dos fundadores do Santos Futebol Clube e participou da primeira direção, assim como do primeiro futebol amador. Ainda há poucos dias, encontrei o Luis Alvaro, Presidente do Santos Futebol Clube, que teve a gentileza de me convidar para estar hoje lá. Estarei no Pacaembu, junto com meu filho André e meus netos Teodoro e Bernardo, para torcer pelo nosso time. Vamos ver se Neymar e todos os seus companheiros possam repetir a façanha extraordinária do nosso querido Pelé. Meus cumprimentos a V. Ex^a. Hoje torceremos, todos os brasileiros – acredito –, pelo nosso time, o Santos Futebol Clube, com todo o respeito ao Peñarol, que é o time querido, com tanta garra e tradição, dos uruguaios.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeitamente, Senador Suplicy. Incorporo, com muito prazer e orgulho, sua contribuição ao meu pronunciamento.

Ouçõ, com atenção, o Senador Moka.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Não sei se a Presidente é colorada ou gremista, porque, no Rio Grande, ou é colorado ou é gremista. Primeiro, quero parabenizá-lo pelo discurso que V. Ex^a faz e dizer que sou um daqueles também. Não sou um torcedor oportunista. Eu trago essa torcida pelo Santos desde a minha época de menino. Sou da época que a linha do Santos era Dorval, Coutinho, Pelé e Pepe. Hoje é realmente um motivo para todos nós, santistas, e – acho – para todos os brasileiros, para desespero dos corintianos e dos palmeirenses, mas o Santos vai ser tricampeão, se Deus quiser.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Maravilha! Que Deus te ouça, Senador. Estamos aqui na grande esperança de que os meninos da Vila possam reviver o feito de Pelé nesta noite, no Pacaembu, e que o Santos possa se sagrar hoje tricampeão da Libertadores. Vamos estar dando toda nossa força. Se isso acontecer, vamos fazer com que a escalção atual do Santos também entre para a história tanto quanto aquela escalção maravilhosa da década de 60.

Muito obrigado, Sr^a Presidente. Muito obrigado, Srs. Senadores.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Anibal Diniz, veja que o futebol une este País. V. Ex^a é do Acre, torce pelo Santos em um dia decisivo, tem apartes, claro, de um paulista torcedor do Santos – é natural um paulista ser torcedor do

Santos –, e o Senador do Mato Grosso do Sul também está na mesma direção. E eu, gaúcha, torcedora do Inter, mas, em São Paulo, a minha preferência é pelo Palmeiras. Independente disso, hoje vou estar com o senhor, com o Moka, com o Suplicy, com toda a torcida do Santos e do Brasil, torcendo pelo time para que ganhe esse campeonato. É do que precisamos.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Amélia, isso é maravilhoso, porque hoje o Brasil veste alvinegro nessa decisão da Libertadores.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, rumo à vitória!

Muito obrigada, Senador Anibal Diniz.

Fará uso da palavra, pela Liderança da Minoria, a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Serviços de Infraestrutura colocou em discussão hoje um requerimento de minha autoria para a realização de uma audiência pública com a finalidade de debater proposta de contratações com a Administração Pública para a realização de obras e serviços de infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Trata-se do então denominado Regime Diferenciado de Contratações, um regime especial de licitações concebido pelo Governo Federal para agilizar as obras da Copa e das Olimpíadas que o Brasil sediará.

Conseguimos aprovar esse requerimento, Sr^a Presidente, mas me causou estranheza a movimentação do Governo no sentido de tentar esvaziar a comissão para que não fosse votado o requerimento. Eu tenho 30 anos de Congresso Nacional e é a primeira vez que vejo uma censura em cima de audiência pública que visa a debater uma medida provisória, que terá que ser pública. Foi um constrangimento. Conseguimos aprová-lo. Vamos fazer a audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, mas quero aqui deixar registrada a minha estranheza com essa movimentação.

A Presidência da Comissão de Infraestrutura está sempre aberta para dialogar com o Governo. Essa comissão não é uma comissão da Oposição, é uma comissão do Congresso Nacional. E acredito que o Governo não deva apenas dialogar em *petit comité* aqui dentro do Congresso Nacional. É preciso que se faça público aquilo que o Governo deseja ou as razões que o levaram a tomar determinadas decisões.

Por isso, quero aqui deixar registrada a minha estranheza e quero inclusive, Sr^a Presidente, que esta Casa tome uma decisão no sentido de evitar que as comissões sejam esvaziadas sem que haja uma explicação para que isso seja feito.

Essa questão não é a primeira vez. Sempre que há uma audiência pública que pode gerar algum conflito, a comissão é esvaziada sob o pretexto de que não interessa ao Governo essa discussão.

Acredito que esta Casa precisa tomar providência nesse sentido e não permitir que isso aconteça, porque é um desrespeito ao parlamentar, que foi eleito pelo povo, e é um desrespeito ao trabalho que se realiza nessas comissões.

Não tenho dúvida de que esta matéria é da maior importância e deve, necessariamente, ser debatida com antecipação por esta Casa, antes mesmo da chegada da Medida Provisória nº 527. E duas são as razões: em primeiro lugar, o prazo de validade dessa medida provisória encerra-se no dia 15 de julho e, a julgar pelo andamento dos trabalhos legislativos no Congresso, ela deverá ser encaminhada ao Senado ao final da próxima semana, quando será lida e poderá ser, enfim, discutida neste plenário.

Estima-se que constará da Ordem do Dia somente na primeira ou segunda semana de julho, já às vésperas de seu prazo final.

Ou seja: pressionado pelo exíguo tempo que nos restará, o Senado dificilmente terá condições para debater esta matéria e, eventualmente, propor alterações ao texto que vier da Câmara, o que, mais uma vez, irá ao encontro dos nossos protestos pela forma desrespeitosa forma com que as medidas provisórias vêm sendo encaminhadas a esta Casa.

Em segundo lugar, pela dimensão da questão, uma vez que estão sendo discutidas formas de flexibilizar a Lei de Licitações, em vigor desde 1993, com a implementação de mecanismos de duvidosa constitucionalidade, como o sigilo orçamentário das obras.

Temos recebido, inclusive, seja por meio da mídia, seja por meio de ofícios e notas técnicas, muitas manifestações acerca dessa questão e estamos estudando-as uma a uma.

Particularmente, preocupa-nos a Nota Técnica divulgada pelo Grupo de Trabalho Copa do Mundo – Fifa 2014 da 5ª Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, assinada pelo Procurador da República e Coordenador do Grupo, Athayde Ribeiro Costa.

Segundo os Procuradores do GT, a flexibilização da Lei de Licitações contém sérios problemas de ilegalidade e de inconstitucionalidade que devem ser mais bem avaliados pelo Congresso Nacional.

No mais, todos nós, Senadores e Deputados, sabemos que “orçamento sigiloso” é um atentado à Constituição republicana e não deve sequer ser considerado no texto desse PLV. Se vier a ser aprovado, estaremos dando um “cheque em branco” para a corrupção e para o desvio criminoso de recursos públicos.

No entanto, estamos ainda na expectativa da votação dessa Medida Provisória. Ainda assim, precisamos antecipar-nos com o debate neste plenário, uma vez que a proposta já foi formalizada e o Governo já manifestou seu interesse em vê-la aprovada.

Por isso, comunico às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores que iremos realizar uma audiência pública na semana que vem, para debater o assunto, tão logo seja aprovada a MP na Câmara dos Deputados.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Já concluo, Srª Presidente.

Quero aqui, para encerrar as minhas palavras, fazer justiça ao Senador Walter Pinheiro. Em um lance de elegância, ele se recusou a impedir a votação, fazendo algumas sugestões para a modificação do requerimento, que foram prontamente acatadas por esta Presidência.

Portanto, quero aqui dizer que nem tudo está perdido. Temos companheiros aqui que têm compromisso com os eleitores que os trouxeram para esta Casa.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada pelo depoimento em favor do Senador Walter Pinheiro, Senadora Lúcia Vânia, e pela manifestação de tema tão relevante para o interesse nacional.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. *Fora do microfone. Sem revisão do orador.*) – Srª Presidente, o Senador Eduardo Suplicy está pedindo a palavra, para fazer uma comunicação inadiável por cinco minutos.

Quero aguardá-lo, sem perder a minha vez.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, para uma comunicação inadiável, Senador Eduardo Suplicy, por gentileza do colega Waldemir Moka, que é o orador inscrito e que deveria, agora, fazer uso da palavra.

Em função de sua viagem, para ir ao Pacaembu a fim de torcer para o Santos, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Querida Senadora, Srª Presidenta Ana Amélia, quero muito agradecer ao Senador Waldemir Moka a sua gentileza. É fato que estarei, logo mais, no Pacaembu, torcendo pelo Santos.

Gostaria de ressaltar aqui a importância dos caminhos do Programa Brasil sem Miséria.

Nos últimos anos, o Brasil surpreendeu o mundo, ao tirar 28 milhões de brasileiros da pobreza e elevar 36 milhões à classe média. Todavia, esse trabalho tem de continuar, pois ainda há 16 milhões e duzentas e

tantas mil vivendo na extrema pobreza. Para isso, o Governo criou o Plano Brasil sem Miséria, que aperfeiçoa e amplia o melhor da experiência brasileira na área social.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Plano articula e mobiliza os esforços do Governo Federal, Estados e Municípios em torno de centenas de ações na cidade e no campo. Seu foco são os milhões de brasileiros cuja renda familiar, dividida entre os seus membros, é inferior a R\$70,00 mensais por pessoa. Desse total, 59% vivem no Nordeste, 21%, no Sul e Sudeste, e 20%, no Norte e Centro-Oeste.

Além de seu aspecto solidário e humano, o Plano também pretende ser uma nova e poderosa alavanca para o desenvolvimento do Brasil. Afinal, o processo de ascensão social nos últimos oito anos foi decisivo para diminuir as desigualdades, ampliar o mercado interno, fortalecer a economia e acelerar o crescimento do País.

Em entrevista à revista *CartaCapital*, a Ministra Tereza Campello afirma que o Plano Brasil sem Miséria não apresenta uma solução única para o problema, pois são múltiplas as causas da extrema pobreza no Brasil.

Diz ela:

[...] consideramos insuficiente trabalhar exclusivamente com a ideia de transferência de renda, embora este seja um componente importante do plano. O Brasil de hoje cresce em todos os sentidos: nas cidades, no campo, no Sul e no Norte. Tem oportunidades para todo mundo. Engana-se quem pensa que os mais pobres querem receber uma grana por mês para não fazer nada. Querem a oportunidade de participar do crescimento. De trabalhar, de abrir seu próprio negócio, de estudar, de ter acesso a serviços. O plano responde a este momento da realidade brasileira. Seu objetivo é melhorar a capacidade dessa porção totalmente excluída.

A Ministra também destaca a importância de continuarmos com os programas sociais que deram certo no Governo Lula e que são paradigmas para o mundo todo.

O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do mundo, e o mais bem focalizado, como reconhecem as Nações Unidas e o Banco Mundial.

Aqui é preciso dizer que se trata de programas de transferência de renda com condicionalidades específicas, relacionadas à educação e à saúde, porque senão haveria, por exemplo, o programa *Earned Income Tax Credit* nos Estados Unidos, que hoje atende a quase 27 milhões de famílias. Mas vamos conversar

mais sobre isso, quando da vinda da Ministra à Comissão de Assuntos Econômicos, juntamente com Ana Fonseca, quando ela irá expor o Plano aqui, no Senado, em 12 de julho.

Ademais, outros programas sociais, que apresentam soluções inovadoras na área do trabalho, capacitação e social como um todo, estão sendo implementados pelo Ministério, com foco nos 16 milhões de brasileiros apontados pelo IBGE como vivendo em situação de extrema pobreza.

O que é extrema pobreza? [...] Definimos que o nosso alvo são as famílias com renda de 70 reais *per capita*. O Bolsa Família tem dois tetos: até 70 reais, os extremamente pobres, e de 70 a 140 reais, os pobres. Os dois grupos recebem o Bolsa, mas quem tem renda de até 70 reais embolsa uma parcela fixa, além das variáveis que dependem de alguns critérios (se o filho está na escola ou não, por exemplo). Além disso, o valor coincide com o que internacionalmente é considerado extrema pobreza.

Explorando o tema, a Professora Lena Lavinas publicou ontem, no jornal *Folha de S.Paulo*, artigo sobre a Erradicação da Miséria, no qual destaca que o Plano lançado pela Presidenta Dilma Rousseff é corajoso, ambicioso, absolutamente factível e inovador. Na matéria, Lena Lavinas explica:

É corajoso por reconhecer que milhões de brasileiros e brasileiras, embora elegíveis ao Bolsa Família, estavam à margem do direito a uma renda mínima de subsistência.

[...]

É ambicioso por afirmar que a interseccionalidade é a mola mestra da política social e por ter como meta implementá-la de fato.

É factível, pois o Brasil conta hoje com institucionalidade, no âmbito do nosso sistema de seguridade social, que garante meios para tornar efetivas tais práticas.

É inovador porque consegue levar em consideração a realidade de cada rincão deste país na articulação de necessidades e oportunidades.

É auspicioso para todos nós que priorizamos os direitos de liberdade e igualdade verificar que o Brasil caminha, a passos largos, na direção do desenvolvimento econômico, respeitando os ditames sociais que nos levarão a ser uma Nação desenvolvida e justa, garantido, assim, a cidadania para todos os brasileiros e brasileiras.

Isso ficará ainda mais bem evidenciado, quando dermos, Presidenta Ana Amélia, o passo ainda mais

amadurecido de instituímos a renda básica de cidadania igual para todos, para os 191 milhões ou para quantos forem os brasileiros e brasileiras aqui residentes.

Muito obrigado, Senador Moka. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy. Boa viagem e vitória para o nosso time.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) –

ORDEM DO DIA

Transcorre hoje o segundo dia em que consta da Ordem do Dia o Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2011.

Não tendo chegado a esta Presidência informação das Lideranças partidárias, a apreciação do referido projeto fica adiada e sobrestados os demais itens da pauta.

É o seguinte o item:

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 16, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 526, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2011, que *constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; altera as Leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009; 12.409, de 25 de maio de 2011, 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal; revoga dispositivo da Lei nº 12.385, de 3 de março de 2011; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 526, de 2011).*

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei*

Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.*

(Pendente de:

- leitura do parecer da CCJ;
- emissão de pareceres da CRA e da CMA.)

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.*

(Pendente de:

- leitura dos pareceres da CCJ, CCT e CDH;
- emissão de parecer da CRE.)

5

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 644, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 644, de 2010 (nº 2.589/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo Latino-americano de Co-Produção Cinematográfica, o qual passa a chamar-se Acordo Ibero-americano de Co-Produção Cinematográfica, por Resolução adotada pela Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas de Ibero-América – CAACI, em 16 de julho de 2008, no âmbito da XVII Reunião Ordinária, realizada em Quito, República do Equador.*

Parecer sob nº 495, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com a Emenda nº 1-CRE, de redação, que apresenta.

6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 76, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2011 (nº 2.768/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel na Área do Turismo, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 496, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

7

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 116, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2011 (nº 1.739/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 497, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

8

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 123, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2011 (nº 2.833/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Emenda ao Anexo II do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, assinada em Georgetown, em 29 de junho de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 498, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Reabro a sessão, convidando o orador inscrito, Senador Waldemir Moka, em permuta com o Senador Geovani Borges.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, ontem, em Campo Grande, os governadores do Centro-Oeste se reuniram na capital do Mato Grosso do Sul, para discutir várias questões que afetam diretamente a capacidade de investimentos em obras e projetos voltados à melhoria da qualidade de vida da população dessa região.

Participaram desse encontro os Governadores Marconi Perillo, de Goiás, Agnelo Queiroz, aqui do Distrito Federal, Silval Barbosa, do Mato Grosso, que foram recebidos pelo Governador anfitrião, André Puccinelli, do meu querido Mato Grosso do Sul.

Aqui, Srª Presidente, tenho comigo o que eles denominaram de “Carta de Campo Grande”, na qual consta uma série de reivindicações dos governadores, que têm lutado muito contra a atual realidade: receita cada vez menor para fazer frente à despesa cada vez maior.

Vou tentar aqui, Srª Presidente, expor os principais pontos do documento elaborado ontem em Campo Grande:

1) ingresso imediato com ação no Supremo Tribunal Federal, visando a quebrar a unanimidade do Confaz, para estabelecer um quórum de aprovação de benefícios fiscais de 3/5 – hoje, para qualquer concessão, é necessário que o chamado Conselho de Secretários de Fazenda decida, o que é muito difícil; a unanimidade em um conselho como esse é muito difícil –;

2) apoio da União na aprovação de proposta de lei complementar que objetive alterar a Lei Complementar

nº 24, de 1975, e flexibilizar o quórum de aprovação dos benefícios fiscais propostos pelos Estados no Confaz;

3) apoio da União na aprovação da proposta de convênio para remissão e convalidação dos benefícios fiscais concedidos unilateralmente pelos Estados, proposta que será apresentada no Confaz no dia 08 de julho próximo;

4) quanto à dívida dos Estados com o Governo Federal:

- reduzir o comprometimento da receita líquida, destinado para o pagamento das dívidas intralimite com a União, para 9% da Receita Líquida Real;

Hoje, Senadora Lúcia Vânia, o Mato Grosso do Sul paga 15% de juros da sua receita líquida. Esse é o nosso limite atualmente. Nem todos os Estados têm o mesmo percentual, mas aqui se trataria de um limite mínimo para todos os Estados.

- reduzir os juros anuais da dívida para 2% e substituir o indexador de IGP-DI para o IPCA, e rever a metodologia de cálculo para melhorar a capacidade de pagamento prevista na Portaria 89/1997.

5) ressarcimento de, no mínimo, 50% das perdas de ICMS em decorrência das desonerações da chamada “Lei Kandir”, devendo seu valor ser fixado no Plano Plurianual da União (PPA) de 2012 – 2015;

Hoje, o Governo Federal faz o ressarcimento de qualquer coisa em torno de 10%, máximo de 15%, às vezes menos. E isso para os Estados produtores e exportadores de matéria-prima, como é o caso nosso de grãos e das *commodities*, o prejuízo é muito grande. O Estado fica sem a receita, porque é isento, e não tem nada que se coloca no lugar.

6) partilha (entre Estados de origem e destino) do ICMS nas vendas interestaduais a consumidor final (inclusive o chamado comércio eletrônico, vendas não presenciais, vendas mediante showroom, telemarketing, representação comercial, catálogo, vendas para construtoras e incorporadoras etc.), a exemplo exemplo do que ocorre com os veículos sobre os quais o Confaz já regulou desde o ano de 2000.

7) considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal para que o Congresso Nacional aprove nova legislação sobre os critérios de partilha do Fundo de Participação dos Estados – FPE até dezembro de 2012, garantir, por intermédio da União, o ressarcimento de eventuais perdas de receita que algum Estado venha a sofrer, e que ainda seja mantida a destinação do percentual de 85% do montante total do Fundo para os Estados das regiões menos desenvolvidas;

8) garantia de repartição igualitária a todos os Estados do produto de arrecadação dos royalties do pré-sal;

9) na reforma tributária:

- solicitar da União a definição do montante disponível para ressarcimento integral das perdas dos Estados com a redução de alíquotas interestaduais. O valor de ressarcimento disponibilizado pela União determinará a definição das novas alíquotas, como também o período de transição, de modo a garantir a estabilidade das finanças e da economia dos Estados;

- criação, pela União, de fundo para ressarcimento integral das perdas efetivas dos Estados decorrentes da redução de alíquotas interestaduais na reforma tributária, corrigidas pelo crescimento nominal do PIB, fonte de recursos e forma de transferência, constitucionalmente assegurados;

- garantir apoio da União para a criação de fundos federais e estaduais de desenvolvimento regional;

- assegurar aos Estados linha de crédito do BNDES, em condições especiais, para a manutenção dos níveis de investimento por eles realizados nos últimos anos;

- elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento Regional para o Centro-Oeste, financiado com recursos do Governo Federal, que equilibre as vantagens competitivas com os Estados das regiões Sul e Sudeste, inclusive com a utilização de incentivos fiscais federais;

- manutenção dos fundos estaduais relacionados ao ICMS e previstos na legislação tributária estadual;

10) Sudeco e Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste – os Governadores aplaudem a recriação da Sudeco e apóiam, de forma muito determinada, a criação, capitalização e operacionalização do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Aqui, tenho que fazer o registro da autoria da Senadora Lúcia Vânia que, na Comissão de Orçamento, na lei de orçamento do ano passado, a Senadora consignou lá que se dessem condições também para a criação desse banco.

Essas são as reivindicações dos Governadores do Centro-Oeste. Algumas delas, Senadores e Senadoras, podem encontrar respaldo direto desta Casa. Falo sobre os dois projetos de lei que estão no Senado, os quais tratam das dívidas dos Estados com a União.

Um do Senador Eduardo Braga, que prevê a substituição do índice de correção da dívida do IGPD para o IPCA.

Esse projeto, é importante que eu esclareça, tem o aval da bancada do PMDB aqui no Senado. Isso foi discutido em reunião da bancada. Está aqui o nosso líder, Senador Renan Calheiros, e o PMDB, através do Senador Eduardo Braga e do Senador Luiz Henrique, ambos tiveram essa determinação do líder para que cuidassem desse projeto, mas foi assinado por todos os membros da bancada.

Para se ter idéia, o estoque da dívida dos Estados com a União atinge a expressiva cifra de R\$320 bilhões. R\$320 bilhões é a dívida dos Estados com a União, valor impagável, conforme deixou claro o Senador Eduardo Braga na exposição que fez para a bancada.

O segundo projeto a que me refiro, e aqui também tenho que fazer um parêntese, a Senadora Lúcia Vânia, é a autora de um projeto, na verdade, que tem o mesmo propósito, ou seja, do montante dos juros que os governos pagam ao Governo Federal, 20% desse valor, vamos colocar, como hipótese, que algum Estado tivesse que pagar R\$100 milhões de juros por ano; desses R\$100 milhões, 20%, ou seja, R\$20 milhões seriam retidos no Estado, com finalidade específica: investimento.

No caso do Projeto da Senadora Lúcia Vânia, ela me disse que é específico o investimento em infraestrutura; no caso do Projeto do Senador Luiz Henrique, ele propõe que seja colocado também infraestrutura, mas amplia para a questão de segurança, saúde e inovação, se não me falha a memória. A verdade é que esses dois Projetos tramitam aqui no Senado e os dois têm como objetivo maior melhorar o caixa, o fluxo de caixa dos governos estaduais.

Veja a grandeza desse problema. Em 2010, o Governo de Mato Grosso do Sul pagou R\$600 milhões da sua dívida com a União; no ano passado pagamos de juros R\$600 milhões para o Governo Federal. Se o Projeto da Senadora Lúcia Vânia ou o do Senador Luiz Henrique, que acredito vão ser tratados em conjunto, fosse aprovado e sancionado, o Governador André Puccinelli, por exemplo, teria R\$120 milhões para investir em obras fundamentais para melhorar a qualidade de vida e a infraestrutura do Estado do Mato Grosso do Sul.

Veja a importância disso. Ora, se a dívida fosse de R\$300 bilhões, coloca 20%, imagina, o que ficaria a dívida! Eu acho que este País poderia virar realmente um verdadeiro canteiro de obras se esse Projeto fosse aprovado. É claro que sabemos do impacto disso na arrecadação do Governo Federal. Evidentemente, tudo isso precisa ser discutido. Mas esse, sem dúvida nenhuma, é um caminho. O Governo Federal trocaria: ao invés de receber, combinaria com os governadores o investimento em infraestrutura em cada um desses Estados, até porque isso seria feito, evidentemente, de comum acordo. O Governo deixaria 20% do que lhe seria devido de juros, mas, em compensação, os governadores teriam o compromisso de investir em obras estruturantes ou na questão da segurança.

Enfim, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os Estados estão se movimentando, para tentar sair do

sufoco financeiro em que se encontram. E para isso vão precisar muito do apoio do Congresso Nacional.

A Sr^a Lúcia Vânia (Bloco/PSDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Concedo um aparte à Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (Bloco/PSDB – GO) – Senador Moka, quero cumprimentá-lo pela oportunidade do discurso de V. Ex^a e também por trazer a essa tribuna a reunião dos Governadores, que se realizou em Mato Grosso. Quero dizer que fico feliz de ver que a Região Centro-Oeste acordou. Esse momento é muito importante porque se fala na unificação do ICMS e isso, naturalmente, vai mexer profundamente com os nossos estados que têm crescido e se desenvolvido a custa do esforço do povo da nossa região. Os benefícios que recebemos do Governo Federal são insignificantes diante da grandeza da Região Centro-Oeste e da sua importância para o País. Portanto, V. Ex^a traz a essa tribuna a necessidade da nossa união em torno do Projeto da Sudeco. Veja V. Ex^a que os governadores formataram por si só o Projeto da Sudeco, formato esse que pouca gente conhece. No entanto o que significa a Sudeco? A Sudeco tem um fórum constituído por governadores e o ministro da área. Porque esse fórum é importante? Exatamente para que nós possamos discutir conjuntamente os nossos problemas. Foi o que aconteceu em Mato Grosso com os governadores. O segundo pilar da Sudeco é o Plano de Desenvolvimento Regional integrando a nossa região através dos diversos modais: ferroviário, aeroviário, rodoviário, hidroviário, enfim, todos eles, para que a nossa região possa ser uma plataforma logística do centro do Brasil. O terceiro seria a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, que seria a forma de obter a compensação das perdas que, porventura, teríamos com a unificação do ICMS. Então, são os três pilares que foram discutidos na Carta dos Governadores, que constituem a Sudeco. Quando assumi essa tribuna para criticar o decreto de criação da Sudeco, eu o fiz sabendo que da forma como ela está sendo instalada não responde às necessidades da nossa região. Nós não podemos continuar com o único fomento que nós temos na Região Centro-Oeste, o FCO, sendo operado pelo Banco do Brasil como mais um produto do banco. Nós precisamos deter esse estoque do FCO, no valor de 13 bilhões de reais para que ele possa ser investido na nossa região. Em relação à dívida dos Estados, é inacreditável que até hoje eles não tenham feito uma rebelião para mudar o indexador dessa dívida. Nós estamos pagando juros acima dos juros de mercado, o que faz com que os nossos Estados vivam na penúria de pires na mão em Brasília buscando recursos. Eu

acredito que, como, V. Ex^a mostrou, os três projetos que estão nesta Casa serão de extrema importância para abrir esse debate para que possamos renegociar essa dívida e que a diferença dos juros que estamos pagando para mais seja devolvida aos Estados em forma de infraestrutura ou, como quer o Senador Luiz Henrique, em segurança, ciência e tecnologia e inovação e outros projetos que são importantes para a nossa região. Portanto, cumprimentando V. Ex^a, quero dizer da oportunidade desse debate. Acredito que nós Senadores do Centro-Oeste precisamos, insistentemente, nesta Casa, ocupar a tribuna e mostrar que a nossa região é uma região solução e não uma região problema; o que nós precisamos é de um pouco mais de atenção do Governo Federal. Muito obrigada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Quero agradecer o aparte da Senadora Lucia Vânia, que só vem abrilhantar esse modesto pronunciamento que faço e dizer a Senadora Lucia Vânia que nós vamos ser muito recorrentes nessa tribuna em relação a todas essas questões. Acho que realmente chegou o momento, a hora, de esta Casa – aí em consonância com os Governadores – começar realmente, porque não é possível que os Estados continuem pagando juros tão altos. Como V. Ex^a disse, mesmo no mercado financeiro seriam muitas e muitas vezes menos.

Concedo o aparte ao Senador e ilustre representante de Tocantins, Ataídes Oliveira.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – Muito obrigado. Meu nobre Senador Waldemir Moka. Fico muito feliz e quero parabenizar V. Ex^a por levar a essa tribuna e ao conhecimento do nosso povo um assunto de tamanha relevância como esse, que é a situação, hoje, dos Estados no Brasil. A priori V. Ex^a falou sobre a monta, sobre o valor total das dívidas dos nossos Estados e vacilei e não ouvi muito bem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– O conjunto é de R\$320 bilhões.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – Pois bem. Na semana passada, eu busquei essa informação. Infelizmente, essa dívida é diretamente proporcional, pois hoje já está em quase R\$450 bilhões – quatrocentos e quarenta e poucos bilhões de reais –, e eu vejo que os nossos Estados não têm a mínima condição de saldá-la. Quero comunicar que, na semana retrasada, eu protocolei o PLS nº 328, em que peço a dilação do prazo de pagamento dessa dívida, como também a sua renegociação por até dez anos. O interessante, Senador, é que, na semana passada, a *Folha de S.Paulo* publicou uma matéria dizendo que o Governo Federal está sensível à mudança desse indexador. Essa é outra matéria também de que eu gostei bastante. E vejo que se o Governo não tomar providências imediatas

em relação aos nossos Estados vão todos à falência, porque os nossos Governadores estão de mãos e pés atados, sem condições de trabalhar. Era só isso que eu queria dizer, Senador. Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, ainda concedo, nos estertores finais, um aparte ao ilustre alagoano Benedito de Lira, mais conhecido como Senador Biu lá em Alagoas.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco/PP – AL) – Meu caro Senador Moka, quero cumprimentar V. Ex^a por esse pronunciamento na tarde de hoje. Acho que o Senado Federal, por intermédio de seus representantes, ou os Estados brasileiros, melhor dizendo, devem fazer um discurso único aqui, porque é inacreditável o montante. V. Ex^a deu as cifras de que o seu Estado pagou R\$600 milhões de juros da dívida em 2010. O meu Estado, o Estado de Alagoas, que é o menor, o penúltimo Estado da Federação, pagou cerca de R\$480 milhões de juros da dívida – um Estado que é detentor dos piores índices de IDH do Brasil. Onde já se viu uma política dessa forma? E há uma coisa, Senador: o meu Estado, por exemplo... Aqui fiz um pronunciamento e mostrei à Presidenta Ana Amélia que, daqui a cinco anos, o Estado do Rio Grande do Sul vai comprometer 60% dos seus recursos para pagar os juros da dívida. Então, é inaceitável isso.

Teremos de, todos juntos, trabalhar na direção de encontrar um caminho para mudar esse indexador; do contrário, dentro de alguns anos, os Estados Brasileiros – não se trata dos grandes, não; são os grandes, os médios, os pequenos Estados, os mais pobres, como o caso de Alagoas – não vão ter como continuar. Como Estado, não; terá de se transformar tudo para a Federação. Eu não posso admitir, não consigo admitir, melhor dizendo, que o Brasil, que deverá ser, nesses próximos anos, a quinta ou a sexta potência econômica do mundo, queira quebrar os Estados. É a mesma coisa, por exemplo, que o Estado do Alagoas, Nobre Senador Moka, que paga 7,5% de juros. E, depois que dá, coloca os resíduos de dívida a quase 20%. Como pode? É absolutamente impraticável! Quero cumprimentar e parabenizar V. Ex^a. Nós teremos, todos, de continuar batendo nessa tecla, para sensibilizar o Governo, e encontrar um caminho. Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Sr^a Presidente, quero encerrar dizendo que o Senado representa os Estados, meu caro Líder. Acho que, claro, seria até leviano da minha parte dizer: nós vamos renegociar a dívida. É claro que, em algum momento, a União assumiu a dívida dos Estados. Eu sei disso. É até possível que, naquela época, quando a União fez

isso, foi até um bom negócio para o Estado, e acredito até que o indexador era razoável. Mas hoje não o é.

Vivemos outra realidade. E já não podemos continuar ignorando essa realidade. Senadora Ana Amélia, acho que esta Casa, em especial, que tem realmente a representação dos nossos Estados, tem de fazer um debate, uma discussão, e fazer realmente, pelo menos nesses dois projetos, seja no do indexador, mudando o indexador da dívida, ou nesse que propõe que parte desses juros seja colocada como investimento.

Termino a minha fala, Sr^a Presidente, também dizendo que hoje quero dormir com a vitória do Santos sobre o Peñarol, para que a gente possa lembrar um tempo atrás, quando era muito comum, no rádio, ouvir: “Show na Vila: Santos, 5; Corinthians, 2”.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS)

– Os corinthianos não vão gostar, Senador Moka, mas, em compensação, os Governadores vão gostar muito desse pronunciamento, porque realmente a solicitação de mudar o IGPDÍ pelo IPCA é uma reivindicação dos Governadores e de todos os Prefeitos municipais, registrada na Marcha dos Prefeitos, em Brasília.

Como orador inscrito, para falar pela Liderança, tem a palavra o Senador Renan Calheiros, pelo PMDB.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Senadora Ana Amélia, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, foi com muita satisfação que tomei conhecimento hoje do estudo do IBGE atestando a estabilidade das taxas de desemprego, no exato momento em que a economia aponta para crescimentos mais modestos, a fim de domarmos a inflação.

A taxa de desemprego medida pelo Instituto em seis regiões metropolitanas ficou em 6,4% em maio. Trata-se, Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, do mesmo percentual do mês anterior, abril, e representa a menor taxa para os meses de maio desde o início da série histórica do órgão, iniciada em março de 2002. Portanto, a melhor taxa dos últimos nove anos.

Só a título de comparação, em maio do ano passado, com o País crescendo a taxas elevadas, a desocupação havia sido de 7,5%. A população desocupada, estimada em 1,5 milhão de pessoas, está no mesmo patamar de abril. Comparando-se com o mesmo período do ano passado, foi verificado um recuo de 13,7%.

Na mesma linha, a população ocupada somou 22,4 milhões, ficando estável, comparando-se com o mês de abril. Na comparação com maio de 2010, o número de ocupados apresentou uma oscilação positiva de 2,5%.

O número de trabalhadores com carteira assinada na área privada ficou em 10,8 milhões. Esse dado,

cotejado com maio do ano passado, significou, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, um aumento de 6,7%, apontando, sem dúvida alguma, uma forte e continuada tendência de formalização do mercado de trabalho, um caminho sem volta para o Brasil, que terá com isso, inclusive, expressivos impactos sobre os números da Previdência Social, que, como todos sabem, está sendo competentemente administrada pelo Senador Garibaldi Alves, nosso companheiro aqui do Senado, da nossa bancada do PMDB.

Já o rendimento médio real de trabalhadores ocupados foi de R\$1.500,00. É importante destacar que esse é o valor mais alto para o mês de maio desde 2002, outro recorde que também representou um avanço de 4% anual, tomando como parâmetro o mês de maio de 2010.

Para o atual momento, Srs. Senadores, que o Brasil está vivendo, a taxa de emprego é um dos mais importantes termômetros da economia interna. Isso porque o Governo foi compelido a lançar mão de medidas de contenção de crédito para conter a inflação, e esses números indicam claramente que isso não está contaminando o mercado de trabalho.

A expressiva melhoria das avaliações externas sobre o Brasil, a queda dos números do risco Brasil, a expansão consequente e responsável do Produto Interno Bruto e os números do emprego demonstram que o Brasil está no rumo certo e que, mesmo diante da crise mundial, devemos perseverar no rumo do crescimento sustentável e fortalecimento do nosso mercado interno. Foram estes fatores combinados – a geração de empregos, o incremento do consumo e oferta do crédito – os responsáveis por tirar o Brasil rapidamente da crise.

Ao encerrar, queria dizer que não podemos deixar de enfatizar, no momento em que ressaltamos esses números, que a estabilidade econômica e a governabilidade dependem de muitas matérias aprovadas aqui nesta Casa do Congresso Nacional.

Apenas para lembrar, o PMDB, meu partido, o partido que tenho a honra de representar, e o Senado, de uma forma geral, tiveram um papel fundamental na aprovação das medidas que reduziram os impactos, na economia brasileira, da crise financeira mundial. A retomada da estabilidade econômica que hoje discuto aqui é, sem dúvida, resultado também do trabalho dos Senadores de todos os partidos.

O PMDB está, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, verdadeiramente preparado para discutir e aprimorar matérias essenciais ao crescimento econômico do Brasil. Neste particular, quero me referir a todas as medidas indispensáveis à superação da pobreza extrema e de incentivo à produção.

Há pouco – e já encerro – o Senador Moka colocou aqui duas prioridades que não são prioridades dos partidos, são prioridades desta Casa do Congresso Nacional. Nós precisamos, sem dúvida nenhuma, avançar na apreciação desse projeto que substitui o indexador da dívida dos Estados. Não tem, absolutamente, sentido nenhum que esses indexadores sirvam para que a União Federal continue ganhando dinheiro na rolagem dos Estados. Isso é uma coisa absurda, inconcebível. Como também chegou a hora – e já tive oportunidade de falar com o Ministro Mantega – de começarmos a discutir essa proposta que transforma parte dessa dívida dos Estados com a União Federal em investimentos para os Estados – investimentos em educação, saúde, segurança pública, tecnologia e inovação.

Eu acho que o futuro do Brasil depende disso e que o Senado Federal vai, cada vez mais, colaborar para que isso efetivamente aconteça.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, a Sra. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ataídes Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Meu Senador Renan Calheiros, há poucos dias tivemos uma reunião com o Presidente desta Casa, nosso ilustre José Sarney, juntamente com nossos governadores – o senhor estava presente – sobre os *royalties* do petróleo. Eu saí muito otimista e contente daquela reunião porque percebi que houve uma vontade de todos ali presentes na distribuição dos *royalties* do petróleo. E assim eu vejo que pode ser muito interessante e vai ajudar muito nossos Estados a divisão desses *royalties* do petróleo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Parabéns. Obrigado.

Com a palavra a nossa notável Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Presidente Ataídes Oliveira, Senadores, Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado e da Rádio Senado que acompanham nosso trabalho aqui, seis Senadores – entre os quais aqui presentes o Senador Ciro Nogueira e eu, mas também os Senadores Wellington Dias, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana e eu – participamos até ontem, às 15 horas, na Harvard Business School, em Boston, nos Estados Unidos, a convite de uma das maiores e mais importantes instituições de ensino superior do mundo, de um simpósio

que discutiu o Brasil do século XXI, fazendo comparativos com os ambientes internacionais, tendo como referência a Índia e a China. Estavam presentes também, como eu disse, oito Deputados Federais de vários partidos, representantes do setor econômico e do Poder Executivo e intelectuais.

Sr. Presidente, é lamentável... Não houve para o Senado ou para a Câmara ou para o setor público qualquer gasto. Foi uma grande, excelente oportunidade que a instituição ofereceu para um debate não só profundamente qualificado e técnico, mas para um debate internacional sobre a importância das liberdades e do fortalecimento das instituições dentro desse cenário mundial que está se modificando a cada ano, e vai ter uma repercussão muito grande.

O Brasil está muito bem nessa fotografia, Sr. Presidente Ataídes Oliveira. E eu fiquei, como jornalista, muito triste ao ver que alguns colegas meus, jornalistas, não entenderam bem o espírito, a causa, o motivo dessa viagem. Foi uma oportunidade que nós tivemos de discutir as questões internacionais, e o que o Brasil tem para enfrentar como desafio para chegar melhor ao século XXI, como quinta potência mundial, é muito trabalho pela frente. E foi isso que fomos discutir.

Então, é preciso que os colegas jornalistas vejam, em uma experiência como essa, um grande ganho não só para o exercício do nosso mandato, mas um ganho para o País, dada a multiplicidade de ideias, de sugestões, de opiniões, que serão todas de grande utilidade aqui.

A conclusão foi ontem, às 15 horas. De lá saímos, o Senador Ciro mais outros Deputados, para chegarmos hoje à sessão.

Foi um tema recorrente aqui – no qual o Senador Cristovam Buarque é, digamos, um dos líderes – o fundamental empenho e a necessidade de que o Brasil não pode abrir mão de dar absoluta prioridade à questão da educação, nos seus aspectos mais amplos, como projeto de País e de Nação. Nós todos aqui não temos, assim como no caso que recentemente falou o Senador Waldemir Moka em relação à dívida dos Estados e Municípios, e como frisou bem o Senador Renan Calheiros, uma questão de partido político – do PMDB, do PT, do meu partido, o PP, do PSDB, do Democratas ou do seu partido, o PR.

É uma questão nacional, é uma questão visceralmente fundamental para que o País possa dar esse salto, esse projeto e essa prioridade inadiável. Não há como vencer esses desafios sem o maciço investimento no processo educacional brasileiro, melhorando a qualidade do ensino fundamental.

Tive, recentemente, a honra de presidir a Comissão de Educação, por solicitação do Senador Roberto

Requião, que é o Presidente da Comissão, que a comanda com muita competência e dedicação disciplinar. Presidi uma sessão que discutia a qualidade do ensino superior no Brasil. E ali ouvi o Reitor da Universidade Federal do Ceará, o Conselho Nacional de Educação, o Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, representantes das instituições privadas de ensino superior, a jovem representante dos pós-graduandos do ensino superior e o pesquisador Isaac Roitman, e todos eles foram unânimes em dizer que é baixa a qualidade do ensino básico fundamental e que é preciso investir para melhorar substancialmente, porque, se não melhorar essa qualidade desse ensino e não ocorrer, de parte da União, dos Estados e Municípios, um engajamento inteiro em favor disso, nós não vamos sair do lugar onde estamos, que é um lugar ainda que deixa muito a desejar em relação às necessidades que o País tem de chegar à ambicionada posição de quinta potência mundial. Não vamos chegar lá do jeito que estamos na área do ensino básico.

Por isso que é uma matéria de grande relevo e que nós todos aqui estamos empenhados em levar adiante, para que seja um projeto que esta Casa assumira, que o Governo assumira. Que nós, dos partidos políticos todos, tenhamos este compromisso. E tenhamos também a responsabilidade com os destinos dessa nossa juventude.

A qualidade do ensino, Senador Cristovam Buarque, especialmente do ensino básico... O senhor até propôs a federalização do ensino básico como forma de encontrar uma saída criativa e alternativa.

Não importa, como dizia Deng Xiaoping, “que o gato seja preto ou seja pardo, importa que o gato cace o rato”. Não importa que seja sistema federal, municipal ou estadual, o que nós precisamos é exatamente de um foco gigantesco e concentrado em relação a essa questão para melhorar, porque é um funil. Entram muitas crianças no ensino básico e saem muito poucos jovens formados nas nossas universidades, que são, na maioria das vezes, de grande qualidade.

Concedo, com prazer, um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senadora, enquanto V. Ex^a fala, fico aqui me remoendo porque não fui a esse encontro. Fui convidado, mas tinha um outro compromisso do qual não pude abrir mão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Teria brilhado muito, Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – A sua é a primeira opinião que recebo sobre o encontro. Nenhum dos outros, até aqui, comentou-o comigo. Fico satisfeito que o assunto educação tenha surgido, porque a finalidade mesmo era discutir a economia

brasileira, assunto sobre o qual me tinha preparado para falar – e vou falar aqui agora –, mostrando que ela está bem, mas não vai bem. Está bem na conjuntura; não vai bem na estrutura. Mas fico feliz que, mesmo discutindo economia, tenham percebido a importância da educação. Quero dizer a V. Ex^a que, sobre a sua citação de Deng Xiaoping de que não importa a cor do gato, o importante é ter um foco. Só vamos ter um foco se este for federal. Se não for federal, vamos ter 5.564 mais 27 focos – os Estados e os Municípios. Além disso, mesmo com um só foco, os Municípios tão desiguais no Brasil não conseguirão levar adiante o mesmo foco. O que podemos discutir, sim, é a administração. Esta é federal, mas a responsabilidade de gerenciar, que seja local, como, por exemplo, são as universidades. A carreira do professor da universidade federal é uma só, agora, o reitor administra; a carreira dos professores das escolas técnicas é uma carreira, o diretor administra; a carreira do professor do Colégio Pedro II é carreira federal, mas o diretor administra. Creio que a palavra federalização não é bem clara. Eu a uso até para provocar um pouco, mas muita gente reage. Na verdade, são duas coisas: uma carreira nacional do magistério, um salário padrão para todo o Brasil, assim como é o salário do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, da Justiça e daqui deste Congresso, e um programa federal de qualidade escolar em horário integral. Chamo a isso de federalização, mas posso chamá-lo de nacionalização ou do que quiserem. Mas o importante é o que a senhora disse: é preciso um foco. Sem metas nacionais, não vamos chegar lá. Sem padrões nacionais, não vamos chegar lá. Fico contente que, nesse encontro de Harvard, que reuniu professores de economia e parlamentares, tenha-se discutido também educação. Isso só aumenta a minha frustração por não ter estado lá com a senhora, mas espero que haja outros encontros desse tipo e que eu possa estar presente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Cristovam.

De fato, também para minha alegria como Senadora da República, é ter constatado, como o colega Ciro, que está aqui presente, que foi uma conclusão unânime dos mais de 50 participantes brasileiros em relação a este foco, à necessidade deste foco. Não tenho nenhuma dúvida, pela preocupação social que a Presidenta Dilma Rousseff tem com esses aspectos – ela inclusive lançou recentemente um programa para a redução da pobreza no País –, que a questão educacional é fundamental, Senador, não apenas para a questão da inclusão econômica – o apagão do recurso humano a que nós aqui tanto nos referimos – mas é

fundamental para a inclusão social. Não há inclusão nem cidadania sem o direito à educação de qualidade.

Então, é um compromisso que nós todos teremos que assumir junto com o Governo. Não podemos partidizar esse debate. Temos é que dar qualidade.

Aliás, no início da tarde de hoje, estive, Sr. Presidente Ataídes Oliveira, participando de uma audiência com o Ministro Fernando Haddad, Ministro da Educação, e com o Prefeito da cidade de Soledade, que é uma das regiões mais pobres do meu Estado. S. Ex^a está pretendendo, já com um projeto apresentado há dois anos ao Ministério da Educação, obter um *campus* da Universidade Federal de Santa Maria naquela cidade de Soledade, que é conhecida por uma feira muito grande, nacional, chamada Exposol, de pedras preciosas e semipreciosas. O Ministro acolheu, dando duas alternativas. Dentro de dois meses, no máximo, haverá uma solução para esse pleito em relação a um interesse fundamental daquela comunidade e de mais 16 Municípios de toda região.

Há também outro projeto de *campus* para a cidade de Cachoeira do Sul, no coração do Rio Grande.

Da mesma forma, também projetos desenvolvidos pela Universidade Federal de Santa Maria, nos dois casos. Foram projetos tecnicamente muito bem elaborados. Não há nenhuma discussão técnica sobre isso. Há também o envolvimento da comunidade, do setor empresarial, do setor econômico e, sobretudo, do Poder Público municipal, no caso da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul e da Prefeitura Municipal de Soledade, cujo Prefeito é do meu partido, Gelson Cainelli, com quem tive oportunidade de estar presente na reunião de hoje, que também contou com a presença de Deputados de vários partidos e do coordenador da bancada, Deputado Paulo Pimenta.

Estamos, digamos, com o foco – que é a palavra correta, como disse o Senador Cristovam Buarque – no investimento maciço na educação. Acredito que, na decisão da Presidenta Dilma Rousseff, ela irá considerar sim, por conhecer bem a realidade do Rio Grande do Sul, que será através dessa expansão de acesso ao ensino, não só ao ensino técnico, pelos centros tecnológicos, ao ensino profissionalizante, mas também ao ensino superior, que é tão importante. Vamos, com isso, dar um salto de qualidade exatamente na capacitação, no treinamento, porque hoje nós temos visto um grande problema de escassez de mão de obra especializada, não só para níveis de ensino superior, mas até para a construção civil. Senador Ataídes Oliveira, o senhor sabe bem, conhece a realidade. Isso está acontecendo em Tocantins, como está acontecendo no Rio Grande do Sul, em alguns casos, trazendo até operários de outros países. É uma realidade que nós

temos que mudar rapidamente. Temos que dar oportunidade a todos os brasileiros nesses aspectos.

Eu queria fazer esse registro, salientando novamente a fundamental importância que teve um debate tão plural, tão qualificado e tão profundo, do ponto de vista da análise técnica e da análise global. Senador Romero Jucá, foi uma espécie de oportunidade de estar junto com as pessoas que são especialistas, reunindo-nos com quem mais entende no mundo, e tivemos a oportunidade de discutirmos, junto com esses especialistas, aquelas alternativas que vão ajudar o nosso País a chegar a essa posição privilegiada de quinta potência.

Não há como não aguardar, porque nós temos todas as condições, uma democracia, as instituições se fortalecendo, um cenário econômico interno muito grande e um mercado interno extremamente consolidado. Basta agora assumirmos, aqui, o compromisso de juntos lutarmos por essa grande prioridade. Queria agradecer e, para terminar, cumprimentar também a escolha.

Já que falamos em futebol, hoje de noite, há esta grande decisão em São Paulo, todos torcendo pelo Santos, nessa disputa com o Penharol do Uruguai.

Já que falamos em futebol, teremos a Copa do Mundo em 2014 e teremos que fazê-la de forma a mostrar um País que vai caminhar a passos largos para posições cada vez mais privilegiadas no cenário internacional. Posteriormente, nós teremos as Olimpíadas no Rio de Janeiro.

Então, hoje, além desse desafio esportivo, do futebol, eu queria também cumprimentar a Presidenta Dilma Rousseff pela escolha de Márcio Fortes, ex-Ministro das Cidades, do meu partido, o Partido Progressista, para comandar a Autoridade Pública Olímpica, que vai ter uma responsabilidade muito grande em toda a organização e execução das obras para as Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016.

Então, muito sucesso a ele. Quero cumprimentá-lo, porque é um técnico qualificado, um político experiente, que vai dar uma boa contribuição nessa tarefa também gigantesca que é organizar, primeiro, a Copa do Mundo, com os órgãos responsáveis, e depois as Olimpíadas, com a Autoridade Pública Olímpica.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Obrigada, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – Não há de quê, Senadora.

Com a palavra o nosso Senador Romero Jucá, pela Liderança do Governo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu só queria aproveitar, cumprimentando aqui o Sr. Presidente e os Srs. Senadores, para registrar, nos Anais desta Casa, que foi protocolado, junto à Mesa, o projeto de lei que altera a Lei nº 6.194, de 1974, que dispõe sobre a destinação dos recursos do Seguro Obrigatório Dpvat, permitindo o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas médicas e suplementares quando o atendimento da vítima for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado pelo Sistema Único de Saúde. Isso vai se dar da seguinte maneira: assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00, das despesas médico-hospitalares e suplementares, desde que devidamente comprovadas e efetuadas em unidades de saúde privadas; quando a vítima for atendida pelo serviço público ou por instituição por ele conveniada, as despesas de assistência médica e suplementares serão ressarcidas ao Fundo Municipal ou Estadual de Saúde, conforme o caso, desde que apresentada fatura ou outra forma de comprovação legalmente válida, observado o limite de ressarcimento estipulado na lei.

Hoje, o que acontece? Acontecem acidentes de motocicleta e de carro nos quatro cantos do País e, mesmo com o seguro contra terceiros, o Sistema Único de Saúde, as Prefeituras, os Municípios, os Estados não são ressarcidos. Ao mesmo tempo, as pessoas não vão buscar o que têm de direito; quando vão buscar, vão buscar particularmente.

Dessa maneira, tanto o Município como o Estado vão ser ressarcidos no Fundo Municipal ou no Fundo Estadual de Saúde, que serão contemplados. Dessa maneira, estaremos ajudando os Municípios e os Estados a cobrirem o déficit que têm na saúde.

Com isso, sei que as seguradoras vão começar a querer trabalhar, fazendo um lobby contra esse projeto de lei, mas é importante a saúde do povo brasileiro, especialmente quando se tem acidente de carro. Já tem o seguro contra isso, mas, quando uma pessoa que é beneficiada não busca esse direito, infelizmente, quem fica com o lucro é a seguradora.

Então, portanto, dei entrada nesta Casa a esse projeto de lei, para que a gente possa alterar a Lei nº 6.194, de 1974, beneficiando o Estado e Município que atendem no sistema de saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – Será devidamente registrado, meu Senador Ivo Cassol.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer dois registros rápidos referentes ao meu Estado de Roraima.

O primeiro deles é para dizer que, depois da calamidade, da enchente, do alagamento que o Estado sofreu e ainda está sofrendo, as providências do Governo Federal foram tomadas rapidamente.

O Ministro Fernando Bezerra, por determinação da Presidenta Dilma, esteve no Estado. Eu o acompanhei nessa visita, nessa viagem. Providências foram tomadas. Ontem, nós protocolamos o projeto que diz respeito à liberação de R\$15 milhões para ações emergenciais, inclusive em conjunto com as prefeituras. O Ministério do Desenvolvimento Social liberou já, antecipadamente, os recursos da Bolsa Família, o que foi uma solicitação nossa também exatamente para que as famílias pudessem sacar o dinheiro do mês de junho e pudessem fazer compras, pudessem abastecer, para pelo menos ajudar o enfrentamento dessa dificuldade. O Ministério do Desenvolvimento Social prontamente agiu e os recursos já estão sendo liberados.

Portanto, eu quero agradecer a Ministra, o Governo Federal, a Presidenta Dilma por todas as providências tomadas para que o Estado de Roraima fosse socorrido prontamente.

O segundo registro que quero fazer diz respeito ao entendimento entre a comunidade indígena de São Marcos, através da Funai e em conjunto com ela, e a Eletronorte. Nós temos um convênio entre a Eletronorte e a comunidade indígena de São Marcos para repasse de recursos para projetos produtivos da comunidade. Esses repasses estão atrasados. A comunidade indígena, em assembleia, está criando dificuldade para a manutenção dos fios de alta tensão que passam dentro da área indígena e fazem a remessa de energia para Boa Vista. O fruto desse convênio é exatamente o atendimento às comunidades indígenas.

Então, eu quero fazer um apelo aqui ao Presidente da Eletronorte, à direção da Eletronorte, para que determine o cumprimento do convênio, com o pagamento das parcelas atrasadas, para acalmar a situação na comunidade de São Marcos e para que a manutenção das linhas de transmissão possa ser feita com tranquilidade. Não é possível termos problemas no abastecimento de Boa Vista, porque a Eletronorte e a comunidade indígena não se entendem acerca dos convênios firmados.

Então, fica aqui esse apelo ao Presidente da Eletronorte e ao Ministro Edison Lobão, de Minas e Energia, para que seja sanado o problema e sejam tomadas as providências necessárias para atender a comunidade.

Eram esses registros que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Com a palavra o nosso Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Ataídes, nossos Senadores, nossas Senadoras, o Brasil gerou, no mês de maio de 2011, 252.067 empregos a mais que os que nós tínhamos em abril de 2011.

Portanto, o Brasil continua num ritmo muito forte de geração de empregos com carteira assinada, empregos de verdade. Se observarmos, veremos que, só nos cinco primeiros meses de 2011, janeiro, fevereiro, março, abril e maio, já são 1.171.796 empregos formais que o Brasil gera nesses cinco primeiros meses de 2011.

A meta do nosso Governo, da Presidenta Dilma é gerar, neste ano de 2011, no mínimo, 2,5 milhões de empregos a mais que os que tínhamos em 2010, repetindo o excelente resultado que o Brasil conseguiu naquele ano. Com isso, vamos poder oferecer, cada vez mais, empregos para nossa juventude, para aqueles que precisam do mercado de trabalho, que estão à procura de trabalho. O Estado precisa oferecer essa geração de empregos.

Quando nós observamos a geração desses 252.067 empregos em maio de 2011, vemos que eles estão distribuídos nas cinco regiões do Brasil e com a presença muito forte desse processo de crescimento formal do emprego, conforme divulgam o nosso Ministério do Trabalho, as várias entidades patronais que atuam nesse setor e as entidades do terceiro setor que pesquisam o mundo do trabalho no Brasil.

Também, quando voltamos aos dados de 2010, vemos que, daqueles 2,5 milhões de empregos a mais que o Brasil gerou, 52% deles, mais da metade, são gerados nas empresas com até quatro empregados, exatamente as microempresas do Brasil. E, em 2011, o cenário continua o mesmo: as micro e pequenas empresas são as que mais geram emprego formal neste País.

Se fizermos um corte naquelas empresas que têm até 99 empregados, que, de modo geral, são as pequenas empresas que integram o Simples Nacional, chegaremos ao dado de que 80% dos empregos gerados no ano de 2010 vêm exatamente das micro e pequenas empresas existentes no Brasil. E, em 2011, novamente, as micro e pequenas empresas repetem o mesmo desempenho que tivemos no ano de 2010.

Já são 5 milhões e 99 mil micro e pequenas empresas formais no Brasil. Para que tenhamos uma idéia desse processo, se voltarmos a 2007, quando começou a vigorar o Simples Nacional, tínhamos ali

apenas 1 milhão e 337 mil micro e pequenas empresas formais no Brasil.

Em quatro anos, já chegamos a 5 milhões e 99 mil micro e pequenas empresas, que são exatamente aquelas que estão voltadas ao mercado nacional, criando o mercado de massa de consumidores e gerando uma nova classe média neste País. Quando analisamos as 35 milhões e 700 mil pessoas que ascenderam na pirâmide social de 2006 para cá, quase todas elas, mais de 35 milhões de pessoas, estão vinculadas às micro e pequenas empresas.

Exatamente por isso, a nossa Presidenta Dilma assumiu, na campanha eleitoral de 2010, como uma das principais bandeiras do seu e do nosso Governo, o fortalecimento das micro e pequenas empresas. Ela se comprometeu em criar a Secretaria Nacional da Micro e Pequena Empresa, com status de ministério, vinculada à Presidência da República, e mandou ao Congresso Nacional, ainda no dia 7 de abril deste ano, a mensagem criando a Secretaria Nacional da Micro e Pequena Empresa. Falta que nós aqui, no Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, façamos valer a aprovação desse projeto de lei, para que possamos criar essa secretaria, que é de fundamental importância para o fortalecimento das micro e pequenas empresas.

Todos nós aqui reclamamos da edição de medidas provisórias - em grande parte, com justiça -, mas, quando assistimos ao Governo Federal atendendo a uma reclamação de toda a sociedade brasileira, que representa mais de cinco milhões de micro e pequenas empresas, não se justificam a morosidade, a lentidão e a maneira como o nosso Congresso Nacional está funcionando. Se queremos fazer crítica às medidas provisórias - e ela é necessária -, é preciso também que o Congresso Nacional faça a sua parte. Desde o dia 7 de abril, esse projeto de lei encontra-se no Congresso Nacional e, lamentavelmente, ainda não saiu nem sequer da primeira comissão, que é a Comissão do Trabalho da Câmara Federal. Já se passaram os meses de abril e maio, estamos concluindo o mês de junho e não conseguimos aprovar esse projeto de lei, que é unanimidade nesta Casa e uma reivindicação de toda a sociedade brasileira, mas que continua nas prateleiras da Câmara Federal, e nós esperamos que, o mais rápido possível, ele possa ser votado.

Nós faremos, no próximo dia 29 de junho, na parte da tarde, um seminário nacional, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara Federal, exatamente envolvendo todas as entidades que atuam junto à micro e à pequena empresa, com a participação forte do Sebrae Nacional, que é o grande parceiro nesse processo, para ver se conseguimos agilizar a aprovação desse projeto de lei que cria a Secretaria Nacional da Micro

e Pequena Empresa, dando condições para que esse setor que mais gera emprego no Brasil, volto a dizer, dos 2 milhões e 500 mil empregos gerados em 2010, 80% vieram das micro e pequenas empresas. E que esse projeto de lei, de iniciativa do Palácio do Planalto, de iniciativa da nossa Presidenta Dilma, possa se transformar em realidade.

Neste seminário, vamos também discutir a ampliação do teto de enquadramento do empreendedor individual, que hoje é de R\$36 mil, para R\$48 mil.

É bom registrar que neste item já temos o aval tanto do Ministério da Fazenda quanto do Governo Federal, com o apoio dos governos estaduais.

Por falar em empreendedores individuais, esse processo iniciou-se em fevereiro de 2010, em todo o território nacional. Chegamos agora, no dia 19 de junho, a 1.242.529 empreendedores individuais formalizados no Brasil. Esse é um público que quer ser legal, e o Estado nacional, o Pacto Federativo, os governos municipais, os governos estaduais e também o Governo Federal viviam de costas para esse público, sem criar as condições para que ele pudesse se formalizar.

O nosso Governo Federal, ainda em 2008, aprovou a Lei Complementar nº 128, aprovada pelo Congresso Nacional e, após um ano e poucos meses de funcionamento desse instrumento, já são mais de 1 milhão e 200 mil empreendedores individuais que vieram para a formalidade. E esse público quer crescer e, para poder crescer, é preciso estar formal. Ele quer ter acesso ao crédito e, para ter acesso ao crédito, é preciso ter o seu CNPJ, portanto precisa estar formal.

É algo em torno de 11 milhões de pessoas que viviam na informalidade, das quais, mais de 1 milhão e 200 mil, em pouco mais de um ano de vigência dessa metodologia, em que o Estado Nacional cria as condições para que eles possam vir para a formalidade, já saíram desse setor, que até ontem era vítima do próprio Estado Nacional e do Pacto Federativo.

Este setor, pela forma que o Governo Federal encaminhou, tem zero de imposto para o Governo Federal. Se ele é do comércio ou do setor da indústria, paga apenas um real a título de ICMS, ali estando incorporados também todos os tributos que o governo do Estado cobra. E a sua contribuição para a Previdência Social, que, até 2008, era da ordem de 22%, em seguida, em 2009, foi reduzida para 11% sobre o salário mínimo. A partir de maio de 2011, através da Medida Provisória nº 529, a sua contribuição foi reduzida apenas para 5% do salário mínimo, para que esse setor se formalize, tenha o seu CNPJ e possa ter todas as proteções da Previdência Social: direito ao salário-maternidade para as mulheres empreendedoras; direito à licença saúde, à licença acidentária, se, porventura,

eles sofrerem um acidente do trabalho ou adoecerem; direito à aposentadoria por idade e, quando Deus nos leva, os seus dependentes tenham direito à pensão por morte. E esse processo vem sendo cada vez mais fortalecido, e nós queremos – tanto a Câmara quanto o Senado –, antes do recesso, até o dia 17 de julho de 2011, se possível, aprovar esse projeto de lei que amplia o enquadramento do empreendedor individual de R\$36 mil para R\$48 mil.

Esse projeto de lei também amplia o enquadramento da micro e da pequena empresa. Hoje, o teto de enquadramento desse setor é da ordem de R\$2,4 milhões. E, com esse sistema que nós estamos tratando com o Confaz, que representa os 27 Governadores, com o Ministério da Fazenda, queremos elevá-lo para R\$3,6 milhões. Com isso, vamos permitir que aqueles que estão chegando ao teto dos R\$2,4 milhões hoje, que, muitas vezes, não permite mais o crescimento da sua empresa, para não ser desenquadrado do Simples Nacional, possam ter estímulo e espaço para crescer, sendo beneficiados pelos mesmos mecanismos de simplificação na criação da empresa.

Estamos modificando todo o capítulo que trata da baixa da empresa e também das modificações estatutárias para que esse setor consiga resolver as suas pendências burocráticas em até 48 horas, como fazemos, hoje, com a criação das empresas, do empreendedor individual da micro e da pequena empresa no Simples Nacional.

Esse processo iniciou-se em julho de 2007, e, de lá para cá, temos feito uma série de modificações, seja no âmbito da legislação nacional, que são leis complementares, seja no âmbito de iniciativas do Ministério da Fazenda, do Ministério da Indústria e Comércio, do Ministério da Previdência, do Ministério do Trabalho e do Confaz com as suas juntas comerciais, para que, efetivamente, possamos desburocratizar, simplificar a vida e contribuir, a fim de que esse setor continue crescendo, gerando emprego e fazendo o desenvolvimento nacional.

Há um segundo ponto em debate sobre a matéria, que é a questão da substituição tributária dos governos estaduais.

Nós construímos um sistema em que a carga tributária máxima para aqueles que são do setor de comércio, envolvendo aqui oito tributos – o ICMS, do governo estadual; o ISS, do governo municipal; e seis tributos federais, entre eles a contribuição patronal –, é zero sobre a folha de pagamento do empregador e a sua contribuição passou a ser um percentual sobre o faturamento, pois todo esse setor, cuja carga tributária máxima é de 13,6%, contribui com o Município, com o Estado e com a União.

A nossa carga tributária média, hoje, é de 34%. Para esses 5 milhões e 99 mil micros e pequenas empresas, a carga tributária é de 13,6%, para aqueles que são do setor de comércio, e mais 0,5%, para aqueles que são da indústria, chegando a 14,1%.

Portanto, o Simples Nacional, uma iniciativa que o Presidente Lula ajudou a construir a partir da Emenda Constitucional nº 42, de dezembro de 2003, e que, em seguida, o Congresso Nacional regulamentou, já nos permitiu sair de 1 milhão e 337 mil micros e pequenas empresas em julho de 2007 e chegar a 5 milhões e 99 mil em junho de 2011,

E nós queremos, cada vez mais, contribuir com o fortalecimento do empreendedorismo, principalmente num País que caminha para ser a 5ª potência econômica do Planeta.

É bom lembrar que, em 2003, nós éramos a 12ª potência econômica do Planeta, e, no Governo Lula, subimos para a 7ª potência econômica do Planeta. E tivemos, nesse período, a segunda maior crise econômica da Humanidade, que foi a crise de 2008 e 2009, da qual muitos países ainda tentam sair, a exemplo da Grécia, de Portugal e de tantos outros países, como os próprios Estados Unidos. E o Brasil, com a sua maneira empreendedora, com a sua maneira de condução da sua economia de estimular a micro e a pequena empresa, nós conseguimos sair com muito mais rapidez e somos um dos países do mundo que mais gera emprego com carteira assinada, emprego de verdade, emprego com proteção aos nossos trabalhadores.

Temos uma segunda grande demanda, que diz respeito às nossas trabalhadoras domésticas. Digo trabalhadoras porque a ampla maioria é de mulheres. Temos algo em torno de 7 milhões e 200 mil trabalhadores domésticos nos nossos postos de trabalho, nos nossos lares, como os jardineiros, que são pessoas que integram essa atividade. E algo em torno de 5 milhões e 200 mil desses trabalhadores não têm os seus direitos trabalhistas e previdenciários reconhecidos.

Louvo a iniciativa da Organização Internacional do Trabalho, que resolveu enfrentar esse problema, determinando que houvesse uma legislação que permitisse resolver essa grave pendência que temos junto aos trabalhadores domésticos. E o Brasil tem 15% de todos os trabalhadores domésticos cadastrados no mundo e o maior índice de pessoas na informalidade, na ilegalidade, dentro dos nossos lares.

Enquanto o Movimento Sindical Brasileiro está discutindo a necessidade de que a licença-maternidade saia de quatro para seis meses, é justo que essas trabalhadoras domésticas, que estão dentro dos nossos lares, ao ganharem as suas crianças, não tenham um dia de licença para poder dar o peito, essa mãe, à sua

filha, ao seu filho, porque a patroa, o empregador não reconhece os seus direitos trabalhistas e não assina a sua carteira?

Acredito que, neste ano de 2011, com esse crescimento econômico que estamos tendo, com a recuperação do poder de compra das famílias brasileiras, com o empreendedorismo forte que estamos tendo, precisamos ter o olhar todo diferenciado para as trabalhadoras domésticas, para que a gente consiga, cada vez mais, formalizar o mercado de trabalho, garantir os direitos previdenciários, os direitos trabalhistas, como estamos fazendo com as micro e pequenas empresas no Brasil.

Nós temos também, nessa matéria da micro e da pequena empresa, a questão da substituição tributária, que é a cobrança do ICMS por parte dos Estados. O que eles estão fazendo? Eles estão fazendo essa substituição tributária para burlar a lei do Simples Nacional e, em cima dos micro e pequenos, retirar impostos para compensar o incentivo fiscal que alguns Estados estão dando para os grandes empreendedores.

Exatamente por isso, se nós analisarmos o que arrecadávamos desse segmento em 2007, de ICMS, e compararmos com o que arrecadamos agora, em 2010, tivemos um crescimento, Inácio Arruda, nosso Senador, de 253%. Ou seja, em relação ao que os micro e pequenos arrecadavam lá em 2007, comparando com o que nós arrecadamos de ICMS em 2010, houve um crescimento de mais de 250%. E, quando você abre a substituição tributária para a micro e a pequena empresa em 2010, nós tivemos mais da metade da arrecadação por meio da substituição tributária, para neutralizar os bons frutos do Simples Nacional e, com isso, contribuir para o aumento da carga tributária, impedindo que o Brasil possa ter uma carga tributária compatível com a realidade brasileira.

Para finalizar, Sr. Presidente, nós aprendemos, nos vários setores de seminários e nos bancos da faculdade, que um tributo, para ser justo, precisa ter, primeiro, a progressividade, para que aqueles que menos têm menos paguem e os que mais têm paguem de acordo com a sua capacidade contributiva.

O ICMS é exatamente a negação dessa forma justa de se cobrar imposto. O ICMS incide mais fortemente em cima daqueles que menos têm, porque a carga tributária é linear; e a carga tributária daquele que menos tem, que tem salário médio de até dois salários mínimos por mês, é idêntica à daquele que tem acima de vinte salários mínimos por mês. Portanto, é extremamente injusto.

Aqui, com o Simples Nacional, nós começávamos um sistema de justiça tributária com o ICMS, mas, lamentavelmente, alguns governadores, alguns secretá-

rios de Fazenda utilizaram a substituição tributária para burlar a lei que nós aprovamos em dezembro de 2006.

O segundo grande critério, Sr. Presidente, para que um tributo seja justo é exatamente a possibilidade de ter uma baixa sonegação. Quanto menos sonegação tem um tributo, mais justo ele é, porque todos contribuem.

O ICMS é exatamente a negação disso. O passeio da nota fiscal, a burocracia para fazer com que esse imposto seja arrecadado é muito forte, e esse critério do Simples Nacional fecha as portas à sonegação, porque, junto com ele, vem a nota fiscal eletrônica e o Sped, sistema simplificado de processamento, para fechar essas comportas.

E a terceira questão: um tributo justo é aquele que tem um baixo valor na sua arrecadação. Ou seja, para arrecadar, basicamente não há custo. O Simples Nacional tem custo zero para os governos estaduais na sua arrecadação, porque o empresário recolhe, por meio de guia própria, e o sistema redistribui na boca do caixa – como se diz –, na hora do recolhimento, sem ter um centavo de custo para o governo estadual, para os cofres públicos. E o ICMS é um dos impostos mais caros que o Brasil tem, porque é preciso um aparato: o fiscal da feira; o fiscal da cancela; o fiscal do posto; o fiscal que, na madrugada, está lá olhando a carga, criando um custo para a sua arrecadação.

Por isso, queremos dialogar com os 27 Governadores, com os Confaz, para que possamos construir um sistema que seja justo, que seja progressivo, que tenha baixa sonegação e que possa ter um baixo custo na sua arrecadação.

O Simples é tudo isso, mas, lamentavelmente, a cabeça de alguns do Confaz, de alguns Governadores resolve burlar o que há de bom para igualar tudo no que há de pior e dizer: o sistema tributário brasileiro é ineficiente, e a gente precisa fazer grandes transformações.

Sou um daqueles que entende que o Simples Nacional foi a melhor experiência tributária que o Brasil construiu nos últimos anos, que permitiu reduzir a carga tributária, dar segurança aos entes do pacto federativo e mostrar que é possível reduzir a carga tributária ampliando a sua base de contribuição e, a partir daí, todos saem ganhando, como as 35,7 milhões de pessoas que ascenderam à pirâmide social, vindo para a classe média.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Senador José Pimentel, eu não tenho dúvida de que com essa redução no ICMS os governos estaduais irão, com certeza, arrecadar ainda mais, porque a informalidade hoje é o grande problema do nosso País.

Com a palavra, o nosso Senador Inácio Arruda, pela Liderança do PCdoB.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Só um minutinho, por gentileza.

Estou encaminhando à Mesa Diretora um requerimento:

Requeiro, nos termos do art.154, §6º, inciso II, do Regimento Interno, que não haja sessão nem expediente na Secretaria do Senado Federal no próximo dia 24 de junho, sexta-feira”.

JUSTIFICATIVA

Em virtude do feriado de *Corpus Christi*, que será na próxima quinta-feira, no dia 23, a maioria dos órgãos públicos já declararam ponto facultativo na sexta-feira. Por essas razões, solicito aos demais pares a aprovação do requerimento.

Esta Casa não paga hora extra para nenhum servidor, nem dos Senadores que trabalham na segunda de noite, terça de noite, quarta de noite. E o mínimo que a gente pode fazer aqui é dar o ponto facultativo, como demais instituições e órgãos públicos estão dando.

Por isso, agradeço a atenção e estou encaminhando à Mesa Diretora para que proceda.

Obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, quero registrar a presença de 100% da bancada do Estado do Ceará no plenário, em plena véspera de feriado junino no Brasil, porque fica parecendo que é uma festa puramente nordestina, mas essa é uma festa popular do povo brasileiro, a quem devemos sempre nos juntar na boa hora.

Quero registrar também a decisão, sob o comando do nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Eunício Oliveira, de anistia aos bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, em decisão terminativa, que já deve estar sendo remetida à Câmara dos Deputados.

Louvo essa decisão para, em seguida, fazer outro registro também de anistia, da Comissão Nacional de Anistia, que anistiou o Sr. Fernando Antunes Coimbra. Perseguido político no período da ditadura militar, vem a ser o primeiro jogador de futebol a ser anistiado no Brasil. Infelizmente, ainda o único, porque muitos foram perseguidos. Nando foi homenageado no Estado do Ceará, onde jogou pelo Ceará Sporting Club. Então, Nando recebe essa anistia, e eu juntei exatamente

os dois, embora as razões sejam bem distintas uma da outra.

Faço, Sr. Presidente, mais um registro. Há pouco eu, o Senador Pimentel, o coordenador da bancada, Arnon Bezerra, mais os Deputados Guimarães e Ariosto Holanda estivemos acompanhando o Governador do Estado, em visita à Sr^a Ministra Ideli Salvatti, quando discutimos temas do mais alto interesse do Estado do Ceará. As obras do Estado do Ceará estão todas caminhando de forma ajustada, são grandes empreendimentos. Um pouquinho antes, estivemos reunidos com o Governador, com a presença também do Senador Eunício Oliveira. Portanto, a bancada está unificada em torno dessas questões centrais. São grandes investimentos que o Governo Federal tem no Estado do Ceará, e nos cabe, juntamente com o Governador, zelar por esses empreendimentos.

Cito alguns dos maiores: a maior obra de macrodrenagem do Brasil está sendo realizada em Fortaleza e na região metropolitana, dragando e deixando em condições adequadas o rio Maranguapinho, o rio Ceará e, em seguida, o rio Cocó, que cortam também a cidade de Fortaleza; o Canal da Integração, que é a garantia de água para Fortaleza para a região metropolitana, para o Pecém – e por quantos Municípios passa o canal. É uma obra do Governo do Estado do Ceará que está dentro do Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Federal – podemos dizer quase que toda, não toda, porque há uma contrapartida também razoável do Estado, mas é uma obra com grandes recursos do Governo Federal; a obra da transposição de bacias, que é uma obra também do Governo Federal, que beneficia, e muito, o Estado do Ceará; duas obras, uma que está sendo concluída, que é o açude Figueiredo, que falta apenas fechar a barragem, e o açude de Fronteiras, que está às vésperas da sua licitação;

São todas obras dentro do PAC, além de outras muitas que temos acompanhado, mas essas são obras centrais, além da refinaria, que falta pouca coisa: 130 famílias, Pimentel, para serem retiradas do terreno, e está resolvido. Vai ser doado à Petrobras, e a Petrobras o receberá assim que as famílias forem, dali, também retiradas – já há acordo com todas as 130 famílias.

Então, o nosso debate com a Ministra Ideli Salvatti foi nesse sentido: preservar os interesses do Estado do Ceará.

Sr. Presidente, em seguida, quero traçar uns breves comentários sobre a nossa política econômica, examinando essa armadilha a que estamos presos há muitas décadas e as dificuldades do nosso País em deixar para trás esta herança nefasta dos tempos passados, mais precisamente das chamadas décadas perdidas, quando o FMI monitorava a nossa

economia. A orientação sempre, pelo menos explícita dos resultados do Fundo Monetário Internacional, foi a taxa de juros como maior instrumento de política econômica do País.

Nós tivemos taxas astronômicas. Lembro, Senador Pimentel, que há pouco ou ontem V. Ex^a discursava sobre esse assunto e dizia: “Nós tivemos taxas astronômicas, mas continuamos ainda sendo uma das maiores, a primeira taxa de juros em sentido de que é a mais elevada do mundo em termos reais”.

Então, ainda é, digamos assim, uma assombração que vem detrás e que continua presente na nossa vida cotidiana, meu caro Senador Pimentel.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Senador Inácio Arruda, eu quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento e dizer que a agricultura brasileira, na década de 80 e principalmente na década de 90, foi basicamente dizimada, principalmente a agricultura familiar. Nesse processo, nós tivemos um êxodo rural crescente, inchando as cidades e criando graves problemas sociais. E V. Ex^a, que foi Relator do Estatuto das Cidades, conhece muito bem essa problemática. Com a política da agricultura familiar, com o Pronaf, aumentamos a oferta do crédito. Saímos de R\$1,4 bilhão/ano, em 2002, para, em 2010/2011, nesta safra, R\$16 bilhões. Isso permitiu agregar valor, permitiu aumentar a produção, sendo que 70% da produção do milho e bem próximo da produção daquilo que vem para nossa mesa é oriunda da agricultura familiar. E, nesse processo, não deixamos de cuidar também do agronegócio. E é por isso que o Brasil se prepara para ser o maior produtor de grãos, porque nós estamos conjugando uma nova política, que envolve crédito, comercialização, estamos melhorando a infraestrutura. E, quando V. Ex^a fala da rede ferroviária, é uma demonstração clara desse processo; melhorando os portos para que, no dia de amanhã, a nossa economia seja cada vez mais sólida e possamos trazer a taxa de juros para patamares mais civilizados. Isso não se justifica um País que tem hoje um risco menor que o dos Estados Unidos: a nossa taxa de juro real está na casa de 6,5%, enquanto, naquele País, é inferior a 1%. O segundo País com maior taxa de juros nominais é a Turquia, que está a 1/3 da taxa de juros do Brasil. Por isso esse item já melhorou muito, mas ainda temos muito que fazer.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço o ilustre aparte de V. Ex^a e corroboro com a realidade da política econômica. Quer dizer, eu imagino isso, que é uma espécie de assombração.

A assombração que se justifica – vamos considerar que seja isso – na ideia de que há uma memória inflacionária no Brasil, que teima, que não deixa a

gente avançar; que não deixa a gente crescer, que não deixa a gente manter um projeto de desenvolvimento de forma permanente na trajetória do nosso País.

Essa ideia também levou a que o início da Presidente Dilma fosse tumultuado: *Cuidado! Olha a inflação! Lá vem ela! É a inflação de novo! É a memória inflacionária! Vamos conter tudo! Vamos desaquecer!* Vamos isso, vamos aquilo, para poder justificar a retomada da elevação das taxas de juros.

Vai-se mais ou menos comprovando que é possível o País crescer; é possível o País desenvolver-se; é possível ter taxas inflacionárias baixas e, ao mesmo tempo, desenvolver-se e manter um ritmo desenvolvimento adequado com os interesses maiores do nosso País.

Temos ainda gargalos enormes na infraestrutura. Discutimos com o Ministro Guido Mantega e a Presidente Dilma, num bom debate com os Líderes da Base do Governo, no Conselho Político da Presidenta, essa ideia de conter a inflação, conseguir desenvolver-se e, ao mesmo tempo, começar a perseguir o objetivo de reduzir essas escandalosas taxas de juros.

Há algo que me preocupa: o endividamento do setor privado, a dívida externa do setor privado, que vai perigosamente aproximando-se das nossas reservas, podendo até ultrapassá-las. Não é uma dívida pública, mas cancelada pelo Poder Público, porque, em última instância, somos nós quem tem de honrar essa dívida. Esta vai aproximando-se, vai chegando perto das nossas reservas e talvez até as ultrapasse. Se continuar essa ideia de que podemos pegar dinheiro emprestado lá fora a juros muito mais, trazer esse dinheiro para cá e comprar títulos do Tesouro remunerados a taxas muitíssimas vezes maiores do que as cobradas lá fora.

Não é dinheiro de empréstimo que está chegando apenas para investimento. Há muito dinheiro chegando para investimento e muita dívida do setor privado feita para investir, para comprar equipamentos, para renovar o parque industrial brasileiro.

Mas há muita dívida especulativa: dinheiro é pego lá fora, trazido aqui para dentro e remunerado a taxas escandalosas, praticadas ainda no Brasil. É uma preocupação. Por quê? Porque estamos pensando no desenvolvimento.

Ouçõ quase que diariamente ou na Comissão de Educação ou aqui neste plenário a justa bandeira, erguida e levantada pelo Senador Cristovam Buarque, sobre educação. Estamos discutindo o Plano Nacional de Educação. Como vamos garantir investimento para manter a educação no ritmo de que o Brasil precisa para se desenvolver, se continuarmos pagando os juros dessa ordem? E esses juros não são pagos para todo mundo. Tem uma boa meia dúzia que se aproveita

desse sistema de remuneração que o Governo pratica a partir de sua taxa Selic.

É como se tivéssemos uma grande frente para somar forças de brasileiros no Congresso Nacional, que reúna os Governadores de Estados, todos, indistintamente, para um bom debate com o Governo e também com o setor privado brasileiro, para enfrentarmos esse problema objetivo.

Essas taxas ainda são inibidoras. Elas ainda dificultam.

Como ter um grande programa de infraestrutura? Quando a gente olha para os portos, o que vem de debate é como a gente privatiza os portos. Quando olha para os aeroportos, como a gente privatiza os aeroportos? Agora mesmo vi uma notícia em um jornal de São Paulo dizendo que vamos construir navios para a Petrobras e entregá-los para o setor privado gerenciar, porque é um negócio para o setor privado. Então, ora, quer dizer, esses privatistas...

Claro muitos setores são privados, e devem ser privados, e devem continuar privados. Agora tem determinados setores que é você, é o Estado brasileiro para dar garantias de que vai continuar funcionando adequadamente. Via de regra, no mundo, portos, aeroportos, infraestrutura básica de desenvolvimento é Estado, no mundo capitalista. Não é setor privado. Então, aqui vejo sempre...

Os privatistas, que força eles têm no Brasil, que força gigantesca! Vendo a história do Brasil, pode olhar lá de trás, desde a chegada da família real até hoje, que batalha, que cabo de guerra se trava com esses setores no sentido de açambarcar todas as atividades econômicas, em prejuízo muitas vezes do desenvolvimento.

O resultado final muitas vezes é a paralisia do Estado. É o Estado ficar sem capacidade de se desenvolver. Por isso que a gente ainda vive essa tragédia na área da educação, de qualidade comparativa. Claro, está todo mundo na sala de aula, no ensino básico, no antigo primário da educação, do ensino fundamental. Tem sala de aula para todos.

Mas nós temos feito... Agora mesmo discutimos isso intensamente lá no Ceará, com o Governador do Estado do Ceará, que veio até aqui dar uma palestra na Câmara Federal, discutindo o PNE, o problema da qualidade da educação, o problema do piso salarial dos professores. Virou uma tragédia, meu caro Senador Cristovam, virou uma tragédia, questionada. Por quê? Porque os repasses de recursos da União são insuficientes. Os fundos que garantem melhorar a vida dos professores são insuficientes. Como pode ter qualidade se, desde o primeiro dia de aula, em Fortaleza, nós temos greve de professores. Puxa vida, aquelas mães, aqueles pais, os seus filhos, como vão ficar?

Esse resultado é negativo para a família fortalezense e para a família cearense. Está em discussão no Estado. Em vários Estados, nós estamos tendo greve. É um prejuízo sem tamanho para a vida dessas crianças.

Então, vejo ainda que a política de juros praticada pelo Brasil, essa ideia de que a macroeconomia tem que ser resolvida a partir dos juros, essa assombrosa ideia da inflação permanente na nossa cabeça, ela trava esse potencial extraordinário do Brasil, como no relato feito aqui, há pouco tempo, pelo Senador Pimentel.

Ontem ele fez isso aqui, mostrando o potencial que temos. Onde você faz uma correção, explode a capacidade de desenvolvimento do Brasil. Não tem um setor, não tem nem um setor em que a gente não tenha potencial extraordinário para o desenvolvimento.

Olho para as cidades brasileiras e vejo o potencial, mesmo na tragédia ainda abissal, social, das cidades, no fosso que existe nas grandes periferias urbanas de Fortaleza e das cidades maiores do Brasil, as grandes regiões metropolitanas, que é um assunto ainda a ser tratado adequadamente. Veja que, ao mesmo tempo, nós temos a tragédia social e, ao lado dela, o potencial, a capacidade de poder fazer um grande projeto que resolva o problema social e dê qualidade de vida às cidades brasileiras.

É preciso mexer nesses mecanismos. Eu não vejo como mexer também se nós não juntarmos muitas forças, muitas, porque as ingerências aqui são grandes, as pressões são enormes sobre a economia brasileira.

Então eu acho que temos que estabelecer uma regra de grande unidade, de todos os setores: Governo, Congresso Nacional; e digo Congresso porque não quero fazer diferenciação entre Base do Governo e Oposição, porque não se trata disso, trata-se de desenvolver o Brasil. Ao mesmo tempo, conquistar parcela significativa do setor privado e da inteligência das universidades brasileiras, pagas, boa parte delas, com o dinheiro público e que devem se juntar neste caminho de enfrentarmos esta ideia de que nós temos só uma saída para fazer política econômica. Talvez nos juntarmos a figuras como Luciano Coutinho, Guido Mantega, que tem dito, dentro do Governo, que existe outro caminho, que é possível outro caminho e que vai dar certo se a gente puxar por outro caminho.

Nesta caminhada nós temos que estar unidos, juntar muita energia para o sucesso maior do Brasil. E digo: se o Brasil crescer mais 1% acima do previsto nós ajudamos toda a América do Sul. Toda a América do Sul pode crescer até mais do que o Brasil se nós botarmos mais 1% de crescimento sobre a nossa previsão. Só faremos isto, só realizaremos projeto dessa envergadura, se tivermos grande unidade nacional, meu caro Presidente, a quem agradeço o tempo que

me destinou para poder registrar esses fatos que assistimos do dia de ontem para hoje e também traçar umas ideias da economia brasileira que tem tanto potencial para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – A Presidência designa, nos termos do **Ofício nº 204, de 2011**, do Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para integrarem a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em consonância com o art. 8º da Resolução nº 1, de 2011-CN, os Senadores Pedro Simon, Roberto Requião, Wilson Santiago e Ana Amélia, como membros titulares; e os Senadores Luiz Henrique, Casildo Maldaner, Waldemir Moka, Valdir Raupp, como membros suplentes da referida Representação.

É o seguinte o ofício:

OF. GLPMDB nº 204/2011

Brasília, 22 de junho 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício SF nº 969, de 2011, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores do Bloco PMDB, PP, PMN, PSC e PV que integrarão a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
Pedro Simon	Luiz Henrique
Roberto Requião	Casildo Maldaner
Wilson Santiago	Waldemir Moka
Ana Amélia Lemos	Valdir Raupp

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com alegria e satisfação que ocupo mais uma vez esta tribuna. Muito me alegra ter recebido esta semana vários Prefeitos do Estado de Rondônia em meu gabinete. Deixo o meu abraço ao Prefeito da cidade de Vilhena, Prefeito José Rover, acompanhando os projetos do Ministério da Cidade de ampliação de saneamento básico. Também esteve presente o Prefeito da cidade de Ariquemes, Márcio, acompanhado do grande comunicador Zé Giovane.

É uma alegria e uma satisfação também ter presente nesta Casa junto conosco um amigo, um parceiro,

uma liderança expressiva, suplente de Deputado estadual do Estado de Rondônia, ex-secretário regional nos assistindo, Ari Saraiva. É uma alegria tê-lo aqui junto, acompanhado do Gaúcho, que é uma pessoa amiga da família Cassol, uma pessoa que ajudou a cuidar dos meus filhos. E hoje está junto com o Ari Saraiva na grande região de Ji-Paraná, nos trabalhos, acompanhando e atendendo aquela comunidade.

Também muito me enche de alegria, Sr. Presidente, ter uma grande liderança feminina na região de Ariquemes, que é a D. Cristina, que também, com imensa alegria e satisfação, estamos recebendo aqui na cidade de Brasília.

Aproveito este momento para comentar que, na semana passada, tivemos aí o lançamento de mais um programa Minha Casa Minha Vida. Quero fazer uma retrospectiva desta propositura legislativa de iniciativa do Senador Mauro Miranda, relatada pelo Senador Romeu Tuma, que modificou a Constituição da República Federativa do Brasil para acrescentar aos direitos sociais o direito à moradia, conforme hoje se vê registrado no art. 6º da Carga Magna.

Convém, ainda, lembrar que a promoção de programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais constitui competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. nº 23, inciso IX, de nossa Constituição Cidadã – como a denominou, adequadamente, o Dr. Ulysses Guimarães.

Porém, como reconhecem os constitucionalistas, apesar da eficácia jurídica intrínseca a todas as normas, é tarefa complexa dotar de materialidade um dispositivo de tão largo alcance social. Em outras palavras, Sr^{as} e Srs. Senadores, o direito à moradia foi inscrito entre os direitos sociais no já longínquo ano de 2000, mas a situação concreta de milhões de famílias brasileiras, infelizmente, ainda precisa ser resolvida.

O governo do Presidente Lula, seguido pelo Governo da Presidente Dilma Rousseff, preocupou-se em enfrentar os graves problemas do déficit habitacional e da inadequação de moradias.

Deduz-se que justamente as famílias mais pobres não têm casa, ou as possuem sem condições mínimas de habitabilidade, o que nos remete à trajetória da política habitacional no Brasil, sempre permeada por problemas de foco ou deliberadamente voltada para as camadas sociais de renda média.

Sr. Presidente, é por isso que desejo congratular-me com o Governo Federal pelo lançamento da segunda fase do Programa Minha Casa Minha Vida, cujo alcance e relevância social vão muito além do que imaginam seus críticos. O abrigo, o conforto e a segurança de um lar digno desse nome proporcionam

às famílias as condições mínimas para cuidar de seus membros, sustentar-se e participar da vida comunitária como cidadãos em plena posse de seus direitos.

Ciente disso, quando Governador do Estado de Rondônia, mantive especial preocupação com o drama e a falta de moradias, sobretudo para os mais pobres e os habitantes de zonas rurais. Ainda hoje, no entanto, o déficit habitacional na capital e no interior do Estado atinge cerca de 20 mil moradias.

Um programa como Minha Casa Minha Vida, brilhantemente conduzido pelo Ministro Mário Negromonte, do nosso partido, em afinada parceria com a Caixa Econômica Federal, tem o condão de mudar a vida de milhões de pessoas, resolvendo um problema que se inscreve entre os que mais afligem os brasileiros e brasileiras em todas as partes do País.

Pelas razões expostas, felicito com entusiasmo a Presidente Dilma, o Ministro Mário Negromonte, meu companheiro de partido, e todos os dirigentes e técnicos que estão conduzindo esse programa social tão relevante. A todos expresso o meu contentamento e afianço que têm, neste Senador da República, um aliado e um defensor.

É por isso que nós, nesta Casa, trabalhamos e apoiamos o Governo Federal, somos da base de apoio da nossa Presidente Dilma, pela maneira simples, objetiva e técnica na condução do nosso País.

Nós, a população de Rondônia e especialmente os servidores públicos de nosso Estado, há muito tempo, temos uma perspectiva, meu amigo gaúcho Ari Saraiva e D. Cristina: é a transposição. Muitas expectativas se criaram e muitas campanhas se fizeram. Mas, quando aqui nesta Casa se aprovou a medida constitucional, eu disse que a redação estava incompleta.

Naquela época, os políticos me chamaram de analfabeto; que eu queria vir aqui ensinar a fazer o dever de casa. Eu não quero ensinar ninguém, jamais eu quis isso. Mas depois foi preciso fazer outro projeto de lei para que os servidores públicos do, à época, território de Rondônia fossem contemplados como os demais territórios do nosso Brasil.

Nos próximos dias, se Deus quiser, vai ser realidade. Estive, na semana passada, almoçando com a Presidente Dilma e fiz um convite para que fosse visitar o nosso Estado, fosse fazer uma inspeção nas usinas de Santo Antônio e Jirau. Ao mesmo tempo, terá oportunidade de ver o desvio das águas do rio passando pelas comportas de fundo, com parte da obra no rio Madeira já pronta. Ela confirmou, esta semana, a visita e estará no próximo dia 5 em nosso Estado, assinando o decreto da transposição dos servidores, decreto tão sonhado, numa perspectiva que ultrapassa o limite dos Municípios e do nosso Estado, chegando a cada

um daqueles que contribuíram para fazer de Rondônia esse grande Estado da Federação brasileira. É com imensa alegria que vamos receber a nossa Presidente.

Conclamo os servidores que serão contemplados com a transposição para que estejam presentes nesse ato público. Ao mesmo tempo, vamos assistir à mudança, ao fechamento do rio, para que possamos dar continuidade às obras das usinas do rio Madeira e assim gerar emprego e renda para o nosso Brasil afora, garantindo o desenvolvimento e o progresso.

Por isso a Bancada Federal trabalha integrada tanto no Senado como na Câmara dos Deputados com um só propósito: não podemos perder os recursos que estão destinados aos nossos Municípios e ao nosso Estado.

Muitos pensaram que eu iria imitar os que no passado ocuparam esta tribuna representando o meu Estado que jogavam contra o nosso patrimônio, jogavam contra o nosso povo, jogavam contra o nosso Município, tentando prejudicar, na época, o Governador Ivo Cassol; no entanto, estou fazendo exatamente o contrário, estou trabalhando unido e integrado, junto com nossos Pares, para que possamos, sim, levar benefícios ao nosso Estado de Rondônia, independentemente de cores partidárias. Todos sabem que em todos os partidos temos gente boa, mas todos sabem também que em todos os partidos temos carne de peçoço. Todo mundo sabe que a luta pelos homens é a de fazer o bem-estar da sociedade, dos nossos irmãos.

É por essa razão que aqui, neste momento, quero chamar a atenção do povo do Estado de Rondônia: no ano passado se criou uma expectativa de que iriam solucionar os problemas do nosso estado. Venderam ao nosso povo, Ari Saraiva e Júnior, meu chefe de gabinete, que iriam solucionar todos os problemas do Estado de Rondônia, especialmente na área de saúde. Quase seis meses se passaram; até hoje são 172 dias, se não me engano, de administração do novo governo. Prometeram fazer uma saúde melhor do que a nossa.

Construímos hospital em Cacoal para 160 leitos e mais 30 leitos de UTI. O hospital está pronto desde 30 de março do ano passado, foi comprado parte do equipamento, foi contratado pessoal. De 30 leitos de UTI tem 16 leitos instalados e só tem 7 funcionando.

Essa semana, Sr. Governador, morreu gente. Tem três na fila esperando sem saber quem vai sobreviver e quem vai morrer.

Levaram o Jornal Nacional ao nosso Estado para mostrar ao Brasil a superlotação em Porto Velho, como se a culpa fosse nossa.

Eu nunca deixei faltar nada dentro do Hospital de Base João Paulo II, nem no Cosme Damião, hospital infantil. Nós tínhamos uma equipe que trabalhava

diuturnamente. Hoje, infelizmente, a saúde está um caos. Hoje, na verdade, a coisa está feia. Olhem que o Governador do meu Estado – não estou aqui só criticando; estou dizendo o que está errado – é médico, foi Prefeito da cidade de Ariquemes, foi Deputado Federal por três mandatos.

A equipe não consegue tocar junto; um está tocando gaita, outro está tocando violão e o outro está com um auto-falante ligado.

Está faltando até algodão no Hospital de Base. Está faltando seringa no João Paulo II. Pessoas com fratura exposta esperam há mais de 60 dias, e diziam no dia da diplomação que não teriam nenhum paciente no chão. Infelizmente o que nós vemos é o caos na saúde nos quatro cantos do Estado de Rondônia.

Eu não posso me calar. Não porque simplesmente sou de oposição, mas pelo contrário. É que o dinheiro que tem dá, pelo menos, para fazer 100% melhor do que aí está.

Foi prometido... Assumiram um compromisso com o povo do nosso Estado, e as coisas não estão acontecendo. As pessoas estão morrendo. Estão levando paciente do João Paulo II para tratar em Cacoal, chega em Cacoal não tem médico, não tem material; volta para Porto Velho. O hospital de Cacoal, meu povo, não tem mais nem ambulância, as oficinas das secretarias regionais, Ari, de que você cuidava, que faziam a manutenção das viaturas da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros, das ambulâncias viraram depósito de ferro-velho. A garagem central de Porto Velho parece mais uma concessionária abandonada, para não dizer que parece mais um depósito de carros apreendidos de contrabando que estão jogados ao relento e muitos precisam simplesmente de amortecedor, de um pneu ou de alguma parecida. E muitos setores trabalharam porque usaram a gordura que nós deixamos: era pneu, era peça nos quatro cantos do Estado de Rondônia. Hoje, infelizmente, nós vemos o contrário; hoje a Polícia Civil e a Polícia Militar estão com o pires nas mãos para consertar as suas viaturas. E ambulância, que era o mínimo, que tinha que estar rodando não está. A dificuldade que estão tendo para tocar... E cadê os parceiros que ajudaram esse governo? Onde estão? O que fizeram e o que vão continuar fazendo? Vão deixar essas pessoas morrendo? Vão deixar faltar algodão? Vão deixar faltar seringa, gente? Não dá para aceitar.

Eu era Governador até o ano passado – dois mandatos –, quantas vezes fui aos hospitais, quantas vezes de madrugada, para verificar o que faltava, o apoio em todas as áreas.

O que me entristece é que prometeram regionalizar a saúde em todos os municípios e não é isso o que está acontecendo. E a cidade de Ji-Paraná?

No passado, na época da campanha, disseram que a incompetência da saúde de Ji-Paraná era culpa do Ivo Cassol. E agora, Sr. Prefeito Bianco, de quem é a culpa? O senhor tem um secretário que, na época, era secretário adjunto do Estado. De quem é a culpa agora? A política já passou. Não tiveram competência, Ari Saraiva, de comprar material ortopédico de um convênio que eu fiz e tiveram que devolver o dinheiro depois de 24 meses e aí foram dizer que eu era culpado. E o que mais me entristece, é que há poucos dias devolveram o dinheiro – se não me engano – do novo Ji-Paraná para fazer uma praça, de cento e poucos mil reais, cento e sessenta mil reais porque não tiveram competência para fazer a licitação e contratar a obra.

Eu aqui não posso me calar.

Não tem jeito, Sr. Presidente. Eu passei pelo Executivo municipal. Fui o 22º melhor Prefeito do Brasil na área de saúde e de administração. Desdobrei-me para fazer uma das grandes administrações públicas do meu Estado. Denunciei os desonestos e os corruptos por este Brasil afora.

Foi por lá que começou a limpeza aqui em Brasília. Muitas vezes, o pessoal perguntava o seguinte: “Quantos desonestos, ladrões e corruptos existem no meio político de Rondônia?” Eu dizia: “Não se preocupem, não. Em Brasília, há muito mais”. E aí veio o mensalão, o mensalinho, o mensalato; veio tudo pegando todo mundo pela frente. Mas foi por lá que começou. Depois, veio o Roberto Jefferson aqui e deu continuidade. É disso que precisam.

Eu quero conclamar os servidores públicos do Estado de Rondônia. Se vocês souberem de alguma irregularidade em qualquer lugar, denunciem. Façam como eu fiz no passado. Gravem, documentem. Ah, você não quer se expor? Não se preocupe, não. Mande para mim. Aqui tem café no bule. Depois eu enfrento adiante, porque muita gente não quer se expor em várias áreas.

O que nós não podemos é ver um Estado que arrecadou mais de 30%, mas que, neste ano, com o aumento de receita, já está com o orçamento aniquilado em várias áreas, em vários setores. Não posso concordar com isso. Ah, mas sou oposição. Eu sou oposição, mas não sou contra o meu Estado. Não é por causa disso que vou deixar de levar recursos para lá.

É preciso, sim, com os recursos existentes, ter competência para poder administrar. E isso está faltando! Isso está faltando, porque a administração nem completou seis meses e não há material ortopédico, não há seringa, não há isso, não há aquilo, não há aquilo outro.

Da mesma maneira, eu assisti, no Fantástico, no final de semana, e no Jornal Nacional, a uma notícia

de que, em São Paulo, havia vários profissionais da saúde que ganhavam sem trabalhar. No meu Estado, eu fiz uma limpa na época. Eu botei casca de ferida como o cara que fazia o ponto de todo mundo, porque na época não tinha ponto eletrônico. Fazia uma hora extra, pagava. Fazia um plantão extra, pagava. Mas, também, se não trabalhava, peia; descontava. Não tinha que dar moleza, não, gente, porque para lavar a cabeça de burro a gente usa água e sabão. Então, não se pode perder tempo, não. Trabalhou, tem que ganhar, em qualquer setor.

Agora, da maneira que está a situação, as coisas estão complicadas. Nesta semana, faleceu uma senhora na cidade de Cacoal – havia mais três na fila que não sei se já não morreram – por falta de atendimento. E, olha, construímos um hospital com trinta leitos na UTI, sendo que dezesseis já estão com equipamento, mas só sete funcionando.

E o hospital com 18.500 m² de Cacoal tem meia dúzia de pessoas internadas; tem meia dúzia de cirurgias, com cinco salas de cirurgia, seis salas de cirurgias, e não fazem cinco cirurgias por dia.

O que precisamos é deixar o apadrinhamento político de lado e começar a colocar técnicos competentes e responsáveis em todas as áreas. Mas, para isso, precisamos colocar gente que queira trabalhar e não pessoas que de repente queiram ajeitar a vida do modo fácil, desonesto e corrupto, que não venha ao encontro da vontade do povo.

E olha, Sr. Presidente, eu andei nos quatro cantos de Rondônia, como tenho andado. Fui a três exposições agropecuárias nesse final de semana. Fui à Exposição de Colorado do Oeste – e deixo o meu abraço para o povo de Colorado do Oeste e para o Prefeito Enedino –, fui à cidade de Brasilândia, com o Prefeito Silas, também à exposição agropecuária, e fui à cidade de Espigão do Oeste, com a nossa amiga Lúcia Teresa, ex-Prefeita, nossa primeira suplente de Deputado Estadual também. Andando nos quatro cantos, vi a alegria do povo com o Senador Ivo Cassol. Eu até esperava que o povo de Rondônia fosse fazer uma reflexão e esperar, no mínimo, três anos para comparar o meu governo com o dos atuais. Mas não se passaram nem seis meses e o pessoal já diz que está com saudade.

Ao mesmo tempo, quero dizer ao povo de Rondônia que ele tem um parceiro na pessoa do Ivo Cassol, tem um companheiro na pessoa do Ivo Cassol, porque precisamos continuar irmanados no setor produtivo para gerar riqueza e renda.

Ao mesmo tempo, temos vários municípios em festa esta semana. Nós temos o Município de Parecis, que o Prefeito me ligou hoje, convidando para a festa no final de semana. O Município também de São Feli-

pe, aniversário também da cidade, nesse final de semana. Nós temos, na cidade de Vilhena, a maior feira agropecuária no Estado de Rondônia, onde vai ter a cavalgada, no sábado de manhã.

Enfim, são as feiras agropecuárias fomentando o comércio e a indústria do nosso Estado de Rondônia. Convido o Presidente, Senador Ataídes, para que vá, um dia, nos visitar lá, como os demais Senadores, para verem a riqueza extraordinária que tem esse Estado, a pujança que tem. É o Estado que, nos oito anos passados, esteve com o maior índice de desenvolvimento e crescimento do Estado, no Brasil. Esse foi o Estado de Rondônia.

Mas, ao mesmo tempo, temos de aqui colocar um ponto de interrogação. As obras das usinas são passadeiras, e nós precisamos nos preocupar com o futuro, mesmo que nós tenhamos a transposição pela frente. Mas com a presença e participação dos 52 Prefeitos, com responsabilidade, juntamente com o Governo do Estado, com os 24 Deputados Estaduais, com os três Senadores e os oito Deputados Federais, trabalhar só com um propósito, num alinhamento só. Não estamos aqui discutindo a questão partidária e política do ano que vem ou do que vem pela frente. Nós estamos aqui discutindo gestão pública. E gestão pública se faz com determinação, arrojo e responsabilidade. Ao mesmo tempo, é um trabalho que ninguém faz sozinho. É um trabalho em que eu sempre digo, Sr. Presidente, que ninguém é bom sozinho.

Mais um minuto, Sr. Presidente.

Só existe, Sr. Presidente, uma pessoa boa quando tem várias pessoas boas junto. E eu sempre digo mais: liderança e respeito não se impõem. Liderança e respeito, não se chega com uma metralhadora impondo, prendendo e fazendo em cima de pessoas decentes e trabalhadoras. Chega-se conquistando e mostrando que se é capaz de ajudar a fazer o melhor. É isso que nós buscamos não só para Rondônia, mas para o Brasil. Nós buscamos, aqui nesta Casa – e aqui eu dei entrada em vários projetos –, beneficiar e melhorar ainda mais o nosso País.

Por isso eu desejo a todo mundo que está nos assistindo, de Rondônia e do Brasil, um bom feriado, um bom final de semana. Estarei percorrendo os quatro cantos do meu Estado de Rondônia enquanto muitos pensam que o Senado para na quinta-feira. Nós paramos aqui, mas eu gostaria que aqueles que nos criticam...

Só um minuto para encerrar porque é importante, Sr. Presidente.

Muitas vezes eu vejo chacota da imprensa, fazendo de conta que esta é uma Casa que não trabalha. Eles acham que é só aqui nesta Casa. Aqui a gente

chega segunda-feira de tarde, segunda-feira à noite, trabalha até terça de noite, trabalha quarta-feira à noite, volta à meia-noite para o Estado de Rondônia, depois vai visitar a nossa base, estar presente em todos os eventos que acontecem, enquanto os outros ficam muito bonitos no microfone, falando mal da gente. E muitas vezes esta Casa não defende a gente.

Não sei se gosto de confusão ou não, mas eu gosto da coisa certa. Por isso agradeço a Deus e espero que todos sempre nos ajudem a fazer dias melhores. Agradeço esta oportunidade e a compreensão de todos.

Bom feriado e que Deus abençoe todo mundo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Pela Liderança do partido, com a palavra o ilustre Senador Cristovam Buarque, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, só para confirmar: após o Senador Cristovam Buarque, eu estou inscrito? Após o discurso, que certamente será brilhante, do Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de usar a palavra para encerrar esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Perfeito, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Já estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Já está com a palavra sim, ilustre Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Ocidente inteiro tem uma dívida muito grande com a Grécia antiga. E nós, brasileiros, o Brasil, como parte desta civilização ocidental, também temos muitas dívidas com a Grécia antiga. Mas, de repente, acho que a gente começa a ter uma dívida com a Grécia de hoje. É a dívida de perceber os alertas que estão vindo da Grécia para nossos países.

Os países europeus já despertaram para o risco às suas economias, em função daquilo que está acontecendo na Grécia. Nós também precisamos prestar atenção ao que está acontecendo naqueles países europeus.

A crise na Grécia era invisível, imperceptível até há alguns anos. Um país que adquiriu uma moeda forte, como o euro; um país que foi capaz de fazer as Olimpíadas, como eles fizeram; um país que, de repente, pelos gastos públicos, pela incapacidade de desvalorizar e ajustar a sua moeda à realidade dos preços entre os diferentes países, fica amarrado ao euro, e

seus preços, portanto, são os mesmos de todos os outros países, e cai o turismo e caem as exportações.

Para completar, além da moeda supervalorizada, além dos gastos públicos elevados, fizeram manipulação das informações, Senador Valadares, durante anos. O povo grego não sabia a realidade dos gastos. Os organismos internacionais não sabiam a realidade da crise. De repente, caiu tudo!

Nós estamos numa situação muito diferente da Grécia de hoje, mas a Grécia estava numa situação muito diferente da que está hoje há cinco, seis anos.

Nossa economia hoje está bem, mas precisamos alertar: ela não vai bem. E a diferença entre estar bem e ir bem é que estar bem é uma análise conjuntural, do momento, e ir bem é uma análise estrutural, do futuro.

A nossa economia, é claro que vai bem. Nós somos a sétima economia do mundo. Nossa economia vai bem. Nós temos tido crescimento sistemático de 4% ao longo dos últimos anos, entre 2003 e 2010. Nós não apenas crescemos o PIB, que chegou a três trilhões e quase setecentos bilhões de reais. Mais que isso, a renda do trabalhador brasileiro cresceu nos últimos anos, o que, às vezes, não acontece com o crescimento do PIB, em que só cresce a renda para alguns poucos, e não para os trabalhadores.

A nossa economia, a gente pode dizer também que vai bem, porque não apenas cresceu o Produto Interno Bruto, a renda nacional, mas cresceu a renda *per capita*, ou seja, poderia ter acontecido diferente: o produto crescia, mas a população crescia mais ainda e a renda *per capita* não crescia. Ela cresceu no Brasil. Nós conseguimos – e é preciso aí louvar o governo do Presidente Lula – que o salário mínimo crescesse sistematicamente acima da inflação. Em função disso, nós podemos dizer que conseguimos. Hoje, há uma demanda crescente das classes C e D. Também podemos perceber uma demanda crescente da classe E, graças ao Bolsa Família, nascido do Bolsa Escola.

Eu creio que, por tudo isso, a gente pode dizer que a economia vai bem, mas ainda dá para acrescentar algumas coisas. Por exemplo, nós temos risco de inflação, mas pequeno. A inflação não está nem alta, nem fora de controle. Nós temos um sistema bancário sólido, de acordo com todos os indicadores que a gente tem, inclusive com o Índice de Basiléia, que analisa os bancos de todo o mundo. Dá para dizer, sim, que a economia vai bem por diversos indicadores que nós temos. Apesar disso e mesmo com a moeda forte e sólida, que é outro indicador positivo que nós temos, apesar disso, dá para ficar preocupado, cada um de nós.

E eu, ao mesmo tempo em que louvo a boa posição, quero fazer um alerta, nos mesmos moldes que

alguns devem ter feito na Grécia de cinco, seis, sete anos atrás, e os alertas não foram atendidos.

O primeiro alerta é no que se refere aos pontos que são positivos, mas carregam um pouco de dúvida. Por exemplo, nós temos uma grande exportação, apesar do real supervalorizado, mas nós estamos com déficit da balança comercial. E isso é muito preocupante. Isso pode levar, em algum momento, a uma queda da moeda brasileira com a desvalorização, que trará vantagens nas exportações, mas trará desvantagens dramáticas no nível de inflação.

Temos uma moeda forte que não tem se desvalorizado. Ao contrário, tem se valorizado. Mas estamos já com indicadores de inflação. E a inflação continuando, a moeda cai automaticamente.

Temos uma transferência de renda para a população pobre, que é um dos grandes indicadores, mas ela não é capaz de dar o salto para tirar os pobres da pobreza. Ela apenas dá renda aos pobres – o que já é uma coisa boa – que lhes permite comprar bens essenciais. Mas ninguém compra alfabetização com renda. Ninguém compra a escola do filho com renda, nas camadas pobres. Só os muito ricos podem pagar por isso. Ninguém compra um sistema de saúde bom com salário mínimo, com salários baixos. A prova é que a classe E tem melhorado, Senador Ataídes, mas a gente vê a tragédia da saúde todos os dias pela televisão.

Esses são três itens preocupantes. Mas têm alguns que são bem mais, porque não há dúvida sobre eles. São os elementos que acendem uma luz pelo menos amarela para adiante.

O primeiro deles – e o Senador Arruda até tocou nisso – é o caso do endividamento. Mas eu nem falo do endividamento em geral. Falo especificamente do endividamento das famílias brasileiras. Hoje, as famílias brasileiras estão endividadas, por 100 meses, algumas. E o grave é que, sem esse endividamento, a economia não cresce. Porque nós crescemos vendendo produtos para uma população que não tem renda suficiente para comprar, e a única forma é postergar o pagamento, por meio de empréstimo bancário. Esse endividamento é o risco do que aí fora se tem chamado de “bolhas”, que explodiram nos Estados Unidos no setor imobiliário e, aqui, podem explodir no setor dos bens de consumo.

É preciso estar alerta ao grau de endividamento das famílias. Mas não só isso: é preciso estar alerta também ao grau de endividamento das empresas brasileiras. E aí há dois tipos de endividamento. O endividamento positivo para investir, que é ameaçador, mas é positivo, é um risco necessário. Mas tem um outro: é o endividamento para pegar dinheiro lá fora e especular aqui dentro na taxa de juros alta.

Essa é uma ameaça estrutural.

A outra é a taxa de juros, mas não sejamos simplistas, como alguns são ao dizerem: “A taxa de juros está alta, vamos baixar a taxa de juros para evitar esse problema”. Há uma relação estrutural que define a taxa de juros. A taxa de juros não é fruto apenas da vontade do Banco Central ou dos donos dos bancos ou do Governo, que é dono do Banco do Brasil. Não! A taxa de juros tem a ver com o excesso de endividamento. A taxa de juros tem a ver com o nosso consumo elevado que exige endividamento e que faz subir a taxa de juros. Não tem jeito de baixar a taxa de juros quando todo mundo está querendo pegar dinheiro emprestado, como acontece hoje o povo brasileiro. Esse é um ponto perigoso.

E a taxa de juros também é relacionada a outro aspecto em que se precisa acender uma luz amarela, quase vermelha, que são os gastos públicos. E os gastos públicos têm que ser analisados, pois são de dois tipos: tem o gasto público para investimento, que traz vantagens; agora, tem o gasto público para custeio, que traz vantagem apenas imediata, dinamizando a demanda. Agora, os gastos em investimentos com portos, estradas, escolas, universidades, hospitais, esses gastos de investimentos trazem benefícios permanentes, mas o custeio traz benefícios apenas momentâneos, conjunturais. Parte da boa situação da economia brasileira hoje se deve aos gastos públicos, mas são benefícios conjunturais.

Nós temos que analisar também o problema da nossa infraestrutura. Esse é um gargalo que só será superado quando tivermos grandes investimentos do setor público. Esses grandes investimentos do setor público só serão viáveis quando tivermos uma relação da renda pública com custeio menor que com investimento. Nós temos que tomar cuidado, porque a infraestrutura pode inviabilizar a continuidade da boa situação em que está a economia brasileira, mas em que não anda a economia brasileira, porque ela anda sobre as estradas, sobre os portos, sobre as universidades.

Nós temos um problema sério de burocracia que atrapalhará e inviabilizará a continuidade da economia brasileira. Temos que quebrar essa máquina burocrática que dificulta cada ação para dinamizar a economia, mas temos de ter cuidado para não destruímos a burocracia em troca de destruímos também as regras, os sistemas de controle, os segredos que estão querendo quebrar, para que se possam fazer mais rapidamente os estádios de futebol. Quebra a burocracia, mas quebra a transparência e “desinstitucionaliza” os investimentos. Isto é um problema: como ter instituições sem burocracia, que dê tranquilidade ao funcionamento da economia, sem amarrá-la, impedindo que ela cresça.

Temos o problema da corrupção. É difícil manter uma economia crescendo por muito tempo se grande parte do dinheiro público, e mesmo do dinheiro privado, vaza e sai do sistema sob a forma de corrupção, que serve para aumentar a bolha, inclusive como forma de lavagem de dinheiro, que não traz rentabilidade e dinâmica. A corrupção é um entrave que o Brasil precisa perceber como uma luz muito forte de alerta para o risco de uma economia, que está bem, começar a ir mal.

Temos o problema do corporativismo, em que cada um defende o seu e ninguém defende o de todos. Cada setor quer crescer, seja na defesa de salários, seja na defesa de lucros, seja na defesa de rendas, e ninguém quer abrir mão para um bem comum de toda a economia brasileira. O corporativismo, que divide a República brasileira em uma quantidade de “microrrepúblicas”, é uma ameaça à continuidade do estado em que a economia está hoje. Esse corporativismo é capaz de fazer com que a economia, que está bem, vá mal daqui a algum tempo.

Temos o problema da inflação. Felizmente, os indicadores mensais estão demonstrando uma redução da sua tendência de crescimento, mas é preciso lembrar que essas tendências são, às vezes, sazonais. Elas são reflexos daquele mês, que naturalmente, a cada ano, apresenta indicadores menores. Não dá para comemorar plenamente a redução das taxas de inflação desses meses, embora devêssemos tomar isso com certo alívio, porque tragédia seria se estivessem crescendo.

Temos o problema sério da carga fiscal. Manter o crescimento da economia com quase 40% de receita fiscal – e essa receita gasta em custeio – é uma ameaça, um alerta, uma luz quase vermelha, tanto porque provoca inflação, quanto porque mantém a taxa de juros elevada, como também porque impede que o dinheiro vá, como deveria, para construir a infraestrutura.

Temos um problema seriíssimo: a história brasileira é uma psicologia coletiva brasileira do problema da alta preferência nossa, do Brasil, por consumo, deixando de lado a inflação, diferentemente de muitos países. A China chegou a poupar 40% da renda. O Brasil não consegue poupar 20%. E quem não poupa em sua casa sabe dos problemas que vai ter adiante. O país que não poupa tem os mesmos problemas que tem uma família que não poupa. A família que não guarda dinheiro é o país que não guarda dinheiro – não guardar no colchão, mas guardar investindo, guardar produzindo.

Temos o problema sério da desigualdade. Mesmo que se diga que hoje a desigualdade é menor que há alguns anos – e pode até ser –, tudo indica que a desigualdade brasileira diminuiu menos que em quase

todos os outros países. Essa é uma tendência recente, felizmente, dos últimos anos: uma ligeira diminuição da renda. Primeiro, o Brasil comemora ser um dos últimos e não ser o primeiro. Jamais o Brasil comemoraria sua posição na redução da desigualdade, se a nossa seleção de futebol estivesse na mesma posição na Copa do Mundo, quando só comemoramos quando somos campeões. Na desigualdade, estamos comemorando não ficarmos fora da Copa, termos passado pelas eliminatórias, mas sem termos uma posição igual a de outros países. Mais grave ainda: estamos falando de desigualdade de renda, mas não estamos falando de redução de desigualdade da saúde, de redução de desigualdade da educação, de redução de desigualdade do transporte público, comparando com os outros. Essa desigualdade é grave.

Presidente, guardei por último, de propósito, o que sempre falo. A educação é um gargalo que pode inviabilizar o crescimento brasileiro daqui a alguns anos. Até o séc. XIX, era possível crescer sem precisar de boa educação. Bastava ter terra fértil e a gente exportava as nossas, como hoje chamamos, *commodities*. Bastava terra fértil e escravos; depois, terra fértil e imigrantes pobres; depois, terra fértil e máquinas colheitadeiras. Hoje, não! Hoje, para uma economia ser sólida e estável, ela tem que exportar bens de alta quantidade de inteligência, ela tem que exportar produtos de alta tecnologia. E produtos de alta tecnologia só são viáveis em um país quando há educação boa para todos. Essa educação boa para todos permite uma boa educação para alguns na universidade e essa universidade boa permite grandes centros de ciência e tecnologia, casados com o setor industrial, criando novos produtos. Não há futuro, por melhor que esteja hoje a economia, para a economia ir em frente, se não formos capazes de dominar ciência e tecnologia, a serviço da economia.

Nesta semana, eu vi - não consegui identificar a fonte - que uma fábrica de *tablets*, esses novos computadores que a gente usa por aí, deixou de vir para o Brasil por falta de engenheiros na quantidade que se precisava, na quantidade e na qualidade. Como foi com os *tablets*, isso é em quase tudo. Hoje, nós importamos os remédios de qualidade, os equipamentos de saúde de qualidade. Hoje, nós importamos tudo que exige alta quantidade de inteligência ali dentro. Até com os aviões da Embraer, essa maravilha da indústria brasileira que tanto nos orgulha, grande parte dos mais sofisticados componentes, aqueles que exigem mais inteligência, é importada. Pode-se dizer que isso é resultado da globalização, mas por que os outros países globalizados importam nossos produtos primários e nós importamos os produtos de alta tecnologia?

Lembro, para deixar como uma coisa bem concreta, que este País, que deixa de receber fábrica de *tablets*, computadores modernos, por falta de engenheiro, tem uma das maiores conquistas de sua história, que é o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, com o seu futuro, de certa maneira, arranhado, porque os seus professores vão se aposentar e a gente não está vendo dinheiro suficiente para contratar novos.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB - SE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) – Darei em um minuto.

Mais grave que isso: por causa do corporativismo deste País, hoje, é difícil contratar professores para o ITA, porque ganha-se muito mais em outros setores da economia. Outros setores da economia, que prefiro nem citar, pagam salários muito superiores aos dos professores do ITA. Basta dizer, para que vocês vejam quais são os setores que conseguem atrair os melhores, que o salário de um professor hoje do ITA, lá em cima, não deve chegar a R\$8 mil, R\$10 mil. E a gente tem setores da economia pública brasileira que ganha R\$18 mil, como primeiro salário, não raro R\$23 mil. O de um professor do ITA dificilmente chega a R\$10 mil.

Tudo isso – e vou passar o aparte ao Senador Valadares – mostra que a economia brasileira está bem, mas não vai bem. Ela está bem do ponto de vista de hoje, na conjuntura; ela não vai bem do ponto de vista do futuro por razões estruturais. E o que estou fazendo aqui hoje, de certa maneira, é uma continuação do que fez o Senador Pedro Simon do ponto de vista da política. Ele fez alertas à Presidenta Dilma, do ponto de vista da ética no seu Governo, do ponto de vista das decisões do seu Governo, politicamente; eu estou fazendo esse alerta do ponto de vista da economia. E o faço com a tranquilidade de quem pertence ao bloco de apoio, porque o bom apoiador é aquele que alerta dos riscos que sofre o governo que ele apoia.

Essa é a minha fala, Sr. Presidente, mas eu gostaria, com muito prazer, de dar um aparte ao Senador, que representa tão bem uma parte do meu Nordeste, Senador Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB - SE) – Com a anuência do nosso Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer que o discurso de V. Ex^a, como sempre, é um discurso focado na substância, na verdade, na eloquência e, acima de tudo, no compromisso que tem V. Ex^a com o Brasil. Compreendo que as suas palavras vêm ao encontro de toda a sociedade brasileira no sentido de que nós aqui, da base, devemos apoiar o Governo naquilo que for essencial ao nosso País, mas também alertar o Governo, e V. Ex^a o faz com muita propriedade, quando afirma que

há técnicos, em determinados setores, faltando para a implantação de indústrias em nosso País. No que se refere ao *tablet*, ou seja, ao iPad que será implementado, construído aqui no Brasil, não há nenhum fator impeditivo. Já foram contratados, segundo informações do próprio Ministério da Ciência e Tecnologia, Senador Mercadante, 175 engenheiros, que foram fazer estágio, um treinamento lá na China. Agora, há necessidade de mais 200 engenheiros. Daí que a fábrica, de nome de Foxconn, a fim de fazer essa indústria, vai ter a necessidade de mais técnicos, de mais engenheiros, e por isso adiou a implantação da fábrica do mês de julho para o mês de setembro. Mas não vai o Brasil deixar de ganhar essa fábrica. Portanto, acho que o futuro depende muito justamente da montagem de uma estrutura nas universidades, na pesquisa, nas escolas do Brasil inteiro, particulares e públicas, dando prioridade à formação de técnicos nas mais diferentes áreas: área de informática, de engenharia, de mecânica, de química, de física, enfim, todas essas carreiras técnicas que exigem do Brasil muito esforço, muito trabalho, muito dispêndio financeiro e compromisso com o futuro. Por isso, parabéns a V. Ex^a. Na próxima terça-feira, não só o PSB, mas também o PDT estará junto com a Presidenta Dilma, e lá V. Ex^a terá a oportunidade de focar pessoalmente esse assunto tão importante da preparação do futuro para o Brasil tecnológico, o Brasil da modernidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Senador Valadares, quero agradecer muito, porque eu próprio tinha dito que ouvi falar que a empresa não estava fazendo o projeto por falta de engenheiro e que eu ia buscar as fontes. O senhor confirmou, apenas lembrando que é um adiamento, por enquanto. Mas, de qualquer maneira, é fato.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Foram contratados 175 engenheiros, que foram à China fazer o estágio, o treinamento, a qualificação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas ainda faltam 200, não é isso?

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Ainda são necessários 200 engenheiros. Naturalmente que a empresa vai encontrar e vai conseguir formular o seu projeto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas, veja bem: primeiro, confirma que de fato há esse problema; segundo, estamos mandando para a China? Faz 30 anos a China estava muito atrás do Brasil. Agora mandamos para a China? Ou mandamos para a Coreia, que 30 anos atrás estava saindo de uma guerra, estava muito atrás do Brasil? Ou vamos mandar para a Irlanda, que 20 anos atrás estava muito atrás do Brasil?

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – A fábrica é da China, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito bem. A China, então, é capaz até de inventar o produto.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – É claro. A China está muito acima...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito acima de nós. Mas 30 anos atrás ela estava atrás. Quarenta anos atrás, a Coreia estava saindo de uma guerra, com tudo desarticulado. Hoje eles inventam também os produtos.

Primeiro, nós não inventamos um *tablet*, não conseguimos. Nós vamos fabricar aqui um chamado qualquer coisa em chinês. Não vai ter um nome brasileiro. Como nossos carros; não há um carro brasileiro, com nome brasileiro. Ou com nome coreano. A gente não inventa o produto.

E até mesmo engenheiros temos de mandar serem treinados, porque não estão prontos. Além disso, vamos falar com franqueza: 170, 300, 500, 1000, 5000 engenheiros para um país de 200 milhões de habitantes não é nada, Senador Valadares!

É muito pouco! A gente não fez o esforço, e faz muito mais de vinte anos que tem gente dizendo que isso vai acontecer.

Este discurso pode ser o primeiro meu, mas quantas pessoas vêm alertando que isso vai acontecer? Por que a Índia descobriu, a Coreia descobriu, a China descobriu e começaram a investir em educação, a formar a mão de obra, e a gente não o fez? Agora, a gente está correndo atrás do prejuízo, mas do prejuízo para formar o técnico que vai montar as peças, e não para formar o cientista que vai inventar o produto. Nós não temos nem como imaginar inventar esses produtos hoje, daqui a dez, quinze ou mesmo vinte anos, a não ser com uma revolução na educação o que espero que seja possível.

Pois bem, o que estou fazendo é o que alguns vêm fazendo há muitos anos: alertando. E lembre-se de que deixei a educação por último. Antes disso, eu li, exatamente, creio que quinze itens que ameaçam o futuro da economia brasileira. A educação é um deles, mas os outros – nesse tempinho eu concluo –, só para citar, são: o endividamento das famílias, o endividamento das empresas, a dívida do setor público, os gastos públicos, as limitações da infraestrutura, a institucionalidade, a burocracia, a corrupção, o corporativismo, a inflação, a carga fiscal, a baixa poupança e a desigualdade.

São luzes amarelas acendendo diante de nós. Temos condições de desarmar todas elas, se nós as vemos. Quem não vê o sinal amarelo não consegue

parar o carro. Por favor, vejamos que há sinais amarelos que podem ficar vermelhos em pouco tempo e parar uma coisa tão boa que temos tido, que é uma boa economia brasileira, que está bem, mas que não vai bem.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Senador Cristovam, quero parabenizá-lo por esse belíssimo discurso, que, na verdade, é peculiar a V. Ex^a, mas gostaria de fazer um ligeiro comentário sobre tantos itens de tamanha relevância que o senhor colocou hoje nessa tribuna desta Casa.

O senhor se refere à dívida das pessoas físicas. É grave, mas é muito grave mesmo. É sabido por todos nós que o consumo alavanca a economia de um País, mas ela pode ter o outro lado, que é muito perigoso. Eu vejo que, a médio e longo prazo, o povo brasileiro, as pessoas físicas estão comprometidas, e isso compromete a nossa economia.

O senhor também falou sobre a nossa infraestrutura, que também é um grande gargalo. Isso tem tolhido muito o crescimento do nosso País. Percebo, meu Senador, que a iniciativa privada tem até feito a sua parte, mas a parte pública, os órgãos públicos, o Governo deixa a desejar. É uma colocação que eu gostaria de fazer.

O senhor também falou sobre a corrupção. Isso é uma coisa que corrói, que destrói qualquer Nação, e essa corrupção no nosso País virou moda. É lamentável. Antigamente, falava-se da Lei de Gerson, hoje já não é mais a Lei de Gerson; hoje, ser desonesto neste País, infelizmente, passou a ser qualidade, mas isso não é verdade, e nós vamos mudar esse quadro.

Além da corrupção, meu Senador, o que mais me preocupa é a irresponsabilidade dos nossos gestores – com as exceções, evidentemente – e a incompetência. Isso me preocupa muito. Essas obras inacabadas neste País... Quantos bilhões não há ali que poderiam ir para a saúde pública e evitar a morte de milhares e milhares de crianças, não nos hospitais, mas nas filas dos hospitais? Eu também não poderia deixar de colocar.

O senhor disse, sobre a nossa economia, que ela está boa, e ortodoxamente não está boa. Eu poderia concluir da seguinte forma: a nossa economia tem andado, tem caminhado por osmose.

Muito obrigado. Fiquei muito contente com o discurso de V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu que fico contente. Agradeço a sua generosidade com o tempo e seus comentários finais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Com a palavra o nosso Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Cristovam Buarque, na sapiência que lhe é peculiar, analisando a situação do Brasil, reconheceu que o nosso País vai bem. Apenas ele disse que está bem, mas não vai bem.

Eu digo de outra forma. Acho que o Brasil vai bem, mas precisa melhorar. Esse é o esforço que nós todos devemos fazer, o Governo da Presidenta Dilma, no intuito de colocar no Brasil uma estrutura de ensino adequada e capaz de oferecer, no futuro, tudo aquilo de que nós precisamos para desenvolver na ciência e na tecnologia.

Esse esforço precisa ser desenvolvido a cada dia do nosso governo.

O Brasil melhorou? Sem dúvida alguma. Avançou em vários aspectos, principalmente no aspecto social. Aquela dívida social tremenda que nós tínhamos, de milhões de pessoas passando fome e vivendo na miséria, hoje, nós podemos dizer que, com os programas de distribuição de renda que foram feitos no Brasil, que estão sendo executados e outros novos surgindo, como o Brasil Sem Miséria, estão recompondo aquela solidariedade que sempre foi uma qualidade do brasileiro. A solidariedade ao ser humano. A solidariedade a todos aqueles que, direta ou indiretamente, poderiam e, no entanto, por motivos sociais, não estão participando ativamente do crescimento do nosso País, os chamados miseráveis.

Portanto, Senador Cristovam Buarque, concordo com V. Ex^a em gênero, número e grau, que o futuro do Brasil depende disto, do investimento no setor educacional, com foco nas condições das universidades, para que as pesquisas sejam fomentadas, para que as novas escolas técnicas que estão surgindo, surjam ainda mais, para que haja uma expansão universitária ainda maior do que já houve no governo do Presidente Lula. Lá, no próprio Estado de Sergipe, nós já temos a expansão da universidade federal para os Municípios do interior. Hoje, podemos dizer que, futuramente, dentro em pouco, médicos que antigamente só se formavam na capital, agora vão se formar também no interior do Estado. Professores que só poderiam ter o seu diploma universitário na capital, agora já podem obter esse direito no interior. Isto é, descentralizando o setor educacional e também melhorando a qualidade do ensino em todo Brasil. Isso é um esforço desenvolvido pelo Governo no intuito de preparar o futuro. Mas ainda não chegamos lá. V. Ex^a tem razão.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Permita-me, Senador. Só para dizer que estou totalmente de acordo. Aceito até mudar a minha expressão: “o Brasil está...” – o Brasil não, eu falei economia. “A

economia está bem, mas não vai bem”, pelo que V. Ex^a disse. “A economia está bem e pode melhorar”, eu aceito. Com um detalhe, a gente só melhora quando a gente fala, diz o que é que vai mal.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Correto.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Se a gente não identifica as luzes amarelas antes de ficarem vermelhas, a gente não melhora. O que eu tentei fazer foi, na linha do que V. Ex^a disse, o Brasil vai bem e precisamos melhorar. Eu quis alertar para alguns pontos sem cujo enfrentamento nós não continuaremos indo bem. No mais, estamos de acordo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a não tenha receio, porque as suas palavras sempre são levadas em conta por aqueles que pensam no melhor para o Brasil, inclusive eu. Estou inteiramente de acordo com que devemos sempre refletir, devemos sempre procurar atualizar o nosso pensamento e devemos sempre alertar o Governo, o nosso Governo, o Governo que nós apoiamos, para melhorar substancialmente a sua qualidade. E a qualidade passa por isso a que V. Ex^a se referiu em seu brilhante discurso.

Mas eu gostaria de falar, Sr. Presidente, sobre aquilo já é um evento, não digo nordestino, mas nacional. A partir de hoje, muitos Senadores já se deslocaram para os seus Estados, notadamente para o Nordeste, onde irão, como eu irei dentro em pouco, participar do nosso tradicional São João.

As festas juninas são uma tradição muito forte do Nordeste do Brasil. Em toda a região, a perspectiva dessas festas transforma as cidades e o espírito das pessoas, que, vivendo em um clima árido, mantêm o hábito de agradecer anualmente a São João, bem como a São Pedro e a Santo Antônio, pelas chuvas caídas nas lavouras.

De fato, a afinidade com essas festas está profundamente arraigada na nossa alma. Muitos nordestinos que residem fora de seus Estados costumam economizar dinheiro, comprar presentes e voltar com eles para sua cidade natal, na época das festas juninas, a fim de comemorar os Santos.

No Nordeste, é comum que nordestinos peçam licença ou ofereçam-se para trocar o período do Natal por alguns dias de folga em junho ou ainda negociem suas férias para gozá-las no meio do ano e poderem estar presentes às festas juninas em sua terra. O mês de junho é um mês de refluxo migratório, e as companhias de transporte rodoviário e aéreo atestam esse fato.

Na opinião de Rita Amaral, Doutora em Antropologia Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,

“pode-se dizer que a importância dessas festas para as populações nordestinas e nortistas ultrapassa a do Natal, principal festa cristã, e que elas são, historicamente, o evento festivo mais importante dessas regiões, tanto cultural como politicamente”.

O ciclo das festas juninas gira em torno de três datas principais: 13 de junho, festa de Santo Antônio; 24 de junho, São João; e 29 de junho, São Pedro. Durante esse período, o País – principalmente o Nordeste – fica praticamente tomado por festas. De norte a sul, comemoram-se os santos juninos com fogueiras, comidas típicas, música, dança, fogos de artifício. Em razão de ser a época da colheita do milho, as comidas feitas com esse cereal, como a canjica e a pamonha, destacam-se no cardápio dos festejos do Nordeste.

Afora a sua importância cultural, política e social, as festas juninas têm – como se pode perceber pelos números apresentados acima – um papel muito relevante ao movimentar a economia dos Municípios onde são realizadas, beneficiando as populações locais. Toda a região Nordeste se mobiliza para essa grande festa.

Os festejos colaboram para o desenvolvimento e a promoção do turismo nacional, além de contribuírem para a geração de novos empregos e ocupações e também para a valorização do patrimônio cultural, natural e social. Como os Estados da região atraem um expressivo fluxo turístico que busca o sol e as praias nos meses de verão, as festas juninas contribuem fortemente para reduzir os efeitos sazonais que implicariam, não fossem esses eventos, baixa ocupação da rede hoteleira no mês de junho.

Em centenas de cidades nordestinas, os festejos juninos movimentam mais gente que o famoso carnaval brasileiro.

Os arraiais, em alguns Municípios do interior, são confraternizações de dimensões relativamente modestas, mas, em outros, já se consolidaram como mega eventos, que competem entre si e propagam o espírito da festa pelo País afora, chegando a reunir, em alguns casos, até dois milhões de turistas ao longo de um só mês.

O circuito junino do Nordeste é hoje uma atração muito procurada, que atrai brasileiros de todas as outras regiões. Caruaru, em Pernambuco, e Campina Grande, na Paraíba, disputam o título de maior festa do País. A primeira é conhecida como a “Capital do Forró”, ao passo que a segunda proclama a sua festa como “o maior São João do mundo”.

Já o pequenino Estado de Sergipe, onde as festas juninas também são um evento especial e o primeiro de todos, um grande cantor, conhecido por Rogério, apelidou uma das festas realizadas em Areia Branca, a nossa festa realizada no Estado de Sergipe, como

“o país do forró”. A partir de Rogério e de Areia Branca, quando administrava aquele município o Prefeito Souza, Sergipe ficou conhecida em todo o Brasil, no setor turístico, como “o país do forró”.

O meu querido Estado não fica atrás: lá, os santos juninos são intensamente celebrados. A principal característica que destaca a nossa festa é uma extraordinária diversidade, fazendo-a ser considerada por muitos como o melhor São João do Brasil. Eu mesmo considero. E não é bairrismo.

Cada cidade sergipana celebra as datas com características muito próprias. É um espetáculo variado de cores e sabores para agradar todos os gostos. Uma grande festa gastronômica segue paralela às músicas e às danças. Os espetáculos pirotécnicos, outra tradição do ciclo junino, continuam vivos em Sergipe, talvez o único Estado brasileiro a conservar esse ritual em todas as etapas. Brincadeiras, grupos folclóricos desfilando nas ruas, muito xote, xaxado e baião, ritmos musicais genuinamente nordestinos, comida típica da melhor qualidade, paz e harmonia.

Quem passa os festejos juninos em Sergipe nunca esquece. A cada ano, o Forró Caju, realizado nos mercados, e a Vila do Forró, que acontece na orla de Atalaia, atraem milhares de pessoas para os festejos em nossa bela capital, Aracaju.

Lá, o primeiro dia de junho é recebido com uma salva de fogos de artifício, e, a partir daí, a festa começa. Na rua São João, no bairro Santo Antônio, acontece a tradicional troca de mastro, campeonato de quadrilhas e muito forró.

Simultaneamente, os espetáculos multiplicam-se em outros pontos da cidade: no forró-dromo em frente ao Mercado Municipal, no Gonzagão e no Centro de Criatividade se concentra grande parte da população para assistir ao vivo *shows* de artistas regionais e concursos de quadrilha.

Nas cidades do interior de Sergipe, os festejos juninos têm atrativos peculiares e fascinantes. Em Estância, ocorre a batalha de espadas, o barco de fogo e busca-pés. Em Capela, terra do meu querido amigo Sukita, onde o auge da festa coincide com o dia de São Pedro, é realizada a tradicional Festa do Mastro.

A Festa do Caminhoneiro, realizada no período de 12 a 14 de junho, na cidade de Itabaiana – nacionalmente conhecida como capital nordestina dos caminhões –, ocupa um lugar de destaque no calendário nacional do setor, com um público médio de mais de 100 mil pessoas durante o evento. Há 40 anos, os caminhoneiros se reúnem para homenagear o santo padroeiro da cidade e comemorar o Dia do Caminhoneiro com *shows* artísticos, gincanas e desfiles de caminhões. A Feira Nacional do Caminhão representa

papel de excelente vitrine para a exposição de produtos e serviços ligados ao setor de transporte de cargas.

Em cidades como Cristinápolis, Poço Verde, Indiaroba, Tobias Barreto e em tantas outras cidades, talvez de menor porte, como Simão Dias, Pinhão, Pedra Mole, Carira, São Domingos, em todos os lugares, em todos os recantos, o São João é lembrado como a sua maior festa, como o seu grande evento festivo. Em Pacatuba, há o tradicional São João com fogueiras em toda a cidade, forró pé de serra, passando de casa em casa, e *shows* na praça principal. Muribeca comemora seu São Pedro com uma grande festa.

As celebrações juninas em Sergipe são caracterizadas por muita festa, comida e alegria. Há mais de 80 anos, Santo Antônio, São João e São Pedro são festejados nos quatro cantos do Estado, entre fogos, balões, fogueiras, quadrilhas, forró, muita comida e bebida típica. Uma tradição que se fortalece a cada ano e todos contagia. Por sua extraordinária diversidade, o São João sergipano pode ser considerado um dos mais ricos do País, oferecendo a mais ampla gama de atrativos para satisfazer o interesse de todos os visitantes.

Evidentemente, a festa possui importância, também, para a economia do Estado.

A Secretaria de Turismo, recentemente recriada pelo nosso Governador Marcelo Déda, por meio da Emsetur, previa que, durante o mês de junho, chegassem a Sergipe para aproveitar os festejos juninos cerca de 400 mil turistas. A seccional sergipana da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis esperava que a lotação nos dias próximos a São João e a São Pedro chegasse a quase 100%.

Ninguém sabe precisar quanto o São João movimenta a economia de Sergipe, mas alguns dados revelam que as transações comerciais têm um incremento significativo nessa época. Prova disso é o aumento do consumo de combustíveis e até do gás de cozinha, meio essencial para que o sergipano leve à mesa as tradicionais comidas juninas, como a pamonha, a canjica e o milho cozido. Até no mercado imobiliário da cidade de Capela, onde a festa de São Pedro ocorre há mais de 70 anos, observa-se um forte aquecimento nesse período, com grande elevação nos valores dos aluguéis.

O impacto do São João no comércio sergipano é, portanto, difícil de mensurar, haja vista que boa parte das transações é informal, como aquelas realizadas pelos pequenos produtores de milho e amendoim, as relativas ao trabalho das costureiras, das doceiras e dos trios pé de serra. Mas junho é um mês de boas vendas em vários segmentos, e, conseqüentemente, isso melhora a arrecadação do ICMS. Importa ressaltar, ainda, que o São João tem maior capacidade de

internalizar os recursos do que outros eventos e que a festa não está centralizada apenas na capital, criando um movimento de turistas dentro do próprio Estado.

A expectativa dos comerciantes sergipanos era de que o aumento de consumo ocasionado pelos festejos juninos levasse a um crescimento expressivo nas vendas deste ano em relação ao ano passado. Além do setor de roupas e calçados, a venda de comidas típicas, bebidas, fogos, fogueiras e artigos de decoração aquece a economia. No Ceasa sergipano, as vendas chegam a crescer 40% em relação a maio, sendo o milho o carro-chefe. Além dele, outros produtos, como o amendoim, a castanha, a laranja e as tradicionais fogueiras, também têm suas vendas aumentadas. Com efeito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o São João é uma festa que dá alegria – mas também dá alegria aos comerciantes – e promove o crescimento da nossa economia.

A longa tradição de homenagear os santos juninos, que na verdade remonta ao período colonial, deitou profundas raízes na alma do povo nordestino. Os festejos, que sempre contaram com o decidido engajamento das comunidades locais, passaram a adquirir, no período mais recente, características de grandes eventos, atraindo enorme público, oriundo inclusive de todas as demais regiões do Brasil.

Nesse contexto, a grande importância cultural, política e social que as festas juninas sempre tiveram passou a somar-se um significativo papel na economia local e regional. Hoje, esses festejos movimentam toda a cadeia produtiva de Municípios onde se realizam, gerando emprego e riqueza para a população.

Por fim, nessa medida, as festas juninas do Nordeste merecem o apoio decidido não apenas dos governos locais, mas também da Administração Federal, por intermédio dos Ministérios da Cultura e do Turismo, que se devem fazer presentes com apoio, assistência técnica para realização e divulgação dos eventos, bem como no apoio à articulação com agentes privados que possam atuar como patrocinadores.

Concedo um aparte, com muito prazer e alegria, ao Senador Cristovam Buarque. Sei que V. Ex^a já ia se retirando, mas resolveu ficar para ouvir o meu discurso. Muito obrigado. Eu lhe concedo um aparte com muita alegria.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Eu fiquei como pernambucano e, também, para dizer que, hoje, o Distrito Federal é uma região em que há uma quantidade de festas juninas que surpreende qualquer um de fora do Distrito Federal, Senador Ataídes – o senhor não imagina. Claro que se explica. Nós somos, no Distrito Federal, quase metade nordestino, e goiano, e mineiro, e carioca, e gaúcho. Ceilândia, por exemplo,

é uma cidade nordestina, e aí a quantidade de danças que a gente vê pelas ruas faz a gente pensar que está numa cidade do Nordeste. Fora isso, tirando a defesa do Distrito Federal, eu ainda acho que a maior festa junina, mesmo, é a de Caruaru – e não podia pensar de maneira diferente por ser pernambucano –, embora dispute muito com Campina Grande e com todas as cidades em que há grande festa como essa no seu Estado, Sergipe. Mas parabéns pelo seu discurso, trazendo esse aspecto cultural para dentro do Senado e fazendo com que o Brasil inteiro veja a vitalidade da cultura nordestina.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Fiquei muito satisfeito em saber que Brasília, sendo uma cidade nordestina – grande parte dos construtores de Brasília realmente veio do Nordeste do nosso País –, está comemorando São João como no Nordeste.

Parabéns a V. Ex^a, que é um nordestino autêntico. Certamente, essa sua qualidade não só de educador como de nordestino sincero que tem a palavra abalizada para dizer a verdade fez V. Ex^a o Senador mais votado, por mais uma vez, do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Parabéns, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – A Sr^a Senadora Angela Portela e os Srs. Senadores Romero Jucá, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Ciro Nogueira enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é com muita satisfação que venho hoje a esta tribuna para registrar um evento que considero histórico para todos os brasileiros e brasileiras e, especialmente, para aqueles mais de 7 milhões que vivem do trabalho doméstico e que, de forma injustificável, não têm os mesmos direitos das demais categorias profissionais.

Essa realidade começa a mudar. Durante a 100ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, na Suíça, os países membros da Organização Internacional do Trabalho-OIT, aprovaram na última quinta-feira, 16, uma convenção que confere aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos dos demais trabalhadores.

Trata-se de um avanço notável no reconhecimento de direitos e melhoria das relações de trabalho para uma categoria que, no Brasil, é formada majoritariamente

mente por mulheres e, mais ainda, mulheres negras e pobres, o que evidencia, como já afirmamos neste Plenário, a precarização do trabalho doméstico de um modo geral.

As mulheres correspondem a 93% dos trabalhadores domésticos no Brasil e mais de 60% delas são negras. Dos 7 milhões de trabalhadoras domésticas, apenas 26% têm carteira assinada e, mesmo estas não desfrutam dos mesmos direitos assegurados na CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho.

Por essas e outras razões, Sr. Presidente, a equiparação das trabalhadoras domésticas às demais categorias é uma das principais bandeiras do meu mandato parlamentar. Na Câmara dos Deputados, apresentamos em 2010 o Projeto de Lei 7570, que estabelece a duração do trabalho, não superior a oito horas diárias e 44 semanais, assim como assegura o pagamento de horas extras, adicional noturno, salário-família, entre outros direitos que regulam as relações de trabalho no nosso País.

Uma vez que este projeto não passou ainda pela análise da Câmara dos Deputados e, diante das novas orientações da Organização Internacional do Trabalho, estamos apresentando nesta Casa uma Proposta de Emenda à Constituição com as mesmas características.

Este é o caminho adequado para que o Brasil, que já sinalizou na OIT o interesse de estender os direitos trabalhistas às domésticas, possa ratificar a convenção aprovada na semana passada em Genebra.

A despeito dos avanços alcançados após a Constituição de 1988, que assegurou uma série de direitos antes negados aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas, ainda existe muito a ser feito no sentido de aprimorar a legislação federal para que estes possam alcançar as mesmas condições de trabalho, o mesmo nível de proteção social dos demais.

A Lei 5.859, de dezembro de 1972, portanto com quase 40 anos, representa um retrato fiel da época, trazendo ainda o ranço do machismo e do viés escravista da nossa sociedade. Esta lei confere aos trabalhadores domésticos férias de 30 dias com pagamento de um terço adicional, estabilidade para gestantes até cinco meses após o parto e o registro no Instituto Nacional do Seguro Social para efeitos de aposentadoria e outros benefícios.

Com a Constituição de 1988, esses direitos foram ampliados. Foi assegurado aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas o salário mínimo, 13º. salário, a irredutibilidade salarial, repouso remunerado, licença maternidade de 120 dias e aviso prévio.

No entanto, nem a Lei 5.859 nem a Constituição Federal tratam de temas como a jornada de trabalho noturna e o pagamento de horas extras. Essa é uma

das razões que fazem com que a carga horária dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas chegue a 58 horas semanais, na média. Isto representa 14 horas a mais, por semana, que os demais trabalhadores já protegidos pela legislação, cuja carga horária é de 44 horas semanais.

Além disso (e o que é ainda mais cruel), as domésticas não têm assegurada a inclusão no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ficando alijadas da possibilidade de recebimento da multa por demissão sem justa causa e, pior ainda, sem poder recorrer ao Seguro Desemprego, sabendo-se que a rotatividade dos trabalhadores domésticos é uma das maiores no universo do trabalho remunerado.

Esses são os direitos que ainda são negados, Sr. Presidente e que, agora, o Brasil tem a obrigação de estender a todos os trabalhadores brasileiros, uma vez que nosso país foi um dos principais defensores, no âmbito da OIT, da Convenção do Trabalho Doméstico.

Nem vamos entrar aqui na questão do preconceito, da discriminação, das dificuldades enfrentadas por milhões de trabalhadoras domésticas deste país, que vão desde as cargas de trabalho abusivas, as duplas e triplas jornadas, os constrangimentos a que são submetidas, enfim... tantas situações que foram muito bem retratadas em recente e amplo estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas-IPEA, e que já abordamos aqui neste Plenário em pronunciamento anterior.

O que queremos, neste momento, é deixar registrada a decisão da Organização Internacional do Trabalho, com o apoio do Brasil, de estender às domésticas os mesmos direitos dos demais trabalhadores. É um passo importante, mas há outros e ainda mais necessários, sendo o mais urgente a ratificação desta Convenção aprovada em Genebra pelo nosso Congresso Nacional. O Brasil tem tudo para sair na frente, para ser o primeiro país a ratificar tal acordo.

Neste sentido, pedimos o apoio dos demais colegas para avançarmos nesses entendimentos rapidamente, para aprovarmos a Proposta de Emenda à Constituição que pode promover melhoria significativa nas relações de trabalho em nosso país, colocando fim a esta discriminação desnecessária e anacrônica que existe contra os trabalhadores domésticos.

Todos nós sabemos da importância destas profissionais, das diaristas, babás, motoristas, jardineiros, tantas atividades tão necessárias no nosso dia a dia. São estas profissionais, que atuam exclusivamente nos nossos lares, que desfrutam da nossa inteira confiança, que cuidam das crianças, do preparo das refeições, são eles e elas que permitem a milhões de brasileiros

e brasileiras ausentar-se do lar, todos os dias, em busca de novas oportunidades econômicas e financeiras.

Sem os trabalhadores e trabalhadoras domésticas, a emancipação feminina, tão festejada como um retrato de nossa época, não seria possível. A conquista do mercado de trabalho pelas mulheres – 40 milhões de brasileiras, para ser exata -, não teria se dado na velocidade em que ocorreu se não fosse o inestimável apoio destas profissionais que assumem muitas de nossas atribuições como donas de casa e mães de família.

Ao equiparar os trabalhadores domésticos aos demais, o Brasil estará corrigindo uma injustiça sem tamanho e, mais importante, estará marcando um novo momento em nosso tão mencionado processo civilizatório.

É, portanto, com muita alegria, como já disse, Sr. Presidente, que venho a esta Tribuna para registrar a decisão da Organização Internacional do Trabalho, com 396 votos favoráveis e apenas 16 votos contrários.

Estamos agora diante de uma oportunidade inédita de promover os trabalhadores e trabalhadoras domésticas à cidadania plena. Tenho certeza que esta Casa, que todos aqui compreendem a importância de, rapidamente, incorporar esta decisão à nossa legislação para que, nunca mais neste país, tenhamos trabalhadores de primeira e de segunda classes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, foi com muita satisfação que recebi o Relatório de Ações Sociais 2010, da TV Globo. Uma vez mais tive a oportunidade de confirmar que a empresa está comprometida de maneira perene com a consecução de sua função social, cumprindo apropriadamente aquilo que a Constituição Federal determina a respeito de como deve ser a conduta de uma empresa.

Hoje todos sabemos que a empresa moderna não tem na sua finalidade apenas a produção do lucro. Uma empresa devidamente sintonizada com o presente e o futuro é aquela em que seu comportamento visa a cumprir a chamada função social, ou seja, uma organização econômica produzindo inúmeros reflexos na vida social de maneira positiva. A TV Globo tem sabido fazê-lo, seja por meio de programas saudáveis, seja por meio de ações voltadas à ampliação dos direitos do cidadão.

Assim, vejamos alguns exemplos da atuação social da Rede Globo.

Em primeiro lugar, o Criança Esperança completa 25 anos de existência com um belíssimo portfólio. Somente na edição de 2010 foram mais de dezessete

milhões de reais arrecadados e, em vinte cinco anos, foram duzentos e trinta e dois milhões obtidos pelo programa. Em 2010, foram apoiados, com recursos de 2009, 64 projetos e, em 25 anos, foram mais de 5 mil projetos auxiliados e 4 milhões de crianças atendidas.

Em segundo lugar, outro maravilhoso exemplo é o Amigos da Escola, projeto que conta com mais de 5.200 escolas participantes, superando os 3 milhões de estudantes envolvidos e mais de 65 mil voluntários. Em 2010, as atividades envolveram o tema Minha Escola, Minha Comunidade, promovendo 5 grandes encontros de capacitação de voluntariado nos Estados do Acre, Bahia, Pará, Pernambuco e São Paulo.

Em terceiro lugar, há o Ação Global, um projeto do SESI e da Rede Globo que visa a oferecer serviços relevantes de saúde, cidadania, orientação médica, odontológica e jurídica, além de recreação e lazer. Em 2010, foram feitos mais de 2 milhões de atendimentos para 720 mil pessoas em 31 cidades brasileiras, emitindo-se mais de 72 mil documentos, com 438 mil atendimentos médicos e 62 mil atendimentos odontológicos.

Apresentei aqui três belos exemplos levados a cabo pela TV Globo, em cujo relatório de ações sociais 2010 podemos encontrar uma empresa firmemente comprometida com o atendimento de sua função social, colaborando para ampliar a cidadania e colaborando de modo eficaz para produzir um País melhor, mais igualitário e mais justo.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Senhor Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Governo diz que passaportes dos filhos de Lula são legais”, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de 10 de maio de 2011.

A matéria destaca que o Itamaraty decidiu manter a validade dos passaportes diplomáticos dos quatro filhos e três netos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de não ter cumprido o pedido formal de cancelamento do Ministério Público Federal. Segundo o Itamaraty, todos os passaportes diplomáticos expedidos pelo Ministério das Relações Exteriores até 24 de janeiro de 2011 foram concedidos em estrito cumprimento às regras do decreto 5.978/2006.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

A6 poder ★ ★ ★ TERÇA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 2011

Governo diz que passaportes dos filhos de Lula são legais

Itamaraty rejeita pedido de cancelamento; Ministério Público vai recorrer

Embate surgiu depois que a Folha revelou que os passaportes haviam sido concedidos em 'caráter excepcional'

MATHEUS LEITÃO
FLÁVIA FOREQUE
DE BRASÍLIA

O Itamaraty defendeu ontem a decisão de manter a validade dos passaportes diplomáticos dos quatro filhos e três netos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de não ter cumprido o pedido formal de cancelamento do Ministério Público Federal no Distrito Federal.

Em nota, o Itamaraty disse que "todos os passaportes diplomáticos expedidos pelo Ministério das Relações Exteriores até 24 de janeiro de 2011 foram concedidos em estrito cumprimento às regras do decreto 5.978/2006".

Para o ministério, não existem "quaisquer elementos que justifiquem questionamentos à motivação ou à legalidade" da concessão dos superpassaportes aos familiares do ex-presidente.

Ontem, o Ministério Público Federal confirmou, por meio da assessoria de imprensa, que "tomará as medidas judiciais cabíveis" para cancelar os documentos, como a **Folha** havia antecipado na semana passada.

A ação, segundo a **Folha** apurou, pedirá que a Justiça cancele os benefícios, em caráter de emergência.

O embate jurídico entre o Itamaraty e o Ministério Público Federal se arrasta há quatro meses, desde que a **Folha** revelou, no dia 6 de janeiro, que os passaportes de

PRIVILÉGIO DEFENDIDO

Itamaraty reafirma decisão de não recolher passaportes diplomáticos



QUEM PODE TER

Além de titulares de cargos definidos em decreto (presidente e ministros, por exemplo), têm direito ao documento pessoas que, segundo o Itamaraty, devam portá-lo pelo "interesse do país"



FILHOS DE LULA

De 2006 a 2010, o Itamaraty concedeu 328 documentos usando esse critério: quatro filhos e três netos do ex-presidente estão nessa lista



6.jan
Folha revela que filhos de Lula receberam passaporte diplomático no fim do mandato do ex-presidente

7.jan
Filho de Lula diz no Twitter que devolverá o documento



24.jan
Governo anuncia revisão do formato das concessões para torná-las "mais criteriosas"

12.jan
Ministério Público pede anulação de documentos concedidos a pessoas não contempladas pela lei



3.mai
Itamaraty informa que passaportes dos parentes de Lula não foram devolvidos

9.mai
Em nota, Itamaraty defende sua decisão de não recolher os documentos

a dois dias do fim do mandato de Lula, após pedido do então presidente. A iniciativa contrariava o entendimento do próprio órgão sobre a concessão do benefício para filhos de autoridades.

Dezenove dias após a reportagem, o governo brasileiro resolveu alterar o decreto 5.978, citado na nota do Itamaraty, para que a emissão de passaportes diplomáticos passasse a ter "solicitação formal fundamentada" e com os nomes dos beneficiados sendo divulgados no "Diário Oficial".

'CARÁTER EXCEPCIONAL'

O Itamaraty concedeu 328 passaportes diplomáticos em caráter excepcional e por "interesse do país" de 2006 a 2010. Os sete passaportes concedidos aos familiares de Lula estão nessa lista.

O Ministério Público analisou a concessão desses 328 passaportes diplomáticos dados em caráter excepcional e considerou que os sete concedidos aos familiares de Lula eram ilegais, pois não apresentavam justificativas pertinentes, e encaminhou um ofício ao Itamaraty.

O passaporte diplomático dá acesso a fila de entrada separada e tratamento menos rígido nos países com os quais o Brasil tem relação diplomática. Em alguns países que exigem visto, o passaporte diplomático o torna dispensável. O documento é tirado sem nenhum custo para a "autoridade".

dois filhos de Lula — Marcos Cláudio Lula da Silva, 39, e Luís Cláudio Lula da Silva, 25, — haviam sido concedidos em caráter excepcional, por "interesse do país".

O privilégio foi concedido

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “A volta do tesoureiro do mensalão”, publicada pelo jornal Folha de São Paulo em sua edição de 27 de abril de 2011.

A matéria destaca que depois de cinco anos o PT prepara a volta de seu ex-tesoureiro Delúbio Soares ao partido, um dos protagonistas do escândalo do mensalão. Depois de assumir sozinho a culpa pelo

escândalo, Delúbio Soares deve ter refiliação aprovada em reunião da cúpula nacional do PT.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

PT NO DNA

Trinta anos de PT. Esse é o meu DNA. Assim Delúbio descreveu sua relação com o partido em 2009, no blog de Dirceu. Expulso em 2005, ele age como se não tivesse deixado o partido. Até usa a estrela vermelha em seu site, batizado de “Companheiro Delúbio”

PIADA DE SALÃO

Em sua festa de 50 anos, em 2005, Delúbio disse que o mensalão seria esquecido “em três ou quatro anos”. “Tudo será esclarecido e esquecido e acabará virando piada de salão”, disse ao jornal “O Estado de S. Paulo”. Dois anos depois, o STF aceitou denúncia contra 40 acusados de integrar o esquema

O SINDICALISTA

O ex-petista entrou na política numa greve de professores, em 1979. Entrou para o sindicato de professores de Goiás e se afastou das aulas de aula em 1985 para se dedicar à vida sindical

O PROFESSOR

Delúbio é professor de matemática. Foi demitido da rede estadual de Goiás em 2006, acusado de abandonar a sala de aula sem justificativa. Teve que devolver R\$ 4.600 em salários

O CANDIDATO

Burocrata do partido, Delúbio sempre sonhou em passar para o outro lado do balcão. Já quis ser governador de Goiás e agora pensa em se candidatar a deputado pelo PT. Na primeira tentativa, em 1986, não teve votos para se eleger

A volta do tesoureiro do mensalão

27 de abril de 2011

Depois de assumir sozinho a culpa pelo escândalo, Delúbio Soares deve ter refiliação aprovada em reunião da cúpula nacional do PT no fim de semana

BERNARDO MELLO FRANCO

DE SÃO PAULO

Mais de cinco anos depois, o PT prepara a volta de seu ex-tesoureiro Delúbio Soares, um dos protagonistas do escândalo do mensalão.

Fundador do partido e amigo do ex-presidente Lula desde os tempos de sindicato, ele foi o único a ser punido com a expulsão da legenda, em outubro de 2005. Considerado um arquivo ambulante do caso, aceitou o castigo em silêncio, sem entregar os companheiros.

Agora, terá a fidelidade premiada com o retorno à sigla. Seu pedido de refiliação deve ser aprovado neste fim de semana, em reunião da cúpula petista em Brasília.

“O partido vai fazer justiça a Delúbio. Ninguém erra individualmente. Os erros são coletivos”, defende Francisco Rocha, coordenador da corrente Construindo um Novo Brasil e membro da Comissão de Ética do PT.

O ex-tesoureiro é acusado de montar a máquina de arrecadação ilegal que, de acordo com a Procuradoria-Geral da República, foi usada para comprar apoio ao governo Lula no Congresso. Organizava o caixa em encontros clandestinos com o publicitário Marcos Valério de Souza em quartos de hotel “conversas entre amigos”, disse à Polícia Federal.

A dupla recolheu pelo menos R\$ 55 milhões em recursos “não contabilizados”, distribuídos a políticos e assessores em envelopes e saques na boca do caixa.

“Tudo sob as ordens do denunciado José Dirceu”, afirma o Ministério Público.

Delúbio assumiu a culpa pelo ex-ministro, mas responde com ele no STF (Supremo Tribunal Federal) por supostos crimes de quadrilha e corrupção ativa.

O ex-tesoureiro nega o suborno a parlamentares, mas admite ter recebido e repassado “dinheiro não contabilizado” a aliados. Chegou a dizer que o mensalão seria esquecido e viraria “piada de salão”. Depois abaixou o tom. Submergiu.

Nas palavras de um amigo, a eleição de Dilma Rousseff selou o fim do “sacrifício” de um militante que já disse ter o PT em seu DNA.

Dirigentes do partido ouvidos ontem pela

disseram que o pedido de refiliação, avalizado

por Lula, será aprovado com folga.

“As razões que levaram o PT a afastá-lo ainda se mantêm. Não vejo motivo para aprovar sua volta antes do julgamento do caso”, disse o deputado estadual gaúcho Raul Pont, apontado como um dos poucos dissidentes.

Nos últimos meses, o PT reabilitou outros personagens do escândalo, como Dirceu, José Genoino e João Paulo Cunha. A volta de Delúbio, após mais de 1.600 dias de degredo solitário, concluirá a fase política do resgate.

Na área penal, faltará combinar com o STF, que só deve julgar o caso em 2012.

O PAPEL DE DELÚBIO



Acusação

Delúbio é réu no STF por corrupção ativa e formação de quadrilha. Segundo a denúncia, integrava o núcleo do esquema



Ligação

Como tesoureiro do PT, foi o elo entre os petistas e os bancos que distribuíam dinheiro vivo a deputados aliados



Punição

Foi o único denunciado a ser expulso do PT, em 2005. Mesmo assim, nunca entregou os companheiros e agora tenta voltar ao partido

Delúbio segura cigarrilha para Lula sob a mesa durante evento oficial, em 2003

LULA NO CORAÇÃO

Amigo de Lula desde os anos 70, foi fundador do PT (1980) e da CUT (1983). Integrou a coordenação das campanhas presidenciais de 1989, 1998 e 2002. No início do governo, foi flagrado segurando uma cigarrilha que Lula fumava escondido em solenidade oficial

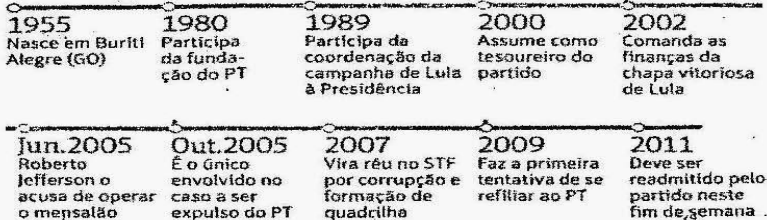
DIRCEU NA CABEÇA

Segundo a denúncia, integrava o núcleo do esquema do mensalão, sob ordens do ex-ministro José Dirceu

AO PÉ DO OUVIDO

A PF, Delúbio contou que se encontrava com o operador do mensalão, Marcos Valério, em quartos de hotel em Brasília, São Paulo e Belo Horizonte. Disse que os dois falavam de política em “conversas entre amigos”

LINHA DO TEMPO



O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, na semana passada, tivemos a notícia de que o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, liberar as manifestações em defesa da legalização de drogas.

Sr. Presidente, recebi a notícia com tristeza. A questão me parece cristalina, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores. O artigo 287 do Código Penal diz de forma inequívoca que fazer, publicamente, apologia de fato criminoso é um crime contra a paz pública. Ora, consumir drogas é proibido no Brasil.

Alegou-se, Sr. Presidente, em primeiro lugar, a garantia dos direitos fundamentais de reunião e de liberdade de expressão. Mas mesmo esses direitos têm seus limites. Organizar-se e reunir-se para cometer crimes, usar a expressão como forma de agressão e de violência, nada disso pode ser tolerado.

Mas o Tribunal alegou também, em segundo lugar, que essas manifestações não configuram crime de apologia ao consumo de drogas ilícitas. Devo discordar do juízo de nossos supremos magistrados. Ora, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, não vejo bem como essas coisas podem ser separadas. É difícil conceber que essas pessoas que se manifestam pela liberação do consumo de drogas não estejam fazendo a apologia desse mesmo consumo.

Argumentou-se que o que estava em questão não era o consumo em si mesmo, mas a proibição do consumo como parte de uma política pública voltada às drogas. Nesse sentido, proibir a manifestação de

opiniões divergentes seria prejudicar o debate em torno da condução das políticas públicas.

De fato, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o debate sobre a melhor maneira de conduzir nossas políticas públicas deve ser, ele próprio, público, aberto, plural, como convém a um regime democrático. Precisamos, sem dúvida, de uma política pública voltada para a questão das drogas. Mas há um pressuposto nesse debate que me parece básico: uma política pública voltada para o problema das drogas deve necessariamente se orientar para o controle, a prevenção, o desestímulo ao consumo dessas substâncias, reconhecidamente nocivas para a saúde.

Sou radicalmente contra, Sr. Presidente, a liberação dessas tais “marchas da maconha”. Não me parece que o debate sobre a melhor maneira de lidar coletivamente com os complexos problemas que surgem em torno do tráfico e do consumo de drogas avance na melhor direção com a liberação dessas marchas.

Defendo com toda a força o direito à manifestação da opinião, mas não posso concordar, sob pena de me sentir cúmplice, com o que, na minha percepção, não é outra coisa senão apologia ao crime.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Não havendo mais oradores, às 19 horas e 21 minutos, dou por encerrada esta sessão.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 21 minutos.)

GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - CHINA
ATA DA REUNIÃO DE REINSTALAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR
BRASIL - CHINA

Aos cinco dias do mês de abril do ano dois mil e onze, às dezoito horas e trinta minutos, no Senado Federal - Ala Sen. Alexandre Costa - Sala 13, na cidade de Brasília - DF, reuniram-se os Senadores, cuja lista de presença segue anexa, integrantes da 54ª Legislatura - 2011/2015, convidados pelo Senador Flexa Ribeiro - PSDB/PA, com o objetivo de reinstalar o Grupo Parlamentar Brasil - China. Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº04, de 07 de maio de 2004, do Senado Federal, fruto do Projeto de Resolução nº37/03, de autoria do então Senador Alberto Silva, do Piauí, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas da República Federativa do Brasil e da República Popular da China. O Senador Flexa Ribeiro após a verificação de quorum declarou aberta a reunião, agradeceu a presença de todos, e designou a Dra. Inubia Sfoggia, para secretariar os trabalhos. Passando, a seguir, ao ITEM 1 da Pauta: **ADESÃO DE MEMBROS E ELEIÇÃO DA DIRETORIA**. Informou que 41 Senadores aderiram ao GRUPO, dando as boas vindas aos mesmos. Apresentou, a seguir, a Chapa Única inscrita para a composição de sua Diretoria que passou a ser examinada e discutida, sendo aprovada por aclamação. Após, o Presidente declarou eleitos e empossou, imediatamente, os membros que comporão a Diretoria do GRUPO para o biênio 2011/2013: **PRESIDENTE DE HONRA: Senador José Sarney** - PMDB/AP, Presidente do Senado Federal. **COMISSÃO EXECUTIVA:** Presidente: **Senador Flexa Ribeiro** - PSDB/PA; Primeiro-Vice-Presidente: **Senador Cicero Lucena** - PSDB/PB; Segundo-Vice-Presidente: **Senador Ciro Nogueira** - PP/PI; Primeiro-Secretário: **Senador Antônio Carlos Valadares** - PSB/SE; Segundo-Secretário: **Senador Eduardo Suplicy** - PT/SP; Terceiro-Secretário: **Senador Luiz Henrique da Silveira** - PMDB/SC e Quarto-Secretário: **Senador Blairo Maggi** - PR/MT. **CONSELHO CONSULTIVO:** Presidente: **Senador Renan Calheiros** - PMDB/AL; Vice-Presidente: **Senador João Vicente Claudino** - PTB/PI; Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - CRE, **Senador Fernando Collor** - PTB/AL. A seguir, o Senador Flexa Ribeiro agora como Presidente eleito, agradeceu a confiança de seus colegas e manifestou o seu desejo de envidar todos os esforços para o fortalecimento dos laços de fraterna amizade e o incremento das relações políticas, comerciais e culturais com a República Popular da China, nosso maior parceiro comercial. Dando prosseguimento à Pauta, passou, de imediato, ao exame do assunto constante de seu ITEM 2: **APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO ESTATUTO**. Apresentou proposta de Estatuto a qual, após examinada e discutida, foi aprovada, por unanimidade. Em seguida, o Presidente designou o **Dr. William Woo** para Secretário-Geral do Grupo e a **Dra. Inubia A.C. Sfoggia** para Secretária Executiva, determinando que tome providências no sentido de comunicar às devidas autoridades sobre a reinstalação do Grupo e a constituição da sua Diretoria, a edição dos atos legais pelo Senado Federal, e definir a Pauta para desenvolver os trabalhos a partir da próxima reunião, a ser agendada posteriormente.

GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - CHINA

ESTATUTO

O Estatuto do Grupo Parlamentar Brasil - China, em vigência, sofreu alterações aprovadas na Reunião de Reinstalação do Grupo Parlamentar na 54ª Legislatura, ocorrida em 05 de abril de 2011, passando a vigorar nos seguintes termos:

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º O Grupo Parlamentar Brasil-China, criado pela Resolução nº 04, de 07 de maio de 2004, do Senado Federal, é reconhecido como serviço de cooperação interparlamentar e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. O Grupo não tem objetivos político-partidários.

Art. 2º O Grupo Parlamentar é integrado pelos Senadores que o fundaram e pelos que a ele aderirem, com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, além de outros previstos neste Estatuto, e pelos Membros Cooperadores, com direitos e deveres previstos neste Estatuto.

Parágrafo único. Ao filiar-se, o Senador ou Membro Cooperador compromete-se a observar este Estatuto.

Art. 3º O Grupo, com sede e foro em Brasília - DF, é constituído por prazo indeterminado e funcionará em dependências do edifício do Congresso Nacional.

Art. 4º O Grupo tem por objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas da República Federativa do Brasil e da República Popular da China, sobretudo nos aspectos político, econômico, comercial, cultural, técnico-científico e do desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar.

Art. 5º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I - visitas parlamentares;

II - realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas de interesse para o desenvolvimento das relações entre o Brasil e a China;

III - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV - intercâmbio de experiências parlamentares;

V - outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Parágrafo único. O Grupo poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade, com entidades nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II

DAS REUNIÕES DO GRUPO PARLAMENTAR

Art. 6º O Grupo reunir-se-á, no mínimo, duas vezes por ano, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões do Grupo serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I

DOS MEMBROS

Art. 7º O Grupo Parlamentar compõe-se de membros de duas categorias:

I - Membros Plenos: Senadores que o fundaram ou a ele aderiram, por meio da subscrição de Termo de Adesão, e tiveram seu nome homologado pela Comissão Executiva.

II - Membros Cooperadores:

- a) ex-senadores que, tendo deixado o mandato, requeiram à Comissão Executiva sua permanência ou adesão no Grupo;
- b) presidentes ou representantes de federações, confederações, organizações da sociedade civil ou outras entidades que tenham interesse nas relações bilaterais objeto do Grupo Parlamentar;

- c) personalidades de destaque na cooperação entre o Brasil e a China, que tenham relevância no trabalho entre os dois países.

§ 1º Os Membros Cooperadores não poderão integrar a Comissão Executiva, tendo apenas direito à voz em suas reuniões.

§ 2º Os membros previstos na alínea "a", do inciso II, integrarão em sua totalidade o Conselho Consultivo.

§ 3º Os membros previstos nas alíneas "b" e "c", do inciso II, escolherão, cada grupo, um representante para compor o Conselho Consultivo.

§ 4º Qualquer membro, pleno ou cooperador, pode desligar-se do Grupo Parlamentar mediante requerimento a ser protocolado junto à Secretaria Executiva.

Art. 8º São direitos e deveres dos Membros Plenos:

I - Dos direitos:

- a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, na forma prevista neste Estatuto;
- b) intervir e votar nas reuniões do Grupo;
- c) participar dos subgrupos e missões do Grupo.

II - Dos deveres:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- b) acatar e cumprir as decisões plenárias e da Comissão Executiva;
- c) comparecer e votar nas reuniões do Grupo e dos órgãos de que for integrante.

SEÇÃO II

DOS ÓRGÃOS

Art. 9º O Grupo Parlamentar terá os seguintes órgãos:

I - Comissão Executiva;

II - Conselho Consultivo.

§ 1º Até dois meses após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros Plenos do Grupo Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, em escrutínio secreto, sendo exigida a maioria de votos e a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou, pelo menos, um terço dos membros filiados, convocados por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 2º O mandato dos membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo será de dois anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

§ 3º Se qualquer membro da Comissão Executiva ou do Conselho Consultivo deixar de fazer parte do respectivo órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 1º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão ou do Conselho, caso em que os cargos serão

preenchidos pelos Membros Plenos do Grupo Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

SEÇÃO III

DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 10. A Comissão Executiva é o órgão dirigente do Grupo Parlamentar e será composta por:

- a) um Presidente de Honra;
- b) um Presidente;
- c) dois Vice-Presidentes;
- d) quatro Secretários.

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros do Grupo.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 3º O Presidente de Honra do Grupo é o Presidente do Senado Federal e a duração de seu mandato coincidirá com a duração de seu termo na presidência da Casa.

Art. 11. Compete à Comissão Executiva:

- I - organizar o programa de atividades do Grupo Parlamentar;
- II - noticiar ao Grupo Parlamentar fatos recentes da política externa bilateral;
- III - coligir trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a outras Comissões do Senado Federal ou em eventos nacionais ou internacionais;
- IV - constituir delegação em missões diplomáticas ou autônomas do Senado Federal;
- V - indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais, dentre os servidores do Senado Federal;
- VI - comunicar à Presidência do Senado Federal, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;
- VII - propor e homologar a admissão de novos membros;
- VIII - propor e homologar a alteração dos Estatutos;
- IX - fixar a competência do Secretário-Geral e do Secretário Executivo;
- X - delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;
- XI - divulgar os trabalhos do Grupo Parlamentar;
- XII - resolver os casos omissos neste Estatuto.

Art. 12. O Presidente da Comissão Executiva representa o Grupo Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro-Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo-Vice-Presidente.

§ 2º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso do Grupo Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

Art. 13. São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:

- I - representar o Grupo em suas atividades;
- II - convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;
- III - fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;
- IV - manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões do Grupo Parlamentar ou da Comissão Executiva;
- V - conceder a palavra aos membros que a solicitarem;
- VI - submeter à aprovação do Grupo Parlamentar a ata da reunião anterior;
- VII - submeter à discussão matérias de interesse do Grupo Parlamentar;
- VIII - dar conhecimento ao Grupo Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;
- IX - decidir as questões de ordem e as reclamações;
- X - votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;
- XI - distribuir aos membros do Grupo Parlamentar e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal todas as informações recebidas sobre as relações bilaterais, de caráter oficial e não-oficial, bem como os trabalhos apresentados pelos membros do Grupo Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;
- XII - trabalhar em cooperação e coordenação com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, apresentando-lhe as conclusões das discussões havidas no Grupo Parlamentar;
- XIII - acionar o Conselho Consultivo para procedimentos de sua competência;
- XIV - sugerir nomes para o Conselho Consultivo;
- XV - propor a indicação de senadores para participarem de viagens internacionais;
- XVI - designar o Secretário-Geral e o Secretário Executivo;
- XVII - outras que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas.

Parágrafo único. Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros do Grupo Parlamentar, bem como pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Art. 14. Os Secretários terão as designações de Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto, cabendo ao Primeiro superintender, com o auxílio dos demais, os serviços administrativos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. Nas reuniões da Comissão Executiva, os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal, e assim substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

Art. 15. O Presidente designará um Secretário-Geral do Grupo Parlamentar, escolhido dentre os Membros Cooperadores, nos termos do disposto na alínea "c", do inciso II, do art. 7º.

Art. 16. O Presidente designará um Secretário Executivo do Grupo Parlamentar, escolhido dentre os servidores do Senado Federal.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 17. O Conselho Consultivo é composto por um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos entre os Membros Plenos do Grupo Parlamentar; pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e pelos Membros Cooperadores, nos termos do disposto nos §§ 2º e 3º, do inciso II, do art. 7º.

§ 1º O Conselho Consultivo não terá poder deliberativo.

§ 2º O Conselho Consultivo poderá levar à consideração do Grupo Parlamentar qualquer assunto de interesse bilateral, cabendo aos seus membros avaliá-lo previamente à apreciação do colegiado.

§ 3º O Conselho Consultivo será acionado pelo Presidente da Comissão Executiva, por sua iniciativa, ou por solicitação de qualquer membro do Grupo Parlamentar, a critério do Presidente, para fornecer opiniões, estudos, bem como outras informações de interesse do Grupo.

Art. 18. Compete ao Conselho Consultivo:

I - auxiliar o Presidente na formulação de ações e políticas a serem executadas pelo Grupo ou sugeridas a órgãos públicos ou privados;

II - participar da promoção de programas, pesquisas, conferências, seminários e outras atividades de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, encaminhamento e solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III - discutir as questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar;

IV - difundir novas idéias, resultantes do convívio, do confronto e da interação entre as diversas áreas de atividades;

V - exercer competências e cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pela Comissão Executiva.

CAPÍTULO IV

DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS

Art. 19. As viagens e missões internacionais dos membros do Grupo Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades.

Parágrafo único. Fica proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões estrangeiras que visitem o Brasil.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. Em caso de lacuna neste Estatuto, aplicam-se as disposições do Regimento Interno Comum do Congresso Nacional.

Art. 21. No fim de cada gestão, a documentação pertinente ao Grupo Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente.

Art. 22. Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 05 de abril de 2011.

A seguir, passou ao ITEM 3: ASSUNTOS GERAIS. O Senhor Presidente discorreu sobre o plano de trabalho do GRUPO para o ano em curso, tendo sugerido os temas centrais que deverão determinar a sua pauta de atividades. Ao final, solicitou o apoio de todos os membros no sentido de que fossem apresentadas sugestões capazes de fomentar a discussão em torno dos temas sugeridos, visando à obtenção de resultados práticos e efetivos na consecução dos objetivos do GRUPO. A seguir, informou que os assuntos da Pauta haviam sido esgotados, colocando a palavra à disposição para as considerações finais do Plenário. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senador Cícero Lucena - PSDB/PB que cumprimentou o Presidente eleito e demais membros da Diretoria, desejando sucesso a todos. Em continuidade, o Presidente agradeceu a presença dos Senadores e assessores, reafirmando a importância do GRUPO e a sua determinação em estimular a mobilização dos Parlamentares do Senado Federal e, em especial, do Grupo Parlamentar Brasil - China para, junto com a Embaixada da República Popular da China, poder implementar as metas de integração. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente eleito, Senador Flexa Ribeiro - PSDB/PA; pelo Primeiro-Secretário, Senador Antônio Carlos Valadares - PSB/SE e por mim, Inubia Sfoggia, Secretária Executiva. Brasília, 05 de abril de 2011.

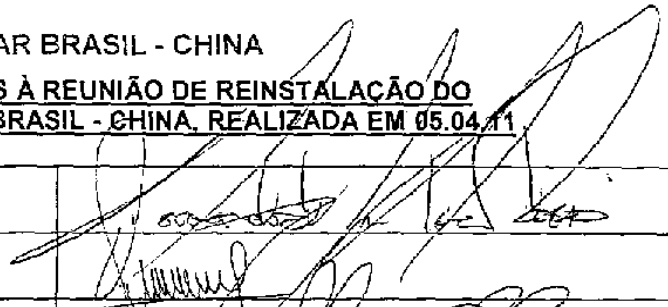
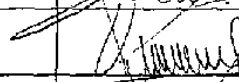
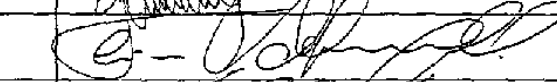
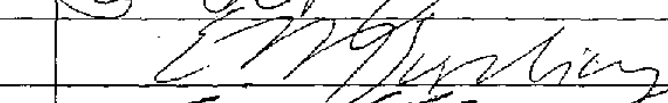
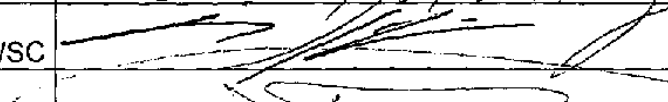
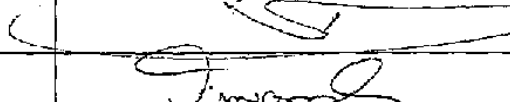

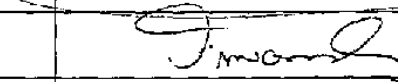

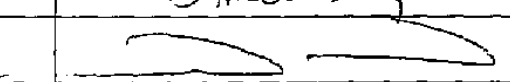
Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente-Eleito

Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES
Primeiro-Secretário

INUBIA SFOGGIA
Secretária Executiva

GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - CHINA

LISTA DE PRESENCAS À REUNIÃO DE REINSTALAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - CHINA, REALIZADA EM 05.04.11

Senador FLEXA RIBEIRO - PSDB/PA	
Senador ACIR GURGACZ - PDT/RO	
Senador CÍCERO LUCENA - PSDB/PB	
Senador EDUARDO SUPLICY - PT/SP	
Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - PMDB/SC	
Senador RANDOLFE RODRIGUES - PSOL/AP	
Senador 	
Senador 	

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

PRESIDENTE DE HONRA: Senador José Sarney - PMDB/AP - Presidente do Senado Federal

COMISSÃO EXECUTIVA:

Presidente: Sen. Flexa Ribeiro - PSDB/PA
 Primeiro-Vice-Presidente: Sen. Cícero Lucena - PSDB/PB
 Segundo-Vice-Presidente: Sen. Ciro Nogueira - PP/PI
 Primeiro-Secretário: Sen. Antônio Carlos Valadares - PSB/SE
 Segundo-Secretário: Sen. Eduardo Suplicy - PT/SP
 Terceiro-Secretário: Sen. Luiz Henrique da Silveira - PMDB/SC
 Quarto-Secretário: Sen. Blairo Maggi - PR/MT

CONSELHO CONSULTIVO:

- Presidente: Sen. Renan Calheiros - PMDB/AL
 - Vice-Presidente: Sen. João Vicente Claudino - PTB/PI
 - Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - CRE
 Sen. Fernando Collor - PTB/AL

SECRETÁRIO-GERAL: Dr. William Woo

SECRETÁRIA EXECUTIVA: Dra. Inubia A.C. Sfoggia

COMPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
54ª Legislatura

NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ALA	GAB	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
ACIR GURGACZ	PDT	RO	Teotônio Vilela	19	3303.3132	acir@senador.gov.br
AÉCIO NEVES	PSDB	MG	Anexo I - 11º and	1/6	3303.6049	aecio.neves@senador.gov.br
ALOYSIO NUNES FERREIRA	PSDB	SP	Anexo I - 9º and	1/6	3303.6063	aloysonunes.ferreira@senador.gov.br
ÁLVARO DIAS	PSDB	PR	Nilo Coelho	10	3303.4059	alvarodias@senador.gov.br
ANA AMÉLIA	PP	RS	Afonso Arinos	07	3303.6083	ana.amelia@senadora.gov.br
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	PSB	SE	Teotônio Vilela	12	3303.2201	antoniovaladares@senador.gov.br
BLAIRO MAGGI	PR	MT	Anexo I - 19º and	1/6	3303.6167	blairomaggi@senador.gov.br
CÍCERO LUCENA	PSDB	PB	Alexandre Costa	21	3303.5800	cicero.lucena@senador.gov.br
CIRO NOGUEIRA	PP	PI	Teotônio Vilela	01	3303.6185	ciro.nogueira@senador.gov.br
CYRO MIRANDA	PSDB	GO	Tancredo Neves	51	3303.1962	cyro.miranda@senador.gov.br
DELÍDIO DO AMARAL	PT	MS	Afonso Arinos	08	3303.2451	delcidio.amaral@senador.gov.br
EDUARDO BRAGA	PMDB	AM	Anexo I - 12º and	1/6	3303.6230	eduardo.braga@senador.gov.br
EDUARDO SUPLICY	PT	SP	Dinarte Mariz	02	3303.3213	eduardo.suplicy@senador.gov.br
FERNANDO COLLOR	PTB	AL	Anexo I - 13º and		3303.5783	fernando.collor@senador.gov.br
FLEXA RIBEIRO	PSDB	PA	Alexandre Costa	01	3303.2342	flexaribeiro@senador.gov.br
FRANCISCO DORNELLES	PP	RJ	Teotônio Vilela	11	3303.4229	francisco.dornelles@senador.gov.br
GIM ARGELLO	PTB	DF	Anexo I - 14º and	04	3303.1161	gim.argello@senador.gov.br
IVO CASSOL	PP	RO	Anexo I - 16º and	1/6	3303.6325	ivo.cassol@senador.gov.br
JARBAS VASCONCELOS	PMDB	PE	Dinarte Mariz	04	3303.3245	jarbas.vasconcelos@senador.gov.br
JAYME CAMPOS	DEM	MT	Afonso Arinos	11	3303.4061	jayme.campos@senador.gov.br
JOÃO RIBEIRO	PR	TO	Teotônio Vilela	05	3303.2163	joaoribeiro@senador.gov.br
JOÃO VICENTE CLAUDINO	PTB	PI	Teotônio Vilela	06	3303.3055	j.v.claudino@senador.gov.br
JOSÉ PIMENTEL	PT	CE	Filinto Müller	13	3303.6390	gab.josepimentel@senado.gov.br
JOSÉ SARNEY	PMDB	AP	Edif. Principal		3303.3000	sarney@senador.gov.br
KÁTIA ABREU	DEM	TO	Teotônio Vilela	04	3303.2464	katia.abreu@senadora.gov.br
LÍDICE DA MATA	PSB	BA	Teotônio Vilela	15	3303.6408	lidice.mata@senadora.gov.br
LINDBERGH FARIAS	PT	RJ	Afonso Arinos	02	3303.6426	lindbergh.farias@senador.gov.br
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA	PMDB	SC	Nilo Coelho	04	3303.6446	luizhenrique@senador.gov.br
MÁRIO COUTO	PSDB	PA	Tancredo Neves	50	3303.3050	mario.couto@senador.gov.br
MARISA SERRANO	PSDB	MS	Afonso Arinos	03	3303.1128	marisa.serrano@senadora.gov.br
MOZARILDO CAVALCANTI	PTB	RR	Ruy Carneiro	03	3303.4078	mozarildo@senador.gov.br
PAULO BAUER	PSDB	SC	Afonso Arinos	05	3303.6529	paulobauer@senador.gov.br
PAULO PAIM	PT	RS	Anexo I - 22º and	04	3303.5232	paulopaim@senador.gov.br
PEDRO TAQUES	PDT	MT	Afonso Arinos	04	3303.6550	pedrotaques@senador.gov.br
RANDOLFE RODRIGUES	PSOL	AP	Teotônio Vilela	17	3303.6568	randolfe.rodrigues@senador.gov.br
RENAN CALHEIROS	PMDB	AL	Anexo I - 15º and		3303.2261	renan.calheiros@senador.gov.br
RICARDO FERRAÇO	PMDB	ES	Anexo I - 4º and	1/7	3303.6590	ricardoferraco@senador.gov.br
ROMERO JUCA FILHO	PMDB	RR	Afonso Arinos	12	3303.2111	romero.juca@senador.gov.br
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	Alexandre Costa	05	3303.6726	vanessa.grazziotin@senadora.gov.br
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	Alexandre Costa	07	3303.6767	waldemir.moka@senador.gov.br
WELLINGTON DIAS	PT	PI	Afonso Arinos	06	3303.9049	wellington.dias@senador.gov.br

REQUERIMENTO DE LICENÇA

Artigos 13 e 43, II, do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
259-M	Maria do Carmo Alves	13	22.06	Atividade Parlamentar
260-M	Jayne Campos	13	22.06	Atividade Parlamentar
261-M	Kátia Abreu	43, II	22.06	Licença Particular

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾	

Notas:

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 547, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, lido em 17.5.2011)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

Leitura: 17/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT-RJ) (6)	1. Pedro Taques (PDT-MT) (6)
Lídice da Mata (PSB-BA) (6)	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) (6)	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (5)	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) (5)
Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	2. Geovani Borges (PMDB-AP) (5)
Sérgio Petecão (PMN-AC) (5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) (4)	1. Marisa Serrano (PSDB-MS) (7)
PTB	
João Vicente Claudino (PI) (3)	1. Gim Argello (DF) (3)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
5. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antioissio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os
Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽³⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(4,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁵⁾

Instalação: 04/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,6)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁷⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)
5. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
6. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
7. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário
o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de 12 meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, tendo como primeiro
signatário o Senador Eduardo Braga, aprovado em 25.05.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).

2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).

3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, aprovado em 31.05.2011)

Número de membros: 3

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁰⁾	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁴⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia Vice-Presidente deste Colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.

3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) ^(3,5,17,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,6)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).

*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrano e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(5,9)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁷⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cicero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	4. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Mário Couto (PSDB) ⁽⁵⁾
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁸⁾	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽³⁾
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁷⁾
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. Marisa Serrano (MS)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁸⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹¹⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁹⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽⁷⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁵⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾

Atualização: 19/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁵⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁸⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹¹⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁹⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁷⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁵⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 25/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS
PMN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: sclcn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: sclcn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
(Resolução nº 1/2011-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



Edição de hoje: 182 páginas

OS: 2011/13136